

Candidatura do  
**Alto Douro Vinhateiro**  
a Património Mundial

Candidatura do  
**Alto Douro Vinhateiro**  
a Património Mundial



Ao assumir a liderança de uma candidatura nacional do Douro Vinhateiro a Património da Humanidade, a Fundação Rei Afonso Henriques está simultaneamente a estabelecer um compromisso e a assumir uma responsabilidade.

De facto, quer afirmar, que o Vale do Douro tem futuro e que o exigente processo em que envolveu tantas vontades, tem um propósito claro: ser um acto de homenagem, mas sobretudo de justiça. De homenagem a todos aqueles que, durante anos e anos, contribuíram com o seu esforço para o domínio de factores naturais adversos, talhando a majestosa escultura da paisagem duriense. Mas, também um acto de justiça, por poder vir a ser um forte impulso para aumentar a expectativa e a esperança daqueles que aí persistem viver e fazer projectos de futuro.

A Fundação Rei Afonso Henriques, instituição transnacional luso-castelhana, elegeu como sua missão: associar a todo o Vale do Douro uma ideia de qualidade, de cultura e de progresso. Compreendeu que assim o reclama o valor do seu património natural, cultural e construído e a singularidade da sua expressão. Como orientação para o seu trabalho, procura entender qual a vocação da bacia hidrográfica do Douro e da sua inquestionável imagem de marca, que contributo pode dar para a aproximação dos dois povos vizinhos e para melhorar o diálogo das suas duas metades.

Sabe que tal imagem de qualidade reclama não só uma relação nova e esclarecida entre Portugal e Espanha, mas também a busca de novas soluções, portadoras de bem-estar e de desenvolvimento para as pessoas que vivem no, e do, território do Douro.

A Fundação Rei Afonso Henriques tem a noção que desta forma também dá um pequeno mas significativo contributo para a construção europeia, criando um clima favorável a mais coesão económica e social, justamente numa das áreas regionais peninsulares que mais castigada tem sido por fenómenos de despovoamento. Assim, tenta que estes espaços também beneficiem das oportunidades de uma Europa mais integrada, com mercado único, moeda igual, mas com pessoas ainda diferentes.

Como orientação estratégica tentou identificar projectos que promovessem maior visibilidade e notoriedade ao Vale do Douro, que contribuíssem para a valorização dos seus recursos, que estimulassem novas iniciativas e reforçassem as que têm vindo a dar um novo sentido ao seu crescimento económico.

A construção desta candidatura é uma peça fundamental nessa linha de procedimento. Desde os trabalhos preparatórios que levaram à inclusão do Douro Vinhateiro na lista indicativa da UNESCO das paisagens culturais, evolutivas e vivas, até à organização do dossier técnico apresentado formalmente a 30 de Junho de 2000, houve um longo percurso ao qual não faltou muito ânimo e empenho em fazer bem.

Tínhamos a noção de que tal não era tarefa fácil, dado o pouco tempo disponível. Porém, a exigência e o rigor impostos a si próprios pela equipa técnica liderada pelo Prof. Fernando Bianchi de Aguiar e, acima de tudo, o grau de articulação estabelecido entre valências técnicas: históricas, culturais e físicas, acompanhado de uma gradual sensibilização dos agentes e responsáveis regionais, foi cimentando um progressivo consenso que acabou por conferir muito maior legitimidade à candidatura.

□

As tarefas foram múltiplas e diversas: pesquisa de informação, investigação de gabinete, construção de hipóteses, trabalho de campo para validar percepções construídas, contribuições de inúmeros especialistas sectoriais. Tudo permitiu uma alargada convergência em torno da equilibrada proposta que agora se divulga.

Paralelamente, adquiriu-se que a formalização da candidatura era ocasião para tomar este outro tipo de medidas, visando uma melhor articulação dos diferentes interesses sectoriais em jogo, que se saldassem em correctas opções de política de desenvolvimento e de ordenamento paisagístico e territorial.

No passado recente, muita gente no Norte de Portugal se tem revisto na região duriense, tentando contribuir para a consagração de uma orientação valorativa do Douro. Hoje, estamos no início de um novo ciclo de desenvolvimento. Portugal acaba de contratualizar com a União Europeia um Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2000-2006. Felizmente, para além dos recursos financeiros, estão disponíveis estudos estratégicos e ideias orientadoras, a par de muita vontade. Entre os instrumentos de política regional alguns foram preparados para a valorização específica do Alto Douro. Importa, pelo lado das autoridades locais e dos agentes regionais, estabelecer um compromisso para futuro,

quase um pacto de desenvolvimento a favor do Douro. Afortunadamente, os responsáveis políticos municipais reconheceram a importância da proposta de levar o Douro Vinhateiro a Património da Humanidade. Assim, já assumiram a responsabilidade de aderir a um corpo de princípios associados à candidatura, no sentido de os fazer ter expressão nas suas políticas municipais e nos actos de gestão do respectivo território local.

Decidiram elaborar um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território que preserve a qualidade de paisagem e do património construído, tanto de carácter urbano como rural. Aceitaram a constituição de um gabinete técnico que sirva de referência e apoio a esta lista de intervenção.

Finalmente, sublinha-se o crescente envolvimento da sociedade civil, através da criação de uma associação de direito privado que respalde o empenho público e seja a expressão da consciência cívica do projecto no tempo.

O Douro Vinhateiro e aqueles que o fizeram são credores deste gesto e de muito mais. Assim os saibamos honrar.

*Luís Braga da Cruz*

*Presidente da Fundação Rei Afonso Henriques*

## 1 . Identificação do Bem

### a. País

Portugal

### b. Estado, província ou região

Trás-os-Montes e Alto Douro

### c. Nome do bem

Alto Douro Vinhateiro – Região Demarcada do Douro

### d. Localização

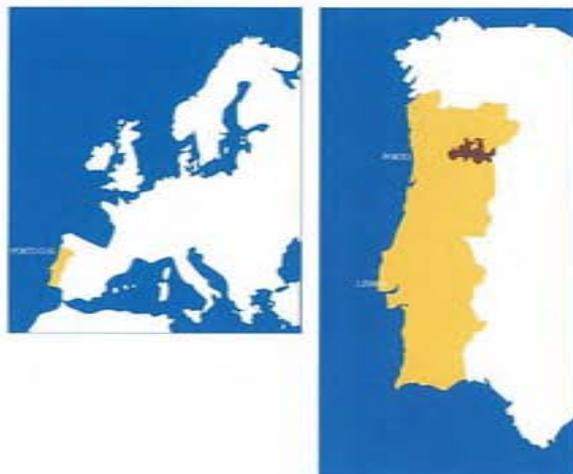
Latitude: 45°68' N

45°53' N

Longitude: 5°93' W

6°59' W

(Coordenadas da rede geodésica Europeia Unificada – DATUM EUROPEU)



### e. Limites

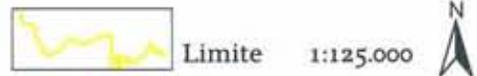
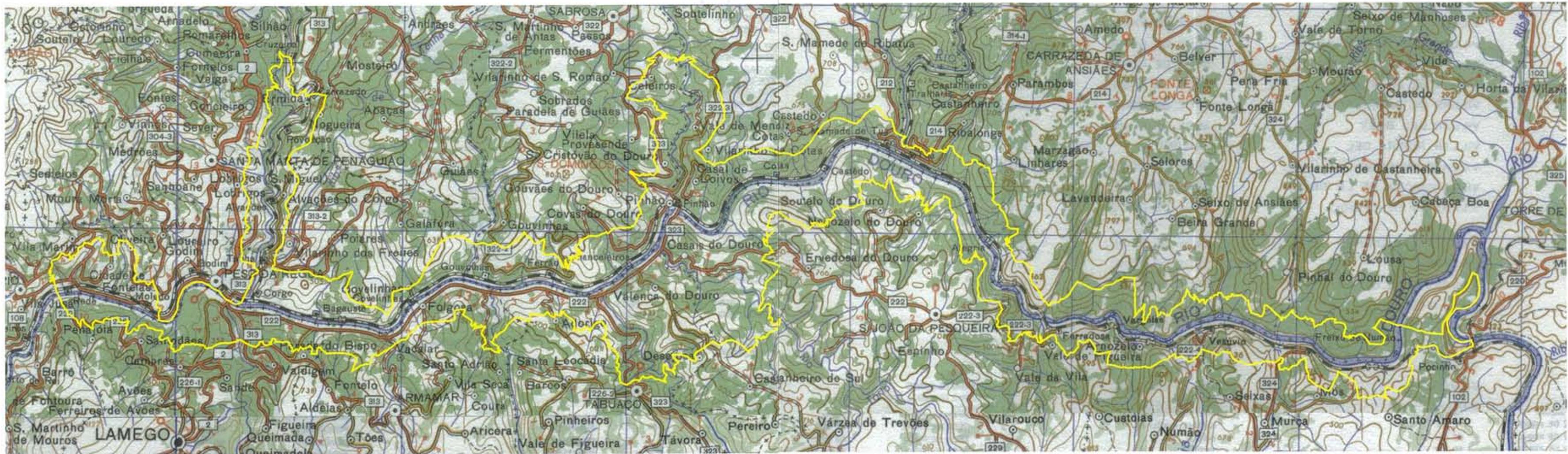
A zona proposta para inscrição na lista do património mundial, como paisagem cultural evolutiva viva, é o Alto Douro Vinhateiro, adiante designado por Alto Douro. Esta zona é considerada representativa das três unidades de paisagem – Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior - que caracterizam os 250.000 hectares da vasta Região Demarcada do Douro. O Alto Douro reúne o conjunto muito significativo de bens que, em termos gerais, apresenta um bom estado de conservação. O Rio Douro e os seus afluentes Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão são a espinha dorsal da zona proposta para inscrição definida por uma sucessão de bacias visuais.

Os limites foram identificados tendo por base o Estudo de Caracterização Paisagística que se apresenta em 2. f. e aferidos mediante visitas de campo de uma equipa pluridisciplinar. Os limites correspondem a entidades físicas identificáveis na paisagem – linhas de água, linhas de cumeada, estradas e caminhos – e referenciáveis sobre a Carta Militar de Portugal 1/25.000.

### f. Superfície da zona proposta para inscrição

Alto Douro Vinhateiro	24.600 hectares
Zona tampão	225.400 hectares
Região Demarcada do Douro	250.000 hectares

**Região Demarcada do Douro e os limites do Alto Douro Vinhateiro**



*As coisas grandes têm uma arquitectura grande  
e uma significação maior ainda. ...  
Doiro, rio e região é certamente a realidade mais  
séria que temos. Nenhum outro caudal nosso  
corre em leito mais duro, ...*

*Miguel Torga, Portugal . O Doiro . 1950*





*Patético, o estreito território de angústia, cingido à sua artéria de irrigação, atravessa o país de lado a lado. E é, no mapa da pequenez que nos coube, a única evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo.*

*Miguel Torga, Portugal . O Doiro . 1950.*



## 2. Justificação da Inscrição

### a. Declaração de valor

O Alto Douro constitui o contínuo mais representativo e melhor conservado da Região Demarcada do Douro, a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo, uma vez que o primeiro modelo de demarcação e regulamentação foi aplicado na região desde 1756. A área proposta compreende 24.600 ha, cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro (250.000 ha, dos quais cerca de 48.000 estão cultivados com vinha), estendendo-se ao longo das encostas do rio Douro e dos seus afluentes, em especial dos rios Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão.

A paisagem cultural do Alto Douro é uma obra combinada do Homem e da natureza, resultante de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos de especiais potencialidades para a produção de vinhos de qualidade e tipicidade mundialmente reconhecidas, correspondentes às denominações de origem «Porto» e «Douro». É uma paisagem cultural evolutiva viva, testemunho notável de uma tradição cultural antiga, e, simultaneamente, de uma civilização viva, centrada na vitivinicultura de qualidade, desenvolvida em condições ambientais difíceis.

Num ambiente mediterrânico, de solos pobres e acidatados, fortemente condicionante da fixação e do desenvolvimento de populações, a paisagem duriense constitui um exemplo singular da relação humana com os elementos

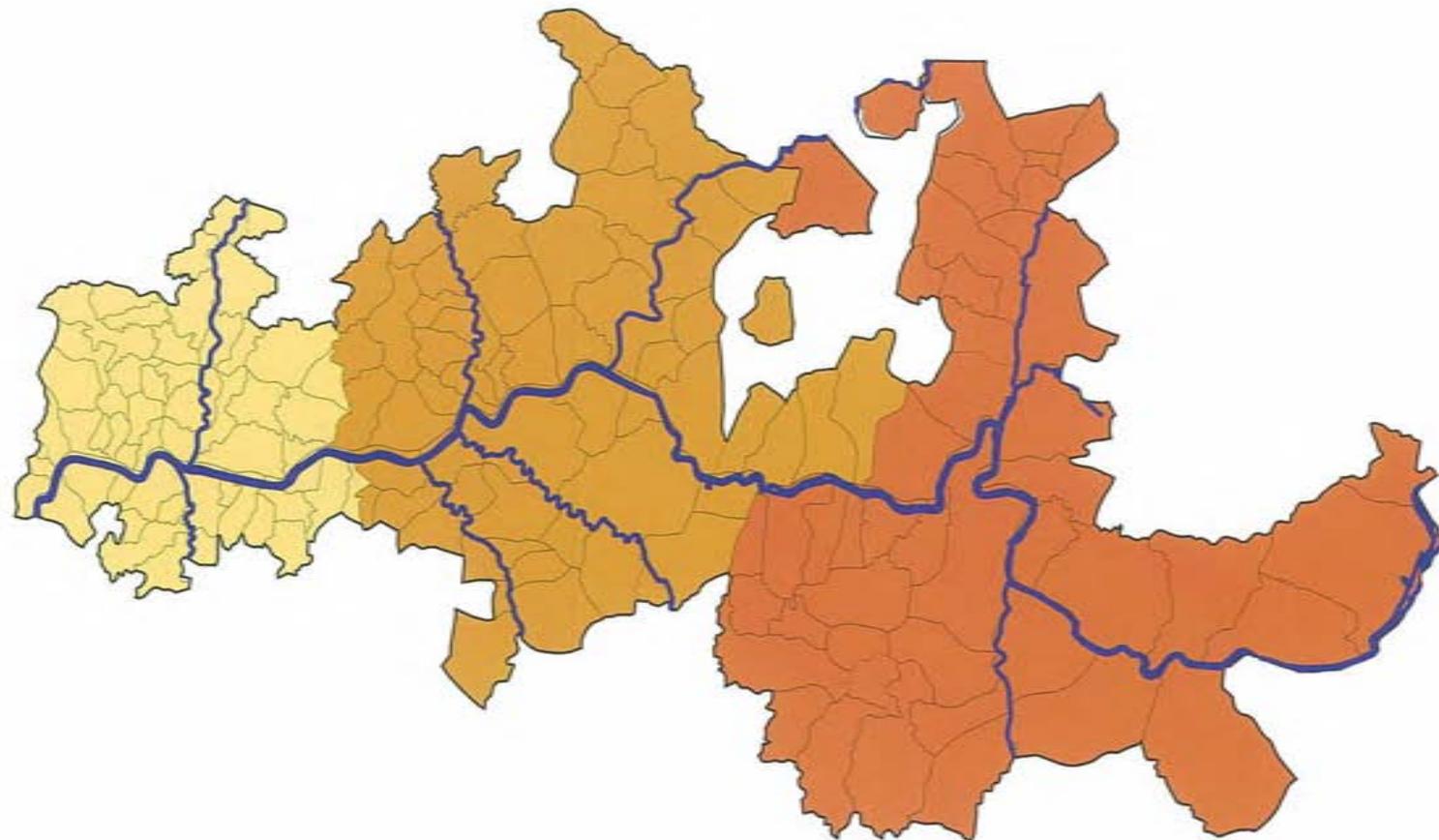
naturais. Ao longo de séculos, criaram-se e aperfeiçoaram-se técnicas de valorização do espaço agrário que possibilitaram o cultivo da vinha em condições adversas, em encostas íngremes e pedregosas, através da construção de socalcos, suportados por extensos muros de xisto, que contribuíram também para evitar a erosão. Esta adaptação da natureza a um sistema produtivo ancestral, modelou uma paisagem vitícola com uma imagem inconfundível, uma dramática escultura dinâmica, cuja singularidade universal é reconhecida. Só a obtenção de um produto natural único, de qualidade excepcional e elevado retorno económico como o vinho do Porto, poderia justificar o esforço sobre-humano, que sensorialmente se traduz nesta obra-prima colectiva, uma paisagem de autor anónimo.

O Alto Douro é também um exemplo significativo de uma paisagem ilustrativa de diversos períodos da história humana. De ocupação muito antiga, desde a Pré-História, o vale do Douro constituiu um corredor de povos e culturas, que, pelo menos desde a época da romanização, desenvolveram a cultura da vinha. A paisagem monumental e humanizada dos vinhedos das encostas dos vales do rio Douro e seus afluentes, testemunha modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas que evoluíram em função do surgimento de novas tecnologias, mas mantendo uma forte identidade e reflectindo saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das populações locais.

Economia-cultura-paisagem constitui aqui, designadamente no sistema de cultivo da vinha em socalcos, uma unidade inequívoca, antecipadora no tempo dos conceitos mais recentes de sustentabilidade, além de configurarem soluções ambientalmente optimizadas do ponto de vista do aproveitamento de recursos escassos como a água e o solo. Neste sentido, a população do Alto Douro interiorizou a natureza que construiu durante séculos, o que é identificável pela adaptação das suas quintas e povoados ao meio e ao processo produtivo, não só da cultura da vinha, mas também das outras culturas mediterrânicas, como a oliveira e a amendoeira, e ainda das hortas e pomares nas terras mais férteis, junto às linhas de água, e dos matos, nas zonas altas.

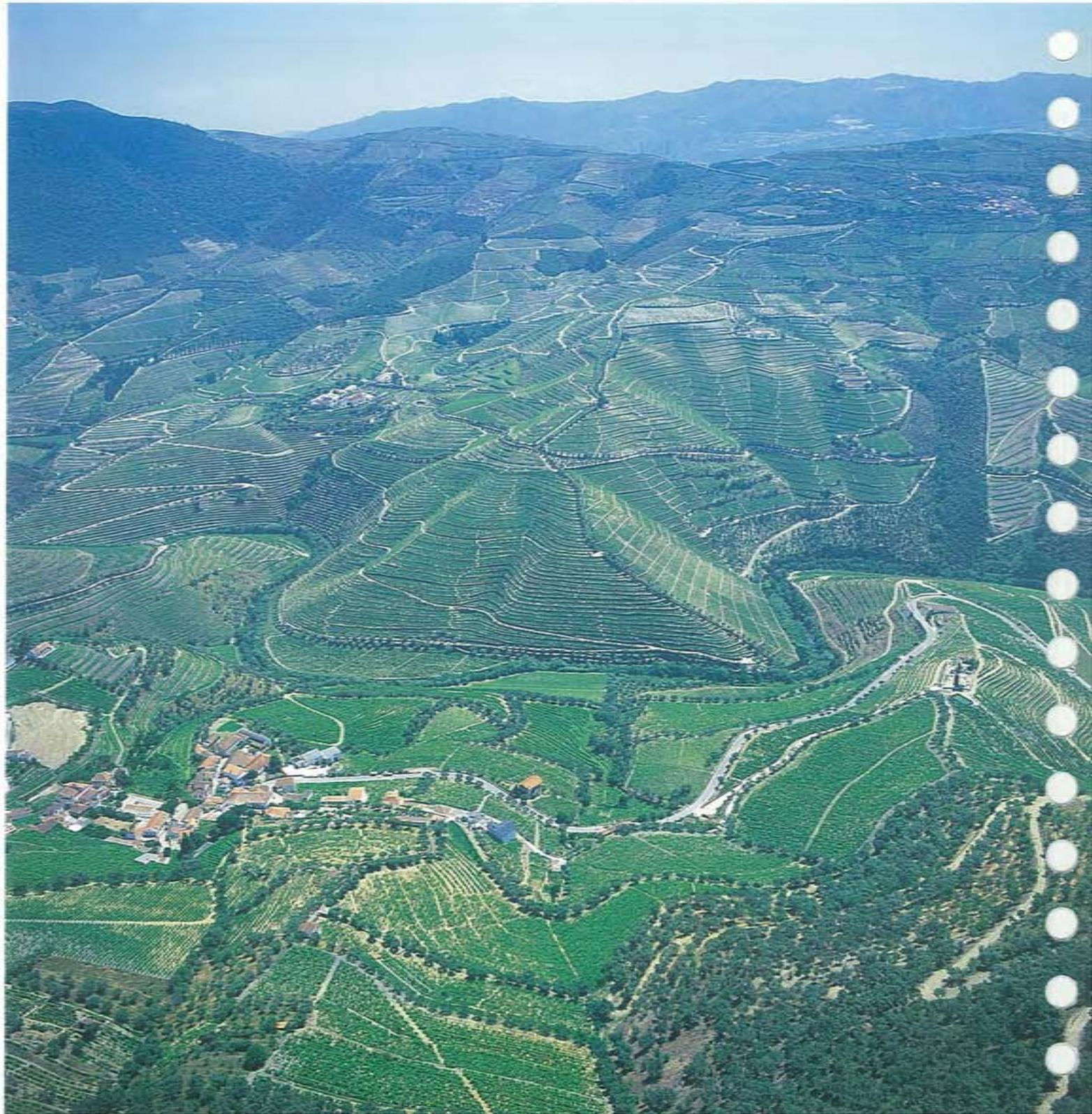
As diferenças intra-regionais observadas no Alto Douro decorrem tanto das condições naturais como das vicissitudes da história e da actividade humana. Porém, tais diferenças entre o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior não atenuam, antes consolidam, a forte identidade cultural da Região Demarcada do Douro, configurada quer pela abertura a um intercâmbio de influências, quer pela centralidade renovada de uma cultura vitivinícola com forte enraizamento histórico. A cultura vinhateira criou um espaço de sincretismo cultural intenso, construído não apenas pelos durienses, mas também pelas populações transmontanas e beirãs que ali afluíram, e afluem, para trabalhar e pelos agentes portugueses e britânicos do comércio.

## Mapa das três sub-regiões do Douro



-  Baixo Corgo
-  Cima Corgo
-  Douro Superior





Cima Corgo





### b. Análise comparativa

A proposta de classificação do Alto Douro no âmbito da Convenção do Património Mundial da UNESCO tem vindo a ser apresentada à luz do conceito de paisagem cultural evolutiva viva, ilustrando quer o valor universal excepcional dos resultados da relação progressiva entre o homem - numa dada forma de organização social - e os elementos naturais, quer a transformação do papel activo de uma cultura e de uma paisagem de excelência na sociedade contemporânea.

A Região Demarcada do Douro é não só uma das regiões vitícolas históricas mais antigas do mundo como uma área cultural de grande extensão, cobrindo cerca de 250.000 ha, dos quais cerca de 48.000 estão em produção. Entre as regiões de viticultura de montanha, designadamente as associadas no Centre de Recherches pour la Viticulture de Montagne et/ou en Forte Pente (CERVIM), termo de comparação considerado mais adequado, é a que apresenta maior escala, maior significado histórico, maior continuidade e maior variedade biológica das castas aí aperfeiçoada

No conjunto das regiões vitícolas históricas de montanha e de encosta europeias, o Alto Douro, com 36.000 hectares considerados de encosta íngreme, constituiu a mancha mais significativa deste tipo de implantação, representando cerca de 18% da viticultura europeia de encosta associada naquele Centro (Quadro 1).

Quadro 1: Área de Vinha de Montanha e/ou Encosta das Regiões da Europa Associadas no CERVIM

País	Regiões	Área (ha)
Itália	Trento, Alto Adige, Lombardia, Valle d'Aosta, Piemonte, Liguria, Toscana, Emila Romana, Campania, Calabria, Sicile	95.138
França	Savoie, Banyuls, Collioure	12.000
Espanha	Riberia Sacra (Galiza)	1.990
Suíça	Valais, Lausanne, Tessin	12.800
Alemanha	Mosel, Rhein, Rheinland - Pfalz	12.270
Áustria	Burgenland, Stiria, Wachau, Kremstal, Kamptal, Autriche du Sud	6.706
Portugal	Douro, Madeira, Vinho Verde e Dão	46.450
Grécia		10.000
<b>Total</b>		<b>197.354</b>

Fonte: CERVIM, 2000

Todavia, o Alto Douro partilha com as paisagens vitícolas já classificadas Portovenere, Cinque Terre e ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto), em Itália, e a Jurisdição de Saint Émillion, em França, ou propostas para classificação (Wachau na Áustria, Zona da Cultura da Vinha do Pico nos Açores, Portugal e Le Vignoble Champenois em França), o traço relevante da relação harmoniosa entre o Homem e a natureza e, sobretudo, da importante memória de evolução económica, social e humana, plasmada em paisagem de excelência.

De facto, na generalidade das experiências consideradas, estamos perante produções vitícolas, fruto de uma cumplicidade de excelência entre a paisagem e os produtos, de qualificação da memória cultural e de afirmação internacionalizada da tradição. Quer isto significar que, da parte do mercado e dos agentes que nele operam, existe margem de manobra e receptividade para que o valor mercantil do produto possa reflectir, valorizando, as formas de produção mais consentâneas com a preservação-valorização da paisagem de excelência a classificar.

Quando comparado com as regiões vitícolas já classificadas ou simplesmente propostas para inscrição, o Alto Douro também partilha, sobretudo na fórmula inicialmente assumida de vinha em socalcos, os traços de um longo trabalho de conquista de espaço vital para a produção de vinho, ao qual se associa um processo impar de optimização de condições ecológicas de utilização do recurso água. A viticultura da Região Demarcada do Douro, herdeira da viticultura ancestral, tradicionalmente empírica e de qualidade, íntegra, simultaneamente, a modernidade e os utensílios contemporâneos, apresentando e respeitando sempre os princípios a partir dos quais se desenvolveu.

Com efeito, a Demarcação Pombalina e, mais tarde, a classificação das parcelas com vinha produzida por Álvaro Moreira da Fonseca (1932-1980), confirmam nos nossos dias a antiga boa prática de plantar a vinha na encosta, introduzida pelos romanos, tirando partido das melhores condições de maturação que a encosta propicia, reservando as melhores terras dos vales para as produções alimentares.

A comprová-lo, os pequenos recipientes vinários utilizados na época permitiram estabelecer uma correlação entre os melhores vinhos produzidos – os mais alcoolizados, que melhor suportavam os transportes necessários à sua comercialização em longínquas paragens - e os respectivos locais de produção (*terroir*), o que constituiu uma verdadeira zonagem vitícola, enraizada na

viticultura romana e bem expressa pela afirmação “*Bacchus apertos colles amat*”, que dirigiu a viticultura para objectivos qualitativos.

Este caminho da qualidade, seguido desde sempre e regulamentado há quase 300 anos na Região Demarcada do Douro, é já longo. Diz respeito à autenticidade do vinho, fortemente suportada por um património genético muito rico, que sobreviveu até aos nossos dias, uma vez que estão repertoriadas no cadastro mais de 100 castas de videira autóctones brancas e tintas, e que constitui uma garantia para o consumidor, último juiz da qualidade. Não é pois de estranhar o facto de ser reconhecido mundialmente que no vale do Douro se produz um dos melhores vinhos licorosos da terra – o vinho do Porto. É igualmente incontroverso, para quem conhece a região, tanto o esforço gigantesco que constitui esta verdadeira epopeia humana, como o extraordinário peso económico regional e nacional dessa produção ao longo da história. Todavia, paradoxalmente, a região beneficia somente de \_ do valor acrescentado gerado por este produto. Este facto explica, em comparação com a maior parte das outras regiões vitícolas, o contraste entre, por um lado a excelência da paisagem vitícola e, por outro, a modéstia do património construído nos povoados. Este mesmo património, por sua vez, contrasta ainda com a diversidade e a riqueza do património que se descobre entre as quintas e as casas solarengas.

E, tal como Portovenere Cinque Terre, o Alto Douro pode invocar a dimensão milenar de transformação de um deserto povoado de fragas e arbustos em *país vinhateiro* intenso e pujante, apresentando, além disso, uma importante distinção – o da Demarcação Pombalina – e, com isso, o primeiro modelo institucional mundial de organização e controlo de uma região vitícola.

### c. Autenticidade/integridade

A autenticidade e a integridade do Alto Douro são aqui apresentadas de acordo com o que identifica o seu carácter, sendo depois valorizadas as suas componentes de distinção.

#### i) *Carácter distintivo*

A paisagem cultural do Alto Douro é a expressão de uma relação singular com os elementos naturais. O seu carácter é determinado por uma sábia gestão da escassez de solo e água e do elevado declive do terreno, e resulta da observação permanente e intensa, do ensaio localizado e do conhecimento profundo da adaptação da cultura da vinha a situação tão adversa. Ela é a expressão da determinação e da ousadia humana. É a expressão do engenho humano e da sua compreensão do ciclo da água e dos materiais. É a expressão da afeição intensa e quase amorosa à vinha.

Traduz-se numa imensa escultura de encostas armadas onde a cultura da vinha assume preponderância ao lado da oliveira e da amendoeira e dum mosaico de parcelas constituído por matos mediterrâneos. A inscrição na paisagem das diversas formas de armação da vinha é a manifestação por excelência da relação aqui estabelecida com os elementos naturais, que levou à criação de solo e à construção artística de um continuo imenso de socalcos suportados por muros. Desta relação nasceu uma obra colectiva de artistas de "land art" anónimos.

Porém, a paisagem é um todo e é evolutiva. É um mosaico diversificado de culturas, matos, linhas de água, aglomerados e assentos agrícolas distribuídos por *quintas e casais*. Hoje, a evolução das formas de construção da paisagem prosseguiu em coexistência com as formas tradicionais, contribuindo para a perpetuação de uma actividade económica próspera e sustentável.

As características de excelência da paisagem cultural evolutiva viva do Alto Douro; apresentam fortes potencialidades de sustentação do ponto de vista produtivo. Quer em torno da produção de vinhos do Porto e Douro, quer no âmbito do turismo cultural e de lazer, a paisagem cultural identificada com a vinha em socalcos não está irremediavelmente condenada a perecer sob a ameaça de mudanças tecnológicas ou empresariais. Existem evidências empresariais, susceptíveis de serem reforçadas futuramente com novos exemplos, de que a produção de vinho em socalcos constitui uma forma de produção de excelência reconhecível pelo mercado através de preços unitários mais elevados. Do mesmo modo, as quintas de vinho do Porto constituem uma faixa de excelência para o turismo de lazer e cultural, às quais correspondem espaços relevantes de sustentabilidade empresarial, dada a selectividade de mercados e de preços em que podem mover-se. Além disso, os produtos vinho do Porto e turismo de lazer e cultural constituem eles próprios suportes de excelência e qualidade extrema, contribuindo para uma maior identificação da base produtiva e dos produtos que a configuram com a excelência da paisagem cultural. Existem condições para que, inovadoramente, a classificação de uma paisagem cultural contribua para a própria sustentabilidade produtiva, favorecendo a materialização do estatuto de qualidade e excelência em preços e mercados mais atractivos.

*ii) Componentes de distinção*

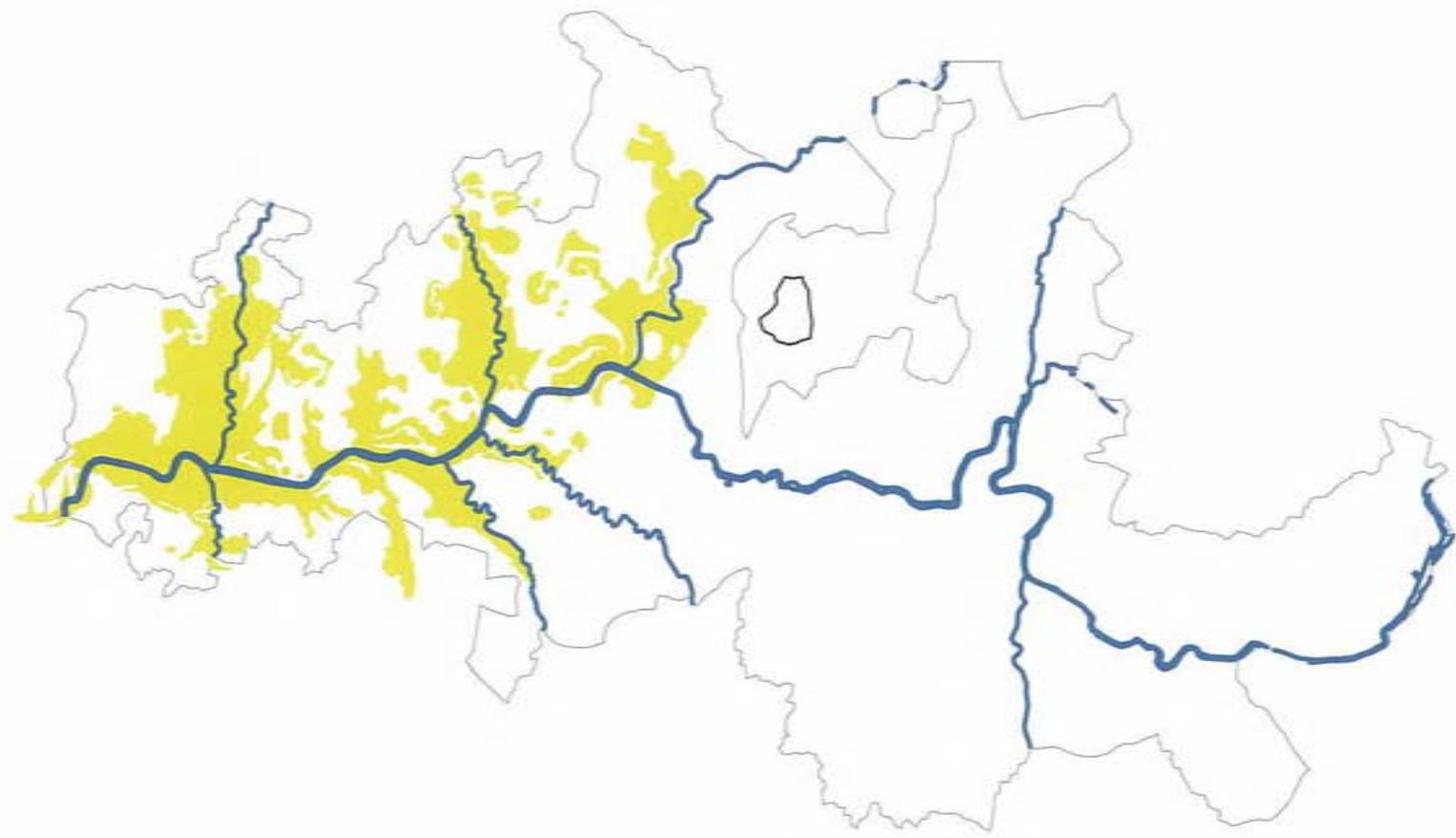
Entende-se que o Alto Douro, para além do seu carácter único, é representativo da Região Demarcada do Douro. São três as componentes de distinção que contribuem para a sua autenticidade e integridade:

- A antiguidade da Região Demarcada;
- Os terraços;
- O cruzamento de culturas.

O Alto Douro é um exemplo excepcional de uma paisagem cultural evolutiva que mantém uma forte identidade funcional em torno da produção vitivinícola de qualidade. A monumentalidade da paisagem humanizada testemunha o esforço gigantesco de gerações de viticultores que, ao longo de séculos, se dedicaram à cultura da vinha, em condições ambientais difíceis (encostas íngremes, solos pobres e pedregosos, aridez e rigor do clima, com Verões secos e quentes, irregularidade do caudal do rio Douro e dos afluentes, com um dos maiores caudais de cheia da Europa, nos Invernos, e portador de doenças palustres, nos Estios), mas propícias à produção de vinhos (e outras produções agrícolas) de qualidade e tipicidade reconhecidas mundialmente desde o século XVII.

A Região Demarcada do Douro é a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo. As primeiras demarcações ocorreram entre 1757 e 1761, na sequência de legislação regulamentadora produzida pelo Estado desde 1756. São conhecidas como demarcações pombalinas, uma referência associada ao Marquês de Pombal, o Primeiro Ministro da época. Desta primeira demarcação subsistem na região vestígios significativos (marcos graníticos). Ao contrário do que aconteceu com outras demarcações anteriores de regiões vitícolas (Chianti, em 1716; Tokay, em 1737), a demarcação do Alto Douro foi acompanhada por ampla legislação regulamentadora, por um sistema de classificação e qualificação de vinhos, baseado num cadastro de propriedades e em mecanismos de controlo da qualidade. A legislação vitivinícola da região do Alto Douro foi pioneira, em muitos aspectos, da moderna legislação seguida em muitos países produtores. Além disso, as demarcações do século XVIII, independentemente da variação dos respectivos limites, assumiram uma continuidade temporal até aos nossos dias e mantiveram sempre uma forte carga simbólica, sendo interiorizadas pelas populações locais como um elemento-chave da sua identidade.

Demarcação Pombalina



N

1:500000

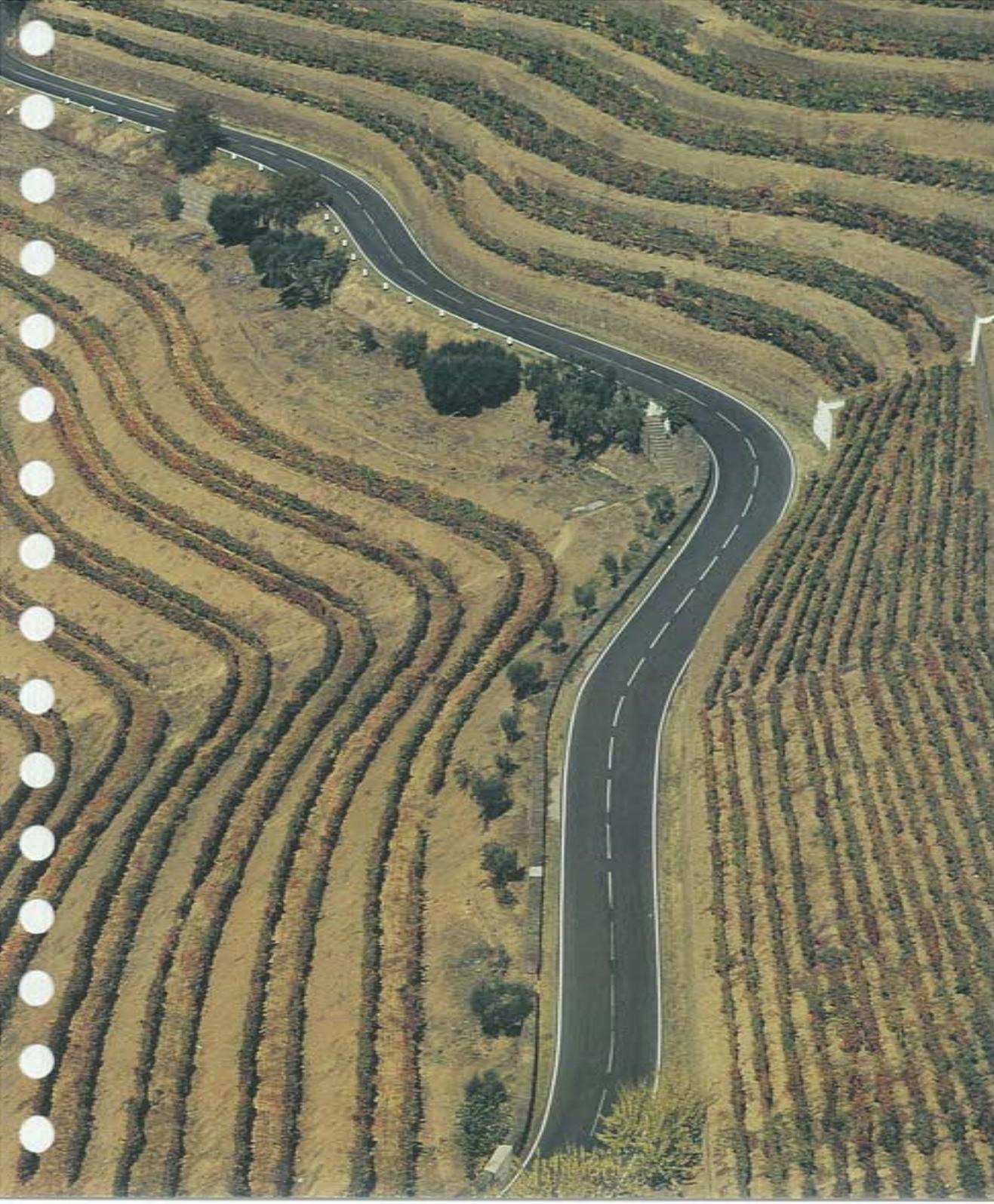
#### - Os terraços

Para cultivar a vinha nas encostas íngremes e pedregosas do Douro e seus afluentes foi necessário produzir solo e construir terraços (socalcos) amparados, tradicionalmente, por muros de xisto, que se combinam hoje com novas formas de armação da vinha.

A paisagem vitícola do Douro é, assim, uma arquitectura complexa, onde se misturam diferentes técnicas de organização dos terrenos. Ao lado de vinhas em patamares e de vinhas ao alto, que datam das últimas décadas do século XX, ainda subsistem várias centenas de quilómetros de antigos socalcos de geometria variável, consoante a inclinação da encosta, mas também correspondentes a técnicas de terraceamento de diferentes épocas.

Os socalcos mais antigos apresentam paredes baixas e geios estreitos e irregulares, comportando por vezes apenas uma fiada de cepas, acompanhando caprichosamente as curvas de nível e os afloramentos rochosos. São os velhos *socalcos pré-filoxéricos*, de construção anterior à destruição do vinhedo do Douro no último terço do século passado. Muitos deles abandonados nessa época, como *mortórios* (vinhas mortas), encontram-se recobertos de vegetação espontânea. Há, porém, muitos socalcos pré-filoxéricos que foram recuperados para replantação da vinha, que ainda hoje preservam os antigos muros de xisto. Associados a alguns deles, deparamos com vestígios de técnicas tradicionais ainda mais antigas, como a dos *pilheiros*, em que as videiras eram plantadas nas próprias paredes, deixando-se os geios livres para outras culturas.

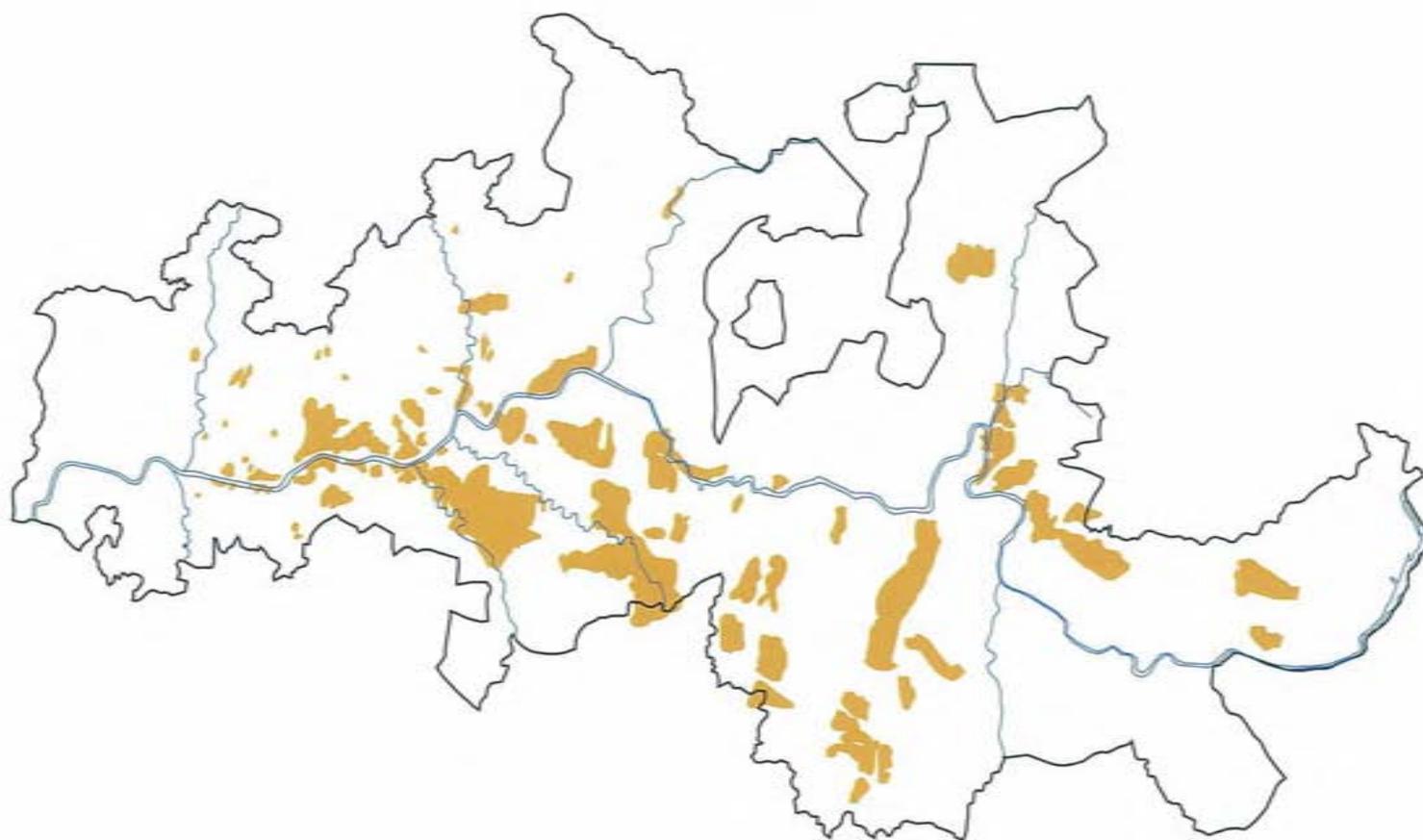
Outros socalcos ostentam paredes sólidas, altas e rectilíneas, suportando geios largos, com quatro, cinco ou mais fiadas de vinha. São *socalcos pós-filoxéricos*, construídos a maior parte deles entre finais do século XIX e os anos trinta do século XX, no período de reconstrução do vinhedo regional.



### Os mortórios

Hoje ainda subsistem algumas manchas expressivas de mortórios, agora ocupados por vegetação espontânea, que deixam ainda ver os imensos muros que os suportavam. Na paisagem ainda encontramos alguns raros mortórios que voltaram a receber vinha. Convém referir que alguns destes socalcos destinavam-se também ao plantio da oliveira.

O mapa apresentado resulta de um levantamento feito há 30 anos e que até hoje não foi actualizado, pois trata-se de uma tarefa difícil. Naturalmente que o Baixo Corgo é muito pobre em mortórios. Por um lado, os seus terrenos são de declive mais suave e, por outro, a densidade populacional é aqui a maior da região e a propriedade é muito fragmentada. Factores como estes determinaram que esta zona, com as mais antigas raízes vitícolas, se recompusesse da filoxera, replantando de novo socalcos pré-filoxéricos que aqui possam ter existido foram reconvertidos ou abandonados.

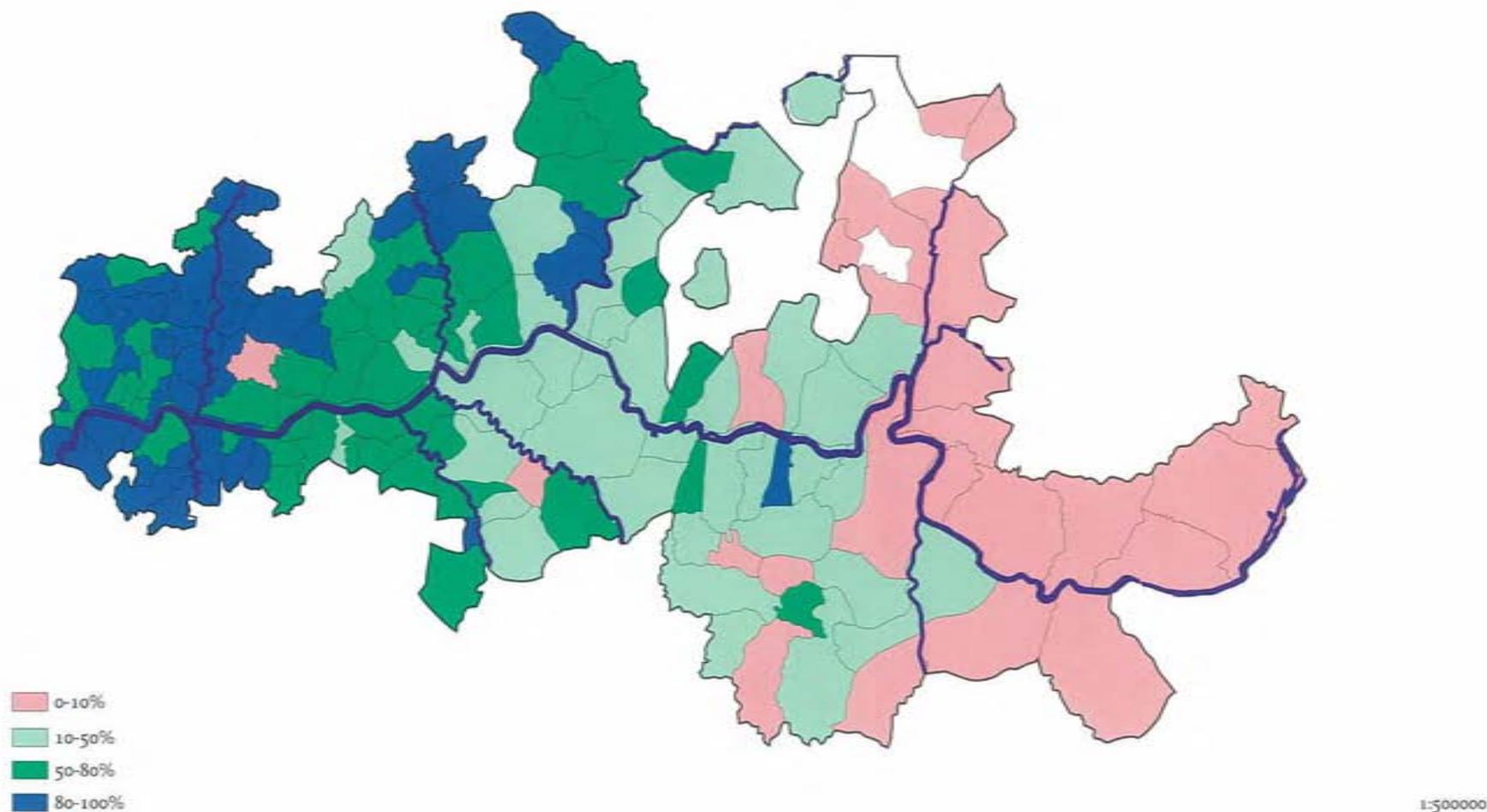




### Vinhas em terraços pós-filoxera

A vinha armada em terraços pós-filoxera tem uma expressão muito acentuada no Baixo Corgo e no Cima Corgo. Aqui tem uma expressão bastante significativa, chegando a representar 50% da área ocupada por vinha por freguesia.

A grande maioria dos imensos quilómetros de muros que hoje vemos ao longo das encostas datam desta etapa da evolução da paisagem do Douro.



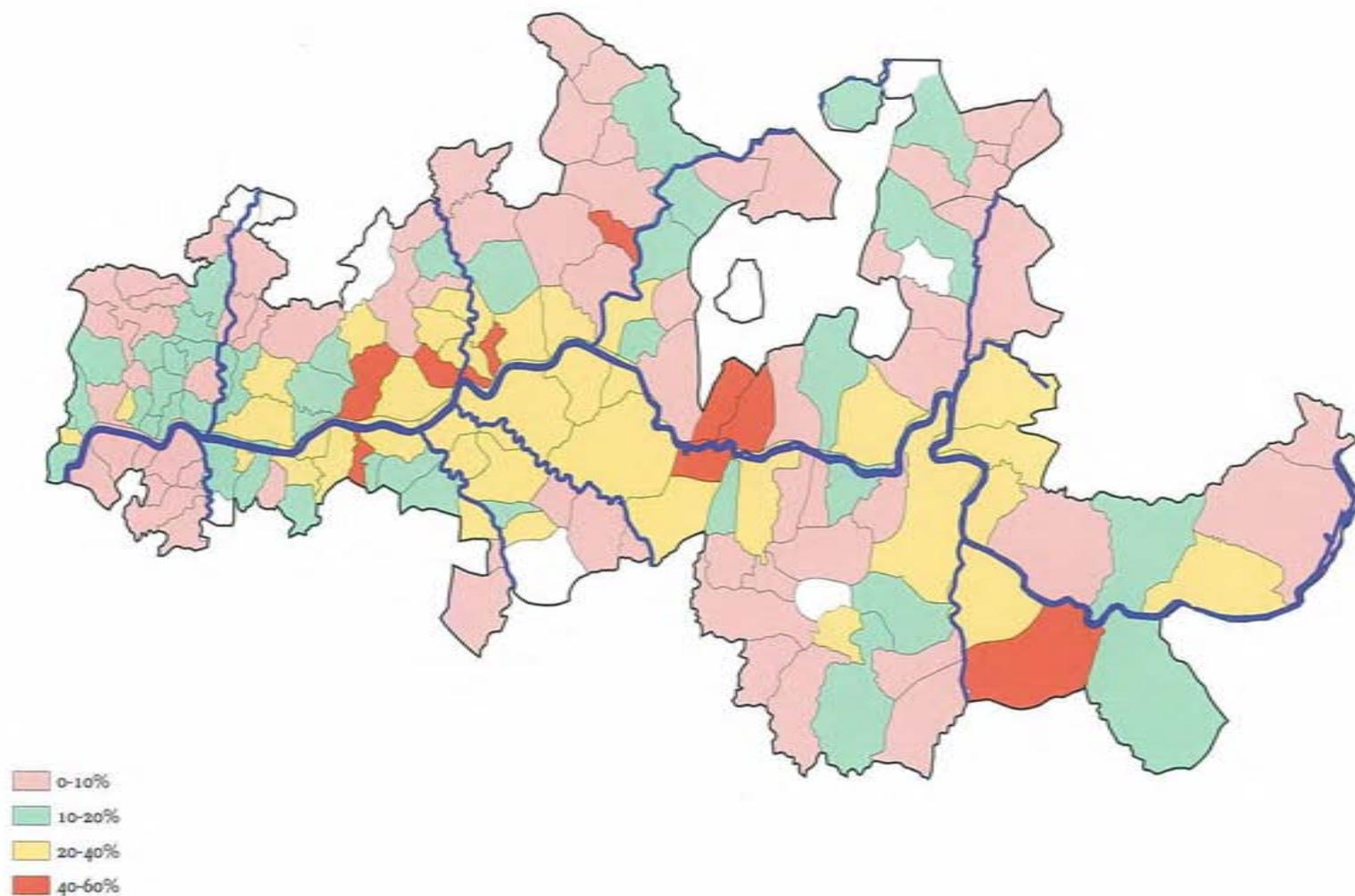


*Terraços pós-filoxera*

### Vinhas em patamares

A construção de patamares, iniciada na década de 70, ocorreu sobre mortórios e terraços pré-filoxera e, por vezes, também sobre terrenos onde não tinha havido vinha.

A operação implicou grandes surribas de terrenos e a destruição de muros e introduziu o surgimento de manchas significativas de taludes inclinados, que suportam uma plataforma horizontal sobre a qual assentam, de um modo geral, dois bardos de vinha, dimensionados para a mecanização.



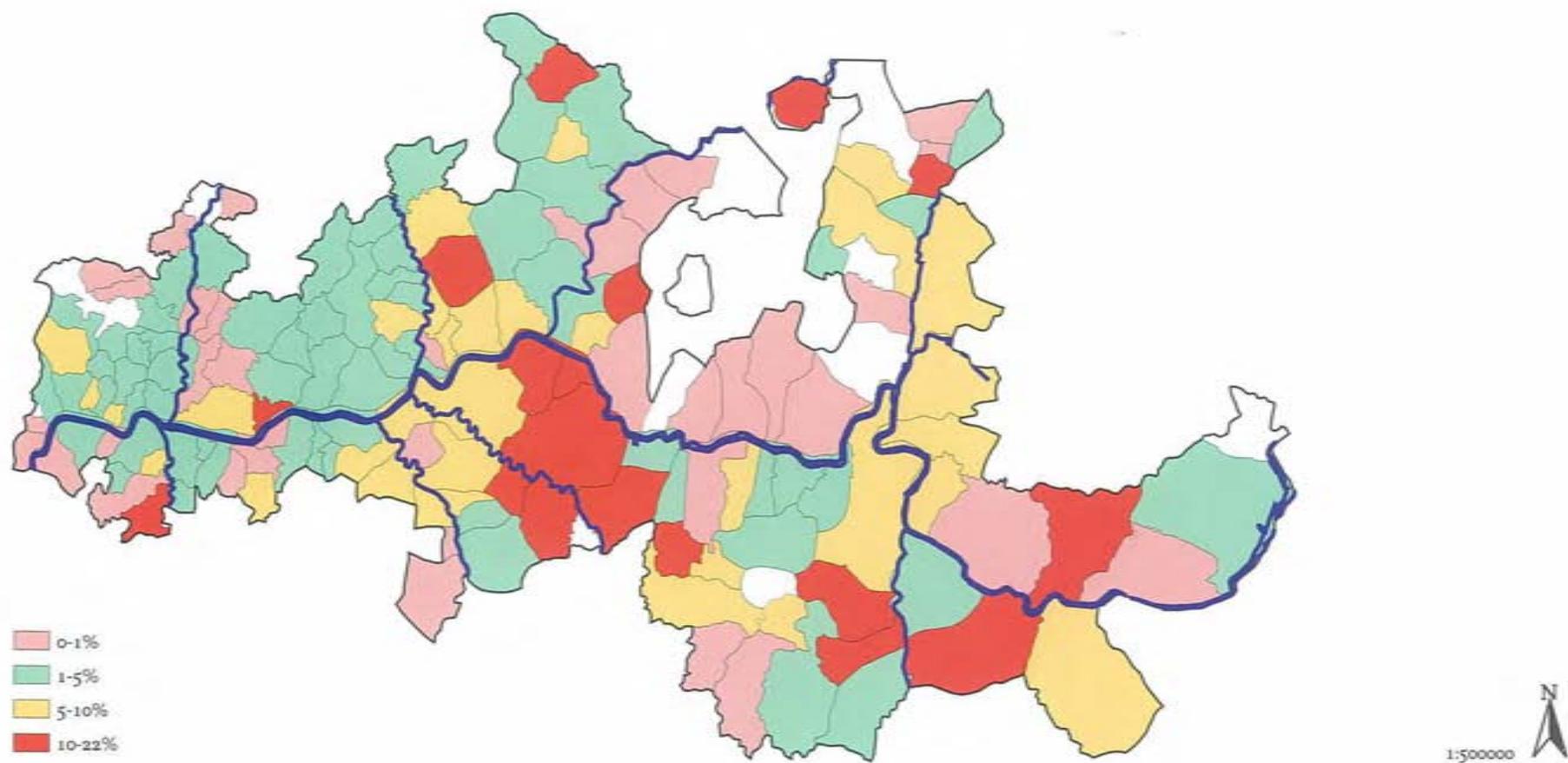


Patamares

### Vinhas plantadas "ao alto"

Entre os novos sistemas que se procura introduzir no Douro, a vinha *ao alto* tem vindo a ter acolhimento embora só seja possível até um dado limite de declive. Esta forma de armação tem tido maior representatividade no Cima Corgo e também no Douro Superior.

A experimentação continua e assim deverá ser no sentido de se encontrar soluções alternativas para os patamares e que minimizem os impactes na paisagem.

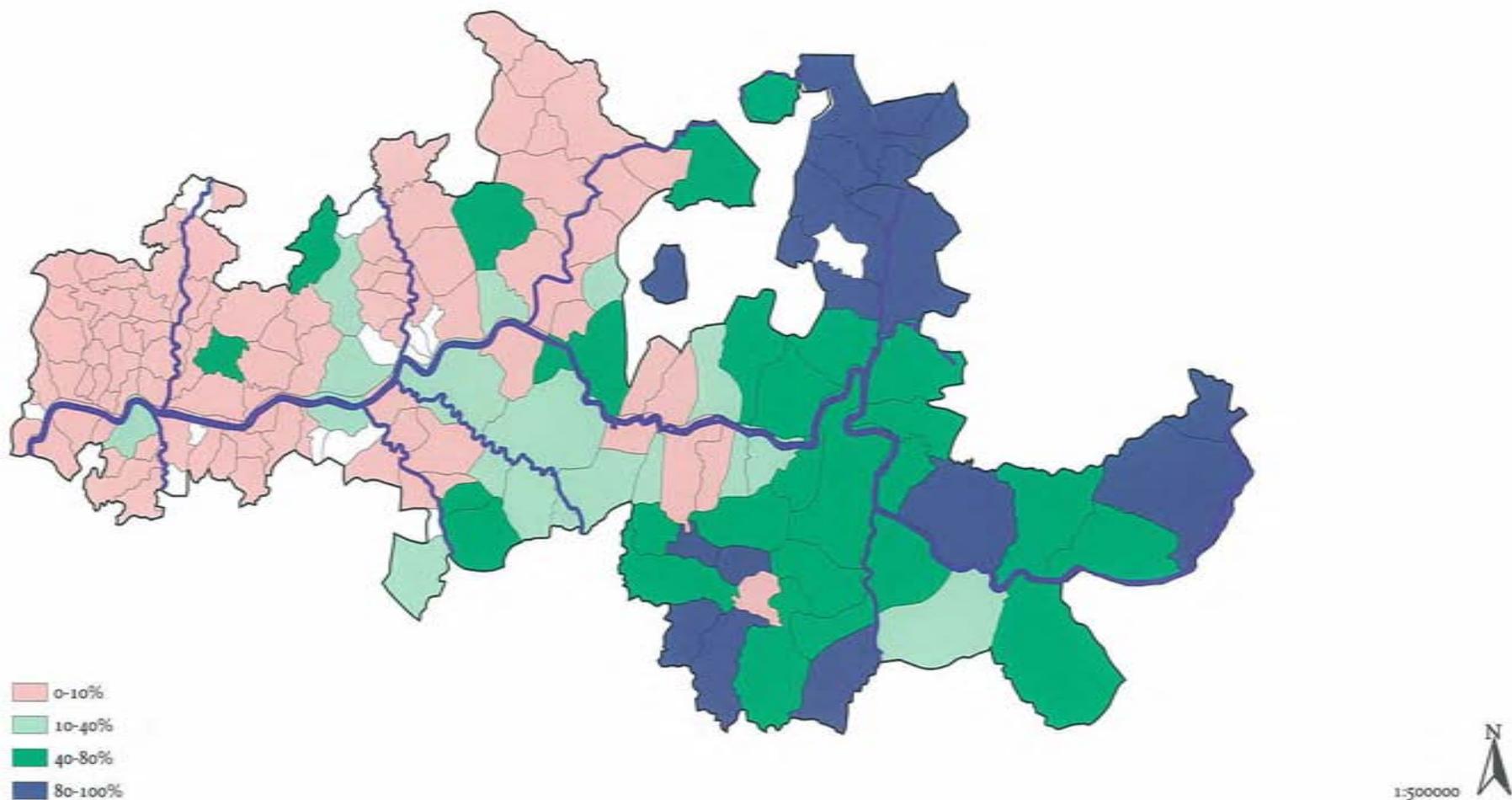




Vinha "ao alto"

### Vinhas plantadas sem armação do terreno

Trata-se de uma representação cartográfica que é quase um negativo da distribuição dos terraços pós-filoxera. As vinhas sem armação de terreno predominam no Douro Superior com terrenos de um modo geral menos declivosos e são praticamente inexistentes no Baixo Corgo. O Cima Corgo revela-se uma vez mais como uma zona de transição.





Vinhas sem  
armação do terreno

- O cruzamento de culturas

O Alto Douro encerra uma história milenar, com vestígios arqueológicos abundantes da intensa ocupação humana desde tempos pré-históricos (pinturas e gravuras rupestres, algumas paleolíticas, como as do vale do Côa e de Mazouco, esculturas zoomórficas e antropomórficas, antas e menires neolíticos, castros pré-romanos, estações romanas, etc.). Apesar da irregularidade do caudal do rio e das dificuldades de navegação, o vale do Douro constituiu um corredor de povos e culturas, que aqui se cruzaram e misturaram, durante milénios, em vagas sucessivas e promíscuas. Esta abertura do vale do Douro a um intercâmbio de influências culturais diversas, continuamente sobrepostas, marcou desde muito cedo o destino do vale enquanto espaço de cruzamento de culturas, ainda hoje testemunhado, não só pelos vestígios arqueológicos e históricos que têm vindo a ser descobertos, mas também em diversas formas de expressão do imaginário colectivo tradicional, das lendas ao vocabulário.

Desde o século I, a romanização veio redefinir em todo o vale do Douro as linhas de ocupação do território e as actividades económicas. Fundindo-se com as populações locais, os romanos reutilizaram os espaços de ocupação castreja e, simultaneamente, ocuparam os vales onde introduziram ou fomentaram a cultura da vinha, da oliveira e dos cereais, construíram estradas e pontes.

O vale do Douro foi, depois, dominado sucessivamente por suevos (séc. V), visigodos (séc. VI), entretanto unidos e cristianizados, e muçulmanos (séc. VIII-XI).

A Reconquista cristã que se seguiu traduziu-se numa continuação do fenómeno de miscigenação cultural no vale do Douro. As lutas entre godos cristianizados e mouros não apagaram a forte continuidade do povoamento nos principais centros de ocupação castrejo-romana até às origens da nacionalidade portuguesa (século XII). Em finais da Idade Média, o povoamento intensificou-se e, ao mesmo tempo, fixaram-se e cresceram diversas comunidades religiosas, destacando-se, desde meados do século XII, pelo seu papel económico e cultural, os monges da Ordem de Cister, que fundaram diversas quintas nas encostas do Douro, muitas delas ainda existentes, nas melhores zonas de produção vitícola. Desenvolve-se então o transporte dos produtos da região pelo rio em direcção ao Porto, na foz do rio, que se assume como o grande centro distribuidor do vinho associado às principais rotas mercantis europeias, envolvendo todo o vale do Douro nessa abertura ao Atlântico.

A especialização na vitivinicultura de qualidade e a precoce integração dos vinhos do Douro nos circuitos internacionais abriram, desde cedo, o vale do Douro a um sistema cosmopolita de relações. Os vinhos do Douro, e em particular o vinho do Porto, representam, precisamente, uma construção cultural colectiva, num processo de evolução multiseccular. Desde há séculos, os habitantes do Alto Douro desenvolveram técnicas específicas de cultivo da vinha e de produção de vinhos, introduzidas muitas delas na Época Romana e aperfeiçoadas desde a Idade Média pelas comunidades religiosas, em especial, os mosteiros da Ordem de Cister. No início do século XVI, eram já famosos os vinhos aromáticos de Lamego. É conhecida a participação, desde a Idade Média, das populações das montanhas beirãs e transmontanas nos grandes momentos do ciclo vitícola

(em especial nas vindimas, quando essas populações desciam, em *rogas*, para trabalhar no vale vinhateiro). Ao longo de séculos, deslocavam-se também ao Douro os pobres da Galiza para os trabalhos mais duros de *surribas* e plantações, bem como os *arraís* e marinheiros das povoações ribeirinhas, que desenvolveram técnicas de transporte do vinho pelo rio Douro, até ao Porto, nos barcos rabelos. Mas o vinho do Porto deve muito também aos negociantes e exportadores do Porto, nacionais e estrangeiros, que desenvolveram técnicas de armazenamento e lotação, que o comercializaram e adaptaram ao gosto dos mercados consumidores (em especial, do mercado britânico, principal consumidor entre finais do século XVII e meados do século XX) e lhe granjearam fama universal.

**d. Critérios segundo os quais a inscrição é proposta e justificação**

O Alto Douro ilustra de forma exemplar o conceito de **Paisagem Cultural** nos termos definidos nos pontos 35 e seguintes das orientações para a implementação da Convenção do Património Mundial (WHC-99/2 – Março 1999). Ela **representa uma expressão singular da nossa relação com os elementos naturais**.

Constitui uma gigantesca “obra conjugada da natureza e do Homem”. Depois do trabalho do rio que cavou fundo o seu leito, o Homem meteu mão à obra e adaptou as encostas íngremes à cultura da vinha. Conforme os meios disponíveis ao longo do tempo, surribou e construiu terraços sustidos por centenas de quilómetros de muros de pedra seca. Soube de forma magistral vencer os constrangimentos resultantes dos declives extremos, da escassez de água, da falta de solo e da abundante pedregosidade e explorar os trunfos que as culturas mediterrânicas, sobretudo a vinha, possuem de adaptação às condições climáticas e à natureza dos solos. Construiu-se assim uma das mais antigas regiões vitícolas do mundo, onde se produz um vinho universal sob a designação “Porto”.

Os critérios a que obedece a presente proposta para a sua inscrição na Lista do Património Mundial como paisagem cultural evolutiva viva são três entre os seis referidos para a inscrição de bens culturais, para além do critério de autenticidade (já sustentado em 2c) e do estatuto de protecção (4b).

*(Critério ii) O Alto Douro testemunha uma importante troca de influências durante um dado período e numa área culturalmente determinada. A área proposta para inscrição na Lista como paisagem cultural evolutiva viva é representativa da Região Demarcada do Douro e ilustra os seus elementos naturais e culturais essenciais; reflecte técnicas específicas de utilização viável das terras - das técnicas do passado às de hoje - lado a lado com um conjunto de habitats naturais significativos e identificadores do carácter mediterrânico.*

*(Critério iv) O Alto Douro é um exemplo notável de paisagem que ilustra diferentes etapas da história humana. É um exemplo excepcional de uma relação única entre o Homem e os elementos naturais. Aqui, apesar das condições hostis à fixação humana, o Homem adaptou as culturas mediterrânicas, particularmente a vinha a oliveira e a amendoeira, e plantou-as em socalcos adaptados às encostas rochosas e declivosas. Os vários métodos de plantação reflectem a evolução desta relação ao longo dos séculos e ainda hoje coexistem lado a lado na paisagem.*

*(Critério v) O Alto Douro constitui um exemplo distinto duma paisagem representativa de uma cultura sob uma certa vulnerabilidade. A paisagem do Alto Douro e a sua vivência são marcadamente mediterrânicas. A natureza geomorfológica e climática é adversa à fixação humana, porém, a vinha e também a oliveira e a amendoeira ao lado de outras fruteiras e cereais viabilizaram uma actividade económica dinâmica porém vulnerável aos caprichos da natureza, às variações dos mercados e do gosto e, mais recentemente, à escassez de mão-de-obra e consequentemente à viabilização pela mecanização dos trabalhos da vinha.*

A metodologia do estudo de caracterização paisagística realizado para identificação dos limites da área a ser proposta para inscrição teve por base os cartogramas que a seguir se apresentam. Este trabalho foi complementado por um intenso trabalho de campo pluridisciplinar e de pesquisa bibliográfica e só assim foi possível – face a uma região tão vasta – identificar o espaço territorial que, simultaneamente: 1) fosse representativo do carácter da paisagem da Região Demarcada do Douro e das três sub-regiões, da mais atlântica à mais mediterrânica; 2) reunisse de forma coerente a maioria do conjunto de valores mais significativos; e 3) apresentasse um bom estado de conservação no seu todo admitindo-se apenas um número mínimo de intrusões pontuais.

Detalham-se a seguir as justificações da inscrição que consideramos mais relevantes, tendo subjacente que a paisagem é o resultado da relação dos seres humanos com os elementos naturais. Assim, identificam-se e descrevem-se, em primeiro lugar, os elementos naturais e, de seguida, os elementos culturais para então se apresentar o carácter único e distinto desta paisagem cultural de vinha de montanha que se propõe ser inscrita na Lista do Património Mundial.

(i)- *Os elementos naturais*

os vales encaixados  
os declives acentuados  
os antrosolos  
a escassez da água  
a precipitação reduzida  
a diversidade dos *habitats* naturais do Atlântico ao Mediterrâneo  
as culturas mediterrânicas: a vinha, a oliveira e a amendoeira  
a presença dominante da vinha  
o efémero na paisagem: luz e cor, som e silêncio, e os cheiros

(ii)- *Os elementos culturais*

o padrão da paisagem  
os povoados  
a acessibilidade – o rio e o caminho-de-ferro  
referências na paisagem  
as *quintas* e os *casais*  
o sagrado  
os muros

(iii)- *Síntese: Os criadores da paisagem*

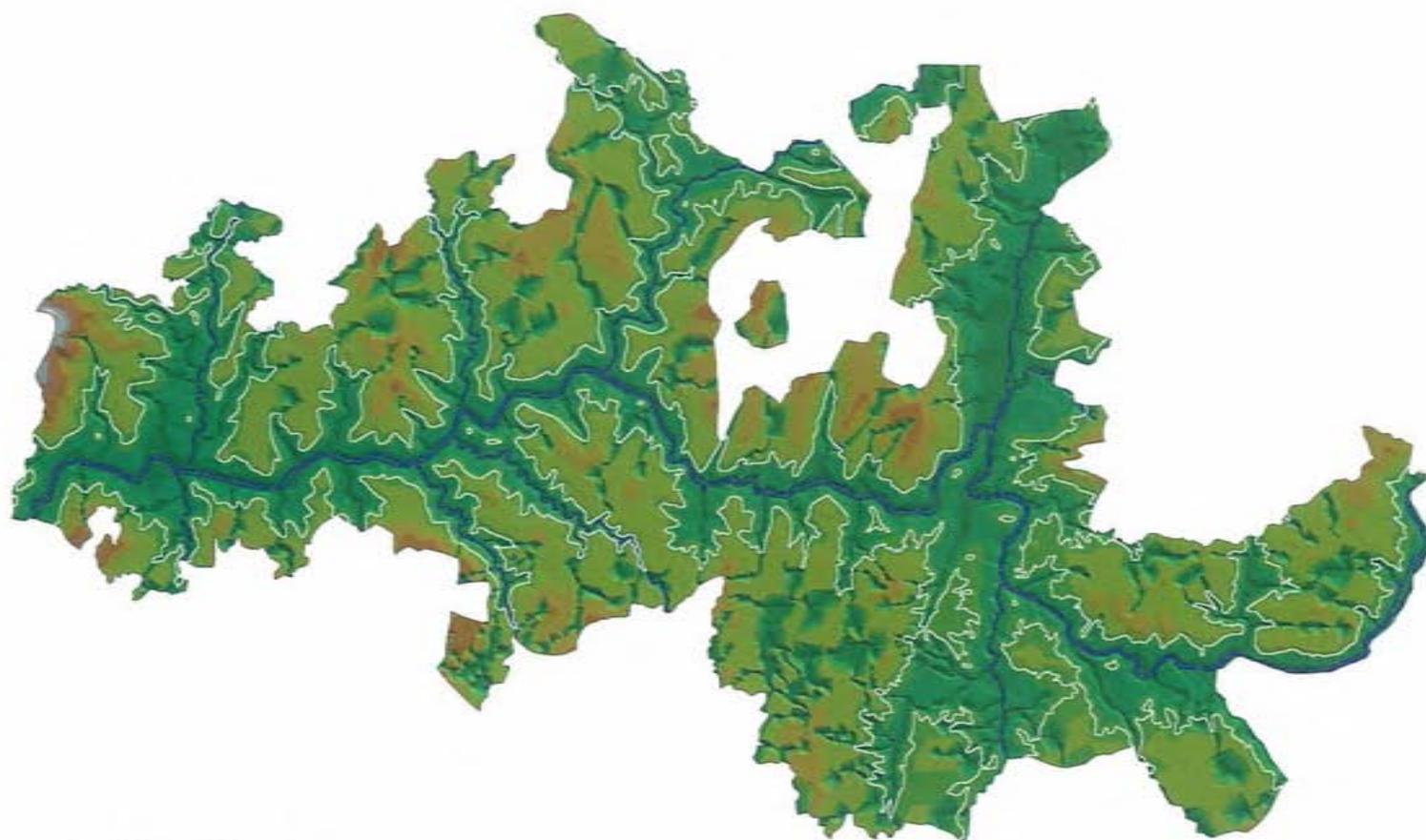
## ELEMENTOS NATURAIS

## Os vales encaixados

A paisagem da Região Demarcada do Douro é desenhada por vales encaixados. Os planaltos surgem apenas acima dos 400 m de altitude.

O vale do Douro é a espinha dorsal desta paisagem, marcada pelas albufeiras das barragens, espelhos imensos onde se reflectem as encostas e o céu.

Os afluentes correm ao longo de vales ainda mais estreitos.

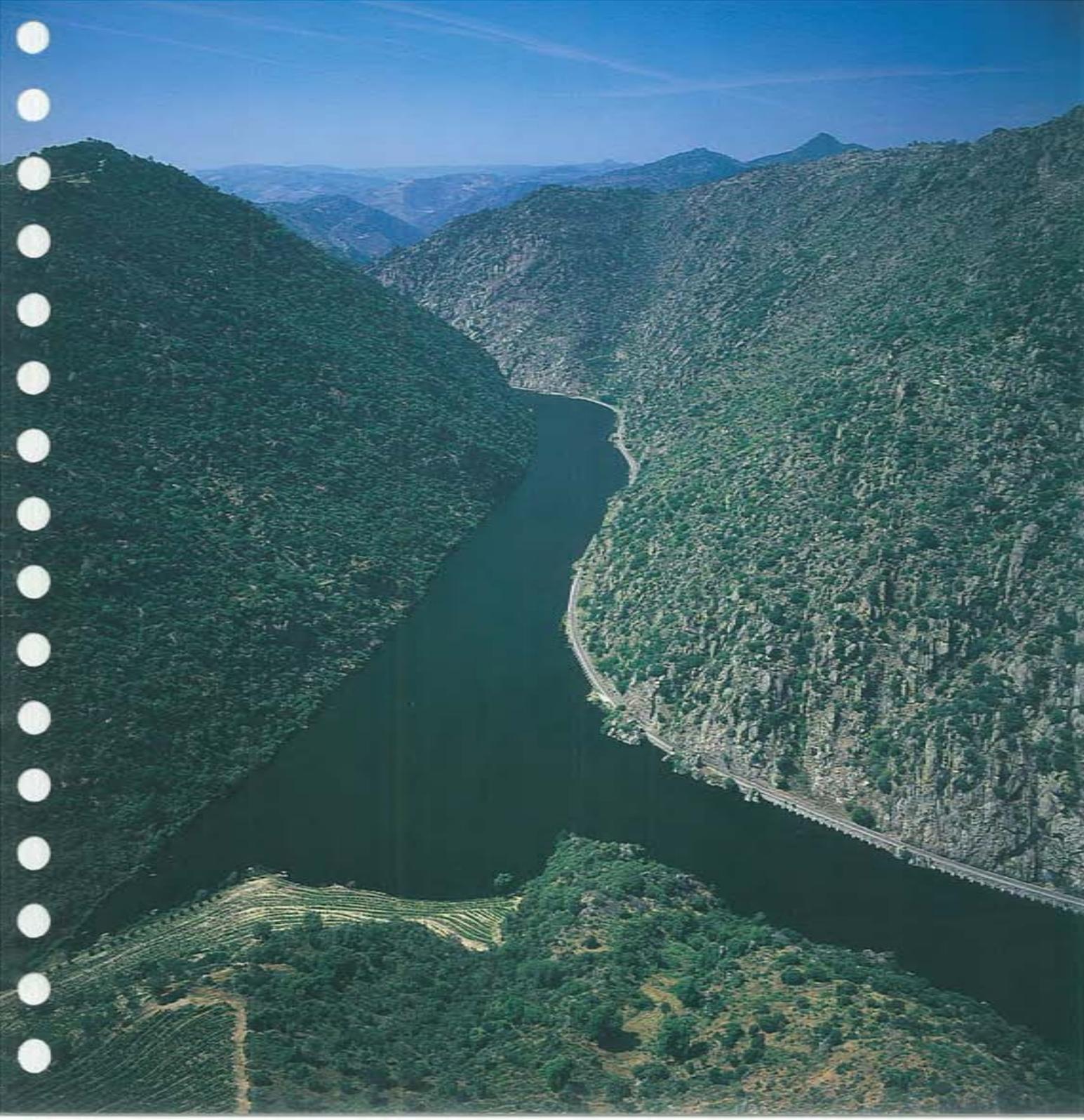


Modelo Digital do Terreno

 Contorno dos 400 metros

1:500000

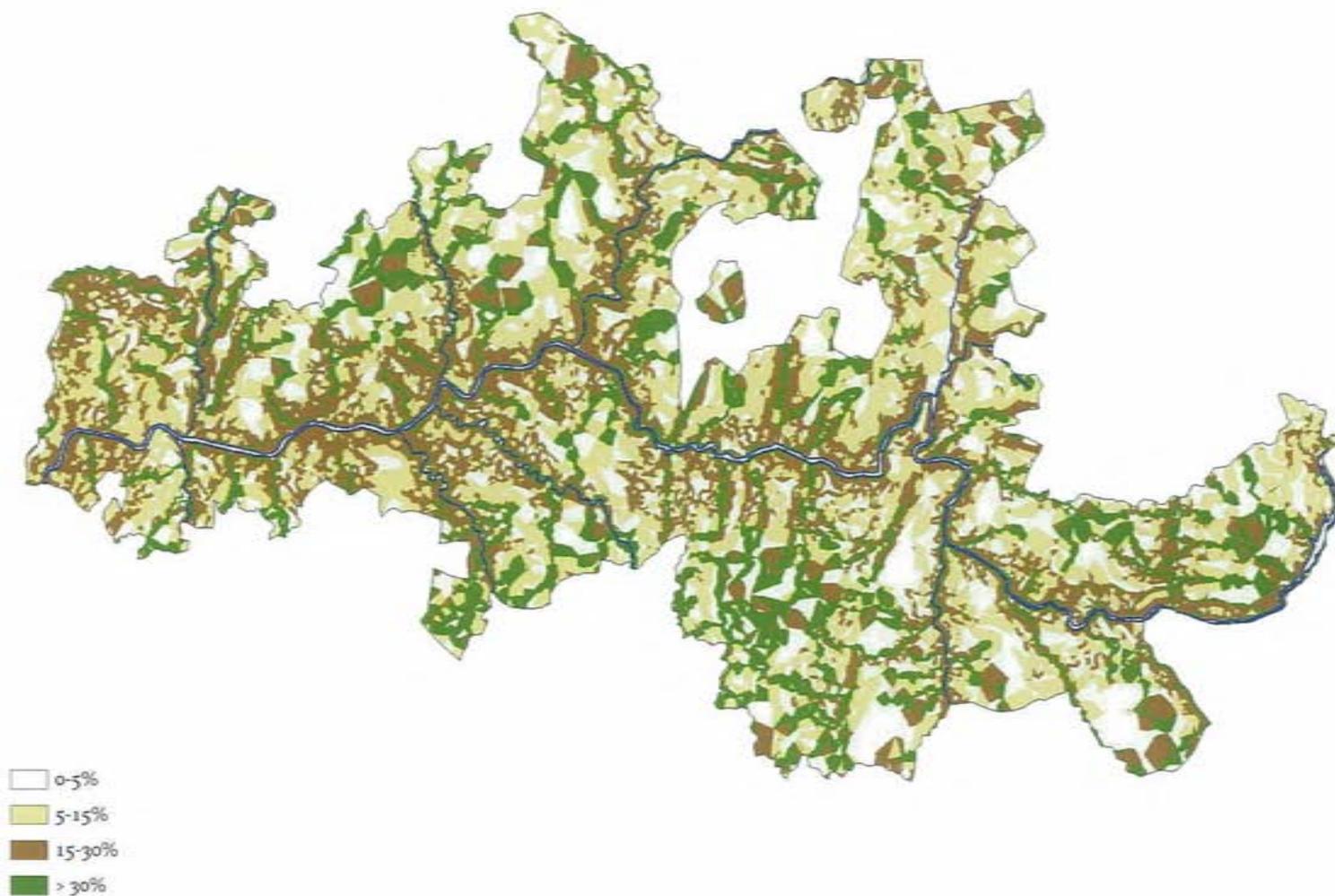




**ELEMENTOS NATURAIS****Os declives acentuados**

As encostas íngremes com declives superiores a 15% marcam uma presença forte em ambas as margens do rio, particularmente no Baixo e Cima Corgo.

De onde quer que se olhe, manifesta-se a natureza dramática desta paisagem de montanha onde a forma do relevo é determinante.





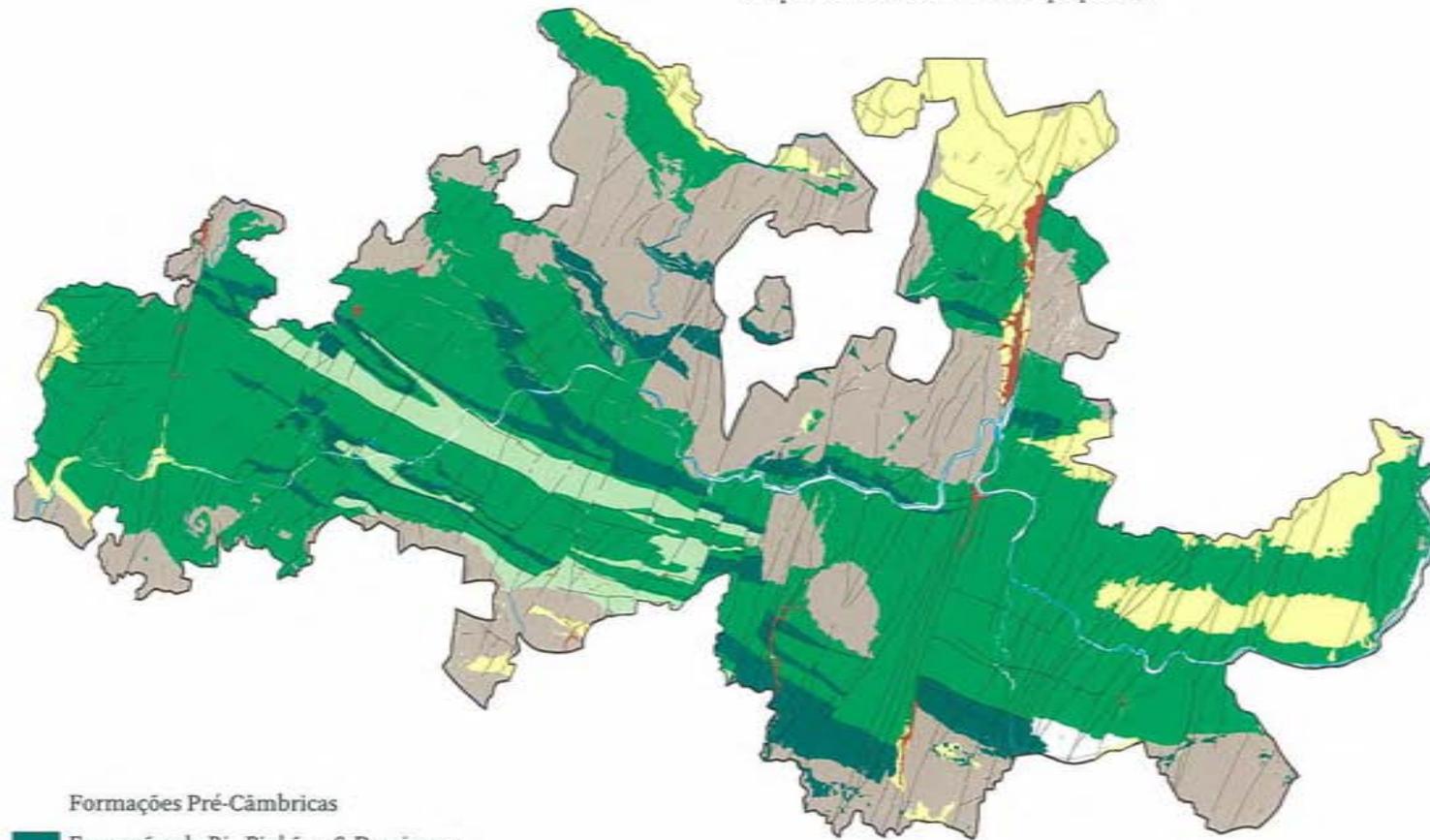
## ELEMENTOS NATURAIS

### Os antrossolos

As formações geológicas do Alto Douro são muito antigas. Datam desde o Pré-Câmbrico e são essencialmente constituídas por xistos e intrusões graníticas.

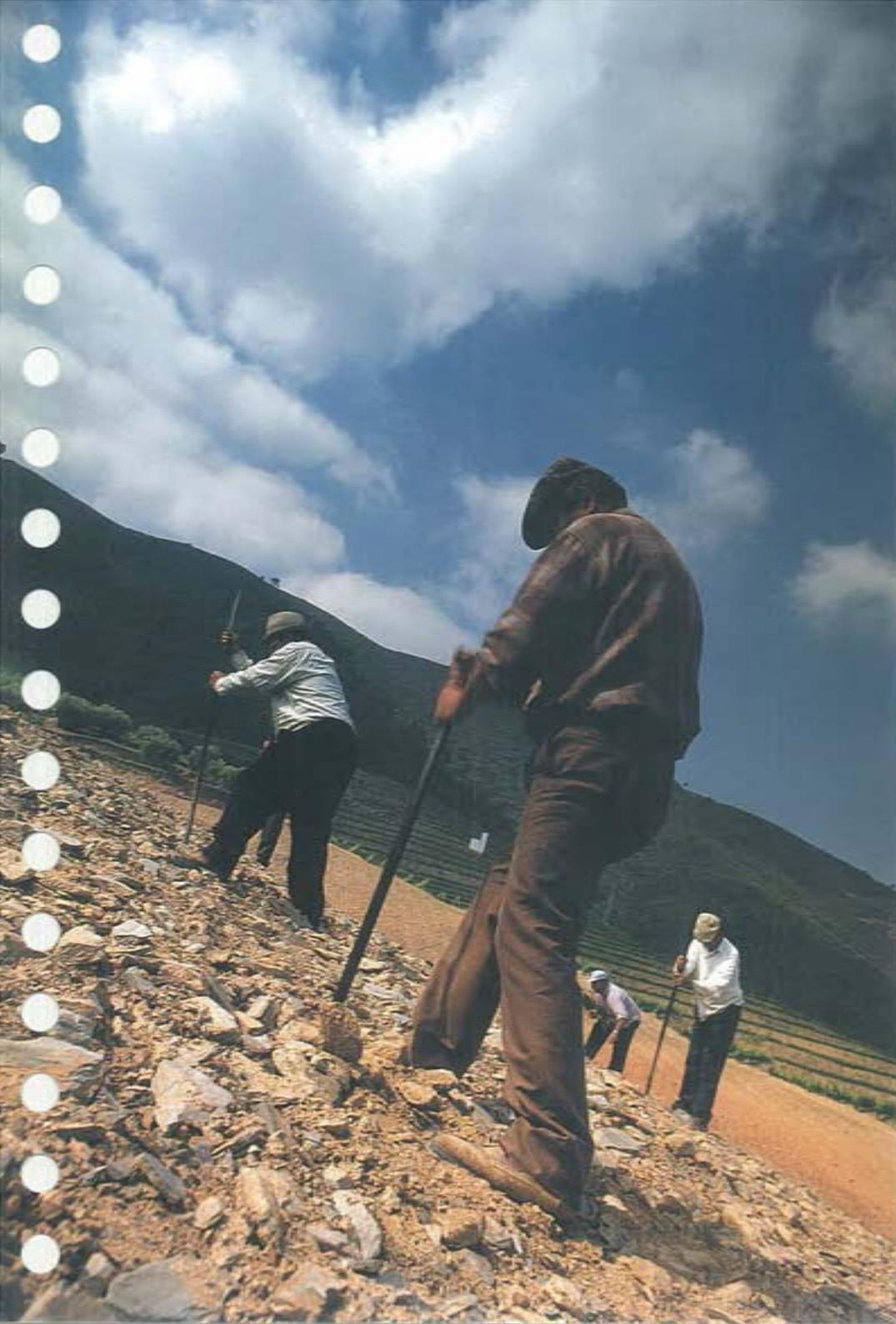
O solo é praticamente inexistente e o que encontramos nos socalcos é fabricado pelo Homem, por isso lhe chamam antrossolos.

Fabricar solo aqui significa literalmente "partir pedra" – partir o xisto em pedacinhos cada vez mais pequenos.



#### Formações Pré-Câmbricas

- Formações do Rio Pinhão e S. Domingos
- Formações do Pinhão, Ervedosa e Desejosa
- Formação de Bateiras
- Outros
- Formações Aluviais
- Formações Graníticas



*Pinhão, 25 de Setembro de 1945*

*... O desgraçado Doiro tem as suas pedras descarnadas como ossos secos num deserto. Tanto vinho generoso que deu, tanta força a rasgar rochedos desde a nascente ao mar, e nada. Nem uma pintura, nem um poema, nem uma história! Suor, suor, suor, e a espadela dum barco rabelo, pesada como um látigo, a açoitar-lhe o lombo doirado ...*

*Miguel Torga, Diário, Vol. III, 1945*

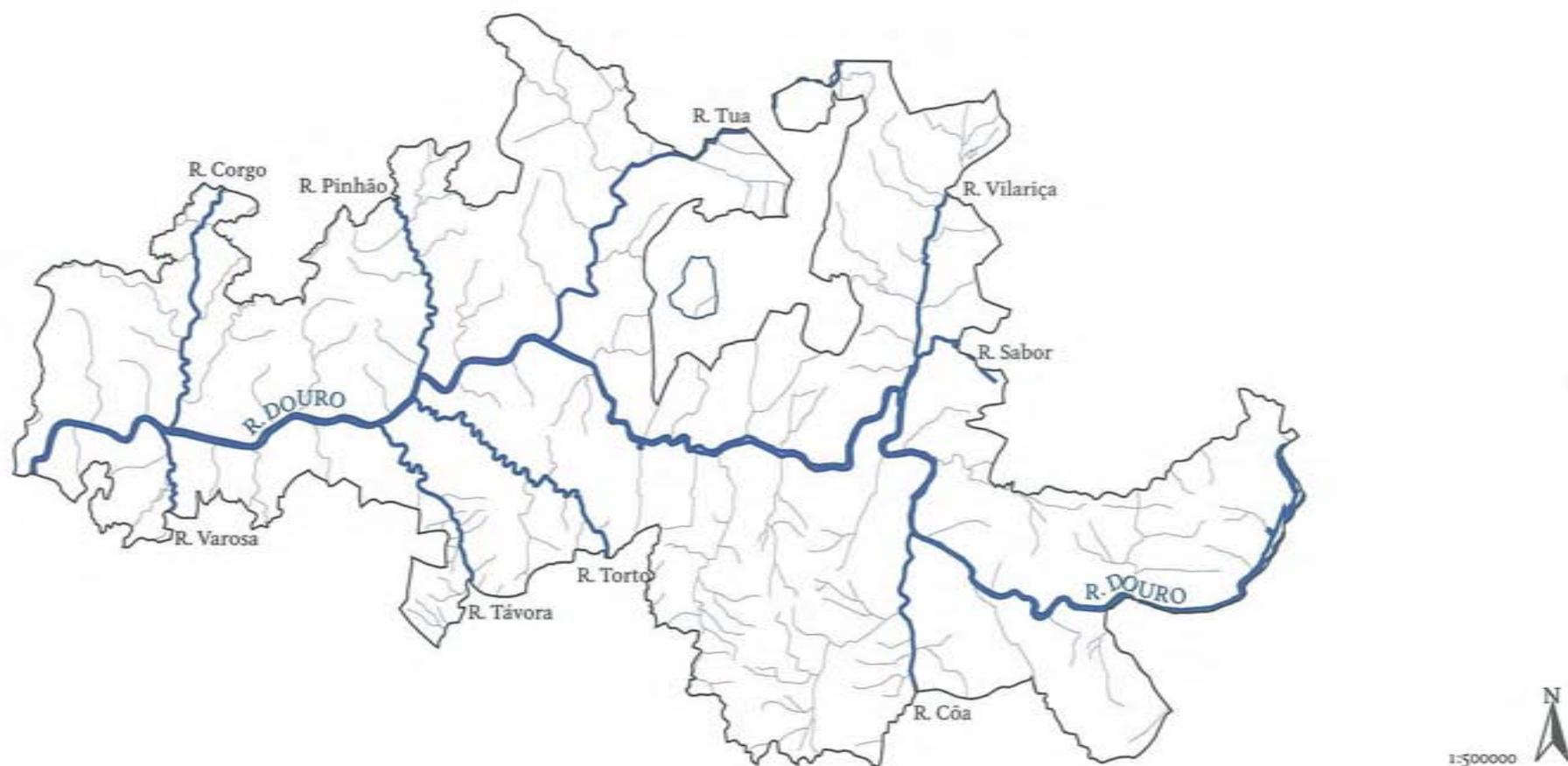


## ELEMENTOS NATURAIS

## A escassez da água

A rede hidrográfica aberta predominantemente em leito de xisto determinou uma paisagem de grandes declives.

O Rio Douro e os seus afluentes correm descrevendo meandros mais ou menos apertados, consoante os diferentes graus de dureza dos xistos e granitos. A natureza da rocha-mãe e os declives íngremes dificultam a infiltração da água no solo.



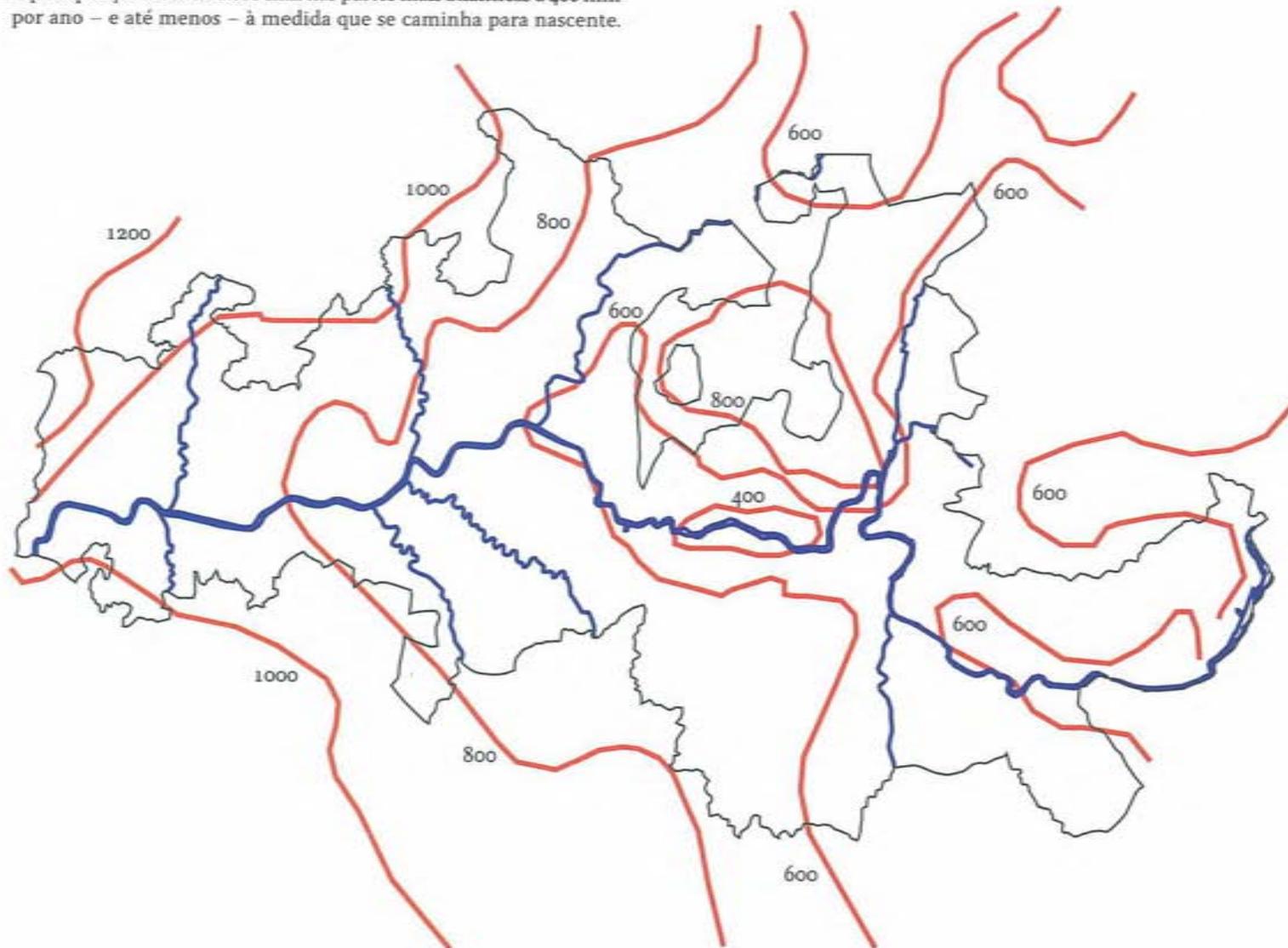


**ELEMENTOS NATURAIS****A precipitação reduzida**

O clima mediterrânico, longe do litoral, acrescenta a esta paisagem do xisto e encostas íngremes uma dimensão única à experiência do *genius locci*.

A precipitação varia de 1.000 mm nas partes mais atlânticas a 400 mm por ano – e até menos – à medida que se caminha para nascente.

À primeira vista a precipitação anual até pode parecer suficiente. Porém, durante longos períodos, especialmente no Verão, de Maio a Setembro, raramente chove e as temperaturas sobem acima dos 40°C. Lá diz o ditado: "nove meses de inverno, três de inferno".



*Desço mais uma vez a estrada que liga as  
frescuras da montanha a estes calores tropicais*  
Miguel Torga, Diário III, 1945.

*... No verão, um calor de forja caldeia o xisto e  
transforma a corrente numa alucinação de lava  
a mover-se; no inverno, até os olhos das videiras  
choram de frio.*

Miguel Torga, Portugal. O Douro, 1959.

A precipitação reduzida

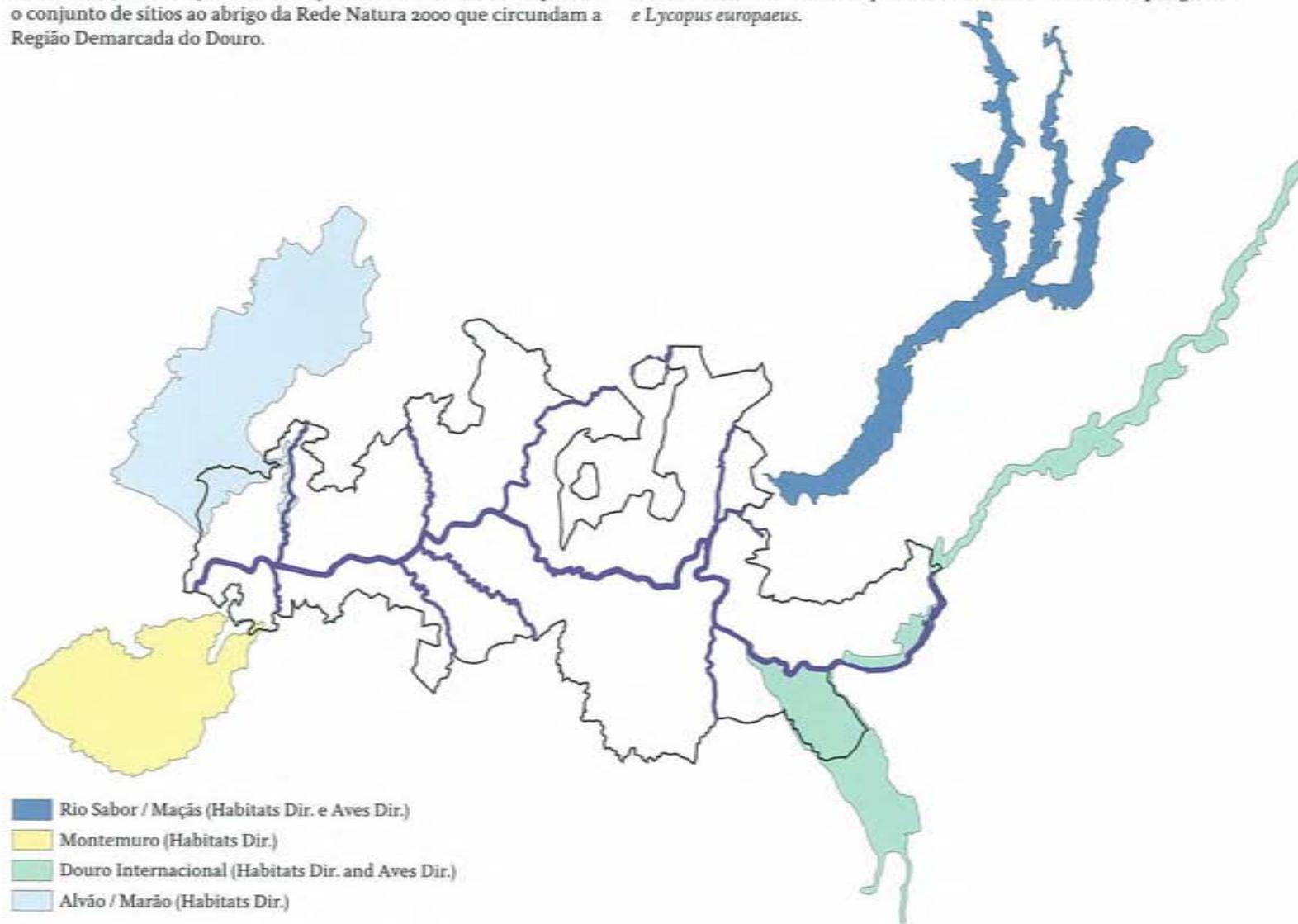
## ELEMENTOS NATURAIS

### A diversidade dos habitats naturais

O padrão da paisagem inclui manchas importantes de habitats naturais onde predomina a flora mediterrânica pertencente ao *Quercetum pyrenaicae* e ao *Quercetum rotundifoliae*.

A vida selvagem tem igualmente importância. É interessante apreciar o conjunto de sítios ao abrigo da Rede Natura 2000 que circundam a Região Demarcada do Douro.

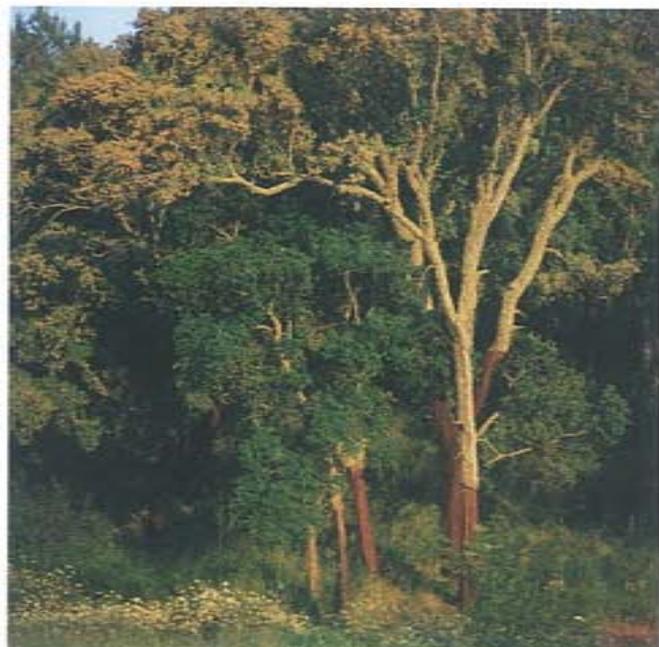
Ao longo das linhas de água, as galerias ripícolas são riquíssimas e abundantes em *Alnus glutinosa*, *Fraxinus angustifolia*, *Ulmus*, *sp*, *Salix spp*, *Celtis australis*, *Lythrum salicaria* e comunidades herbáceo-arbustivas de *Thero-Brachypodietea* onde abundam os juncos e as plantas aromáticas como *Mentha aquatica*, *Preslia cervinea*, *Mentha pulegium* e *Lycopus europaeus*.



**ELEMENTOS NATURAIS****Do Atlântico ao Mediterrâneo**

O *Quercus pyrenaica* domina a ocidente, onde se faz sentir a influência atlântica, e em associação com *Quercus robur*, *Quercus suber*, *Arbutus unedo*, *Phyllirea angustifolia*, *Ruscus aculeatus*, *Cistus populifolius*, *Viburnum tinus*, *calluna vulgaris*, *Erica arborea*, *Ulex spp.* e outros.

O *Quercus rotundifolia*, de carácter mediterrânico, aparece em associação com o *Quercus faginea*, *Quercus suber*, *Juniperus oxycedrus*, *Olea europea*, *Lygos sphaerocarpa*, *Pistacia terebinthus*, *Cistus ladanifer*, *Lavandula pedunculata*, *Thymus mastichina*, *Cistus albidus*, *Cistus salvifolius*, *Ruscus aculeatus* entre outros.



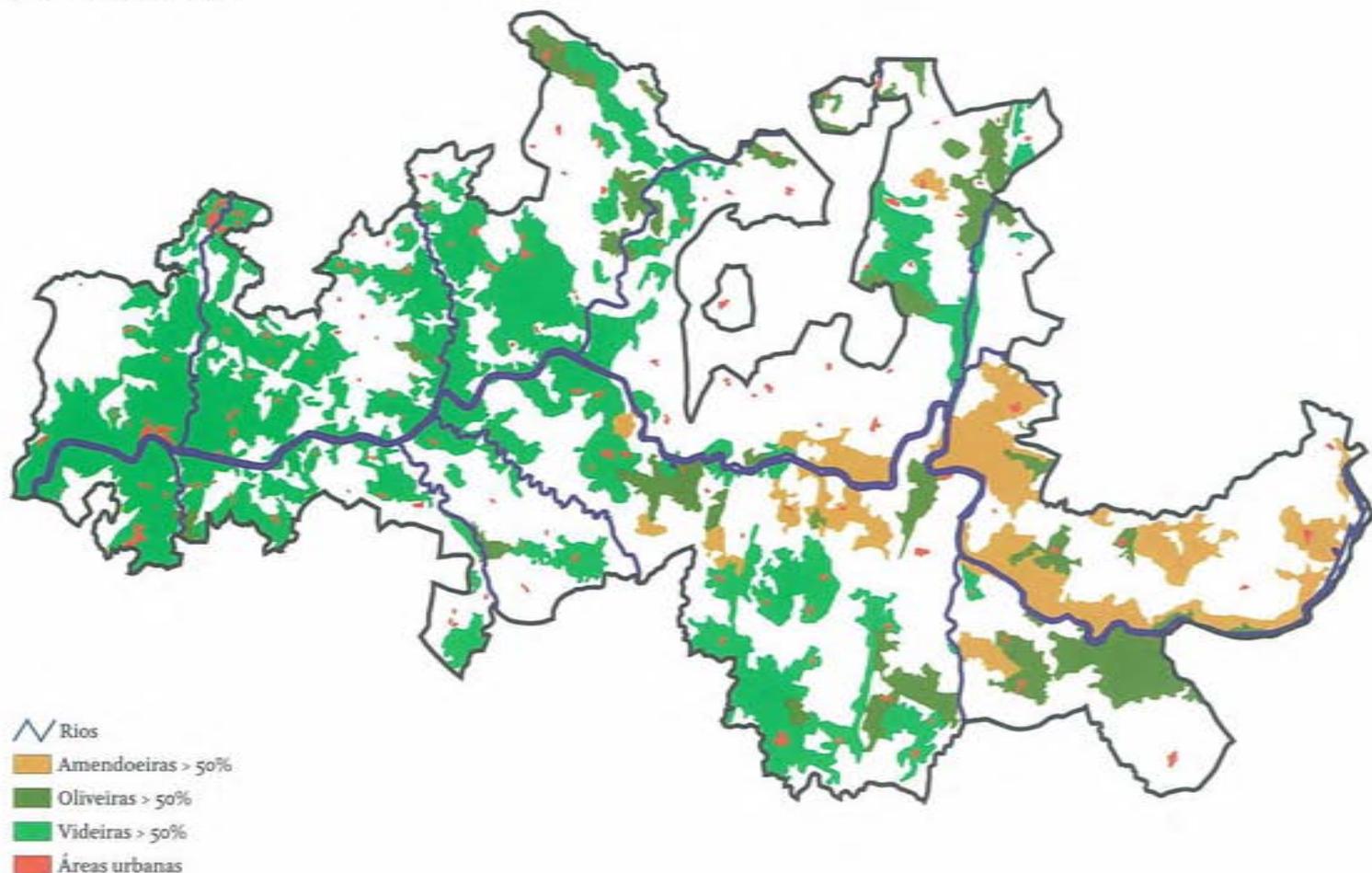
## ELEMENTOS NATURAIS

## As culturas mediterrânicas: a videira, a oliveira e a amendoeira

A videira, a oliveira, a amendoeira e também a figueira e a laranjeira são verdadeiros símbolos da cultura mediterrânica e têm uma representação muito própria no Alto Douro. A sua distribuição evidencia a transição do atlântico para o mediterrâneo.

As vinhas predominam no Baixo e Cima Corgo, enquanto que as oliveiras e as amendoeiras ganham maior representatividade no Douro Superior e também no Cima Corgo, onde as condições climáticas se tornam mais adversas.

As oliveiras, as amendoeiras e outra árvores de fruto, como o pessegueiros e as cerejeiras, têm uma presença muito significativa na compartimentação da paisagem no Baixo e Cima Corgo.





*As culturas  
mediterrânicas:  
a videira,  
a oliveira  
e a amendoeira*

## ELEMENTOS NATURAIS

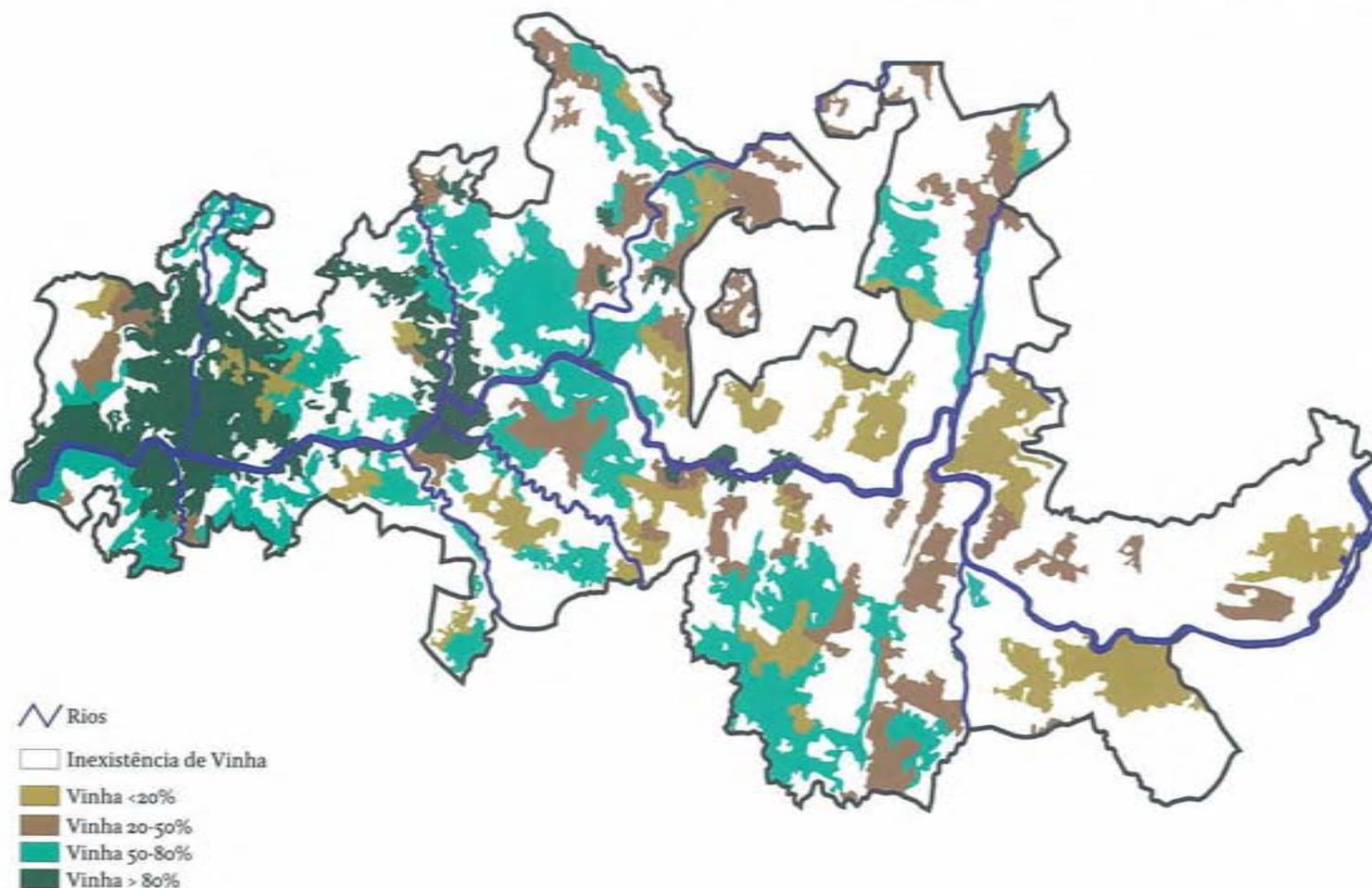
## A presença dominante da vinha

A vinha e o vinho são indissociáveis da cultura mediterrânica.

A produção de vinho no Alto Douro é um actividade muito antiga – as condições naturais do vale favoreciam a produção de um vinho de guarda, que lhe conferia um grande valor comercial.

As encostas acentuadas, a dureza do xisto e a escassez da água parecem não ter constituído obstáculo. A adversidade assentava bem à videira, uma liana trepadeira, mas à custa de um enorme esforço, tenacidade e sabedoria humana.

Nada nos deixa mais perplexos num passeio por uma quinta do Alto Douro num dia quente de Verão, com os termómetros a bater os 40°C, que viver o contraste entre o verde pujante da vinha e a nossa sede!





*A presença  
dominante da vinha*



**ELEMENTOS NATURAIS**

O efêmero na Paisagem: luz e cor, som e silêncio e os cheiros

Pinhão, 25 de Setembro de 1945

*... Não pode haver no mundo coisa mais bela do que o vale do Pinhão, quando estas primeiras tintas do outono o visitam. A gente olha de cima, e não está mais na terra. Debruça-se sobre um abismo de cor ao fim do qual dois rios se bebem com sede um do outro...*

Miguel Torga, Diário III, 1945.

*Beleza não falta em qualquer tempo, por onde haja uma vela de barco e uma escadaria de Olimpo ela existe. Mas a própria beleza deve ser entendida. Não é subir aos restolhos de Lagoaça, contemplar o abismo, e quedar-se em êxtase. Não é espreitar de S. Salvador do Mundo o Cachão da Valeira, e sentir calafrios. Não é descer de Sabrosa para o Pinhão, estacar em S. Cristóvão, e abrir a boca de espanto. Não é ir a S. Leonardo de Galafura ou ao miradoiro de S. Brás, olhar o caleidoscópio, e ficar maravilhado. É compreender toda a significação da tragédia, desde a tentação do cenário, à condenação de Prometeu, ao clamor do coro.*

Miguel Torga, Portugal. O Doiro, 1950.

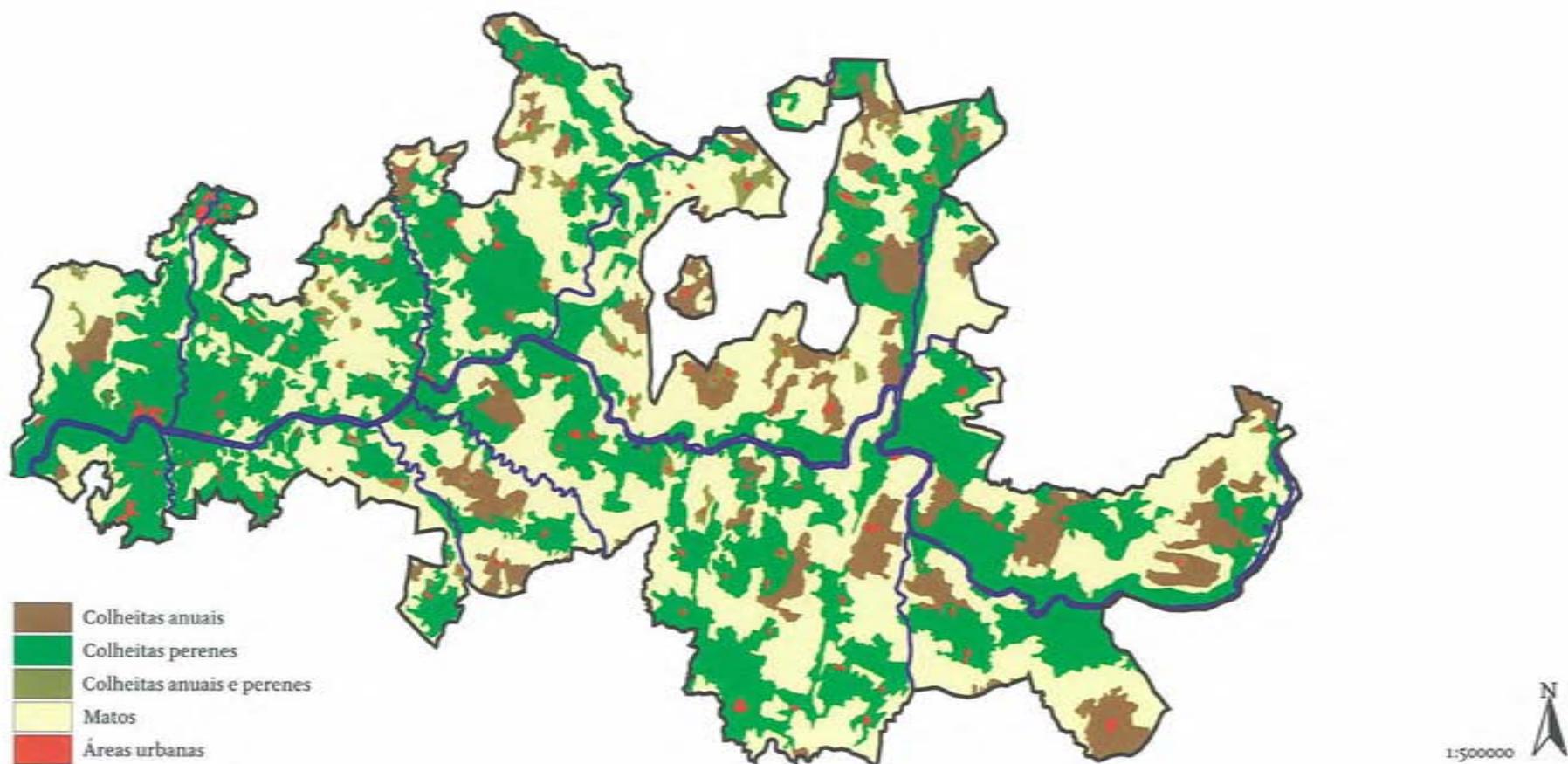


## ELEMENTOS CULTURAIS

### O padrão da paisagem

O trabalho combinado da natureza e do Homem, que é a paisagem da Região Demarcada do Douro, resulta do equilíbrio alcançado entre os declives, a escassez de águas e os solos de xistos com as culturas criteriosamente escolhidas e adaptadas ao longo de gerações. Durante séculos o vinho e o azeite foram a maior fonte de rendimento da região. A paisagem é dominada pelas culturas permanentes, vinha, olival e amendoal, lado a lado com extensas manchas de matos mediterrânicos. Outrora, as culturas arvenses tiveram importância.

As culturas perenes estão adaptadas à adversidade do Alto Douro. Para a vencer foi necessário ultrapassar o declive e o difícil acesso a terra tão remota. Quebrar a pedra, construir muros, degraus e caminhos, plantar as vinhas e as árvores, apanhar as uvas e trazê-las pelas encostas abaixo, lavar o solo, fazer o vinho e o azeite, carregar os barcos, rio abaixo, ... Esta é a história desta paisagem e daqueles que a criaram.





O padrão da paisagem

## ELEMENTOS CULTURAIS

### Os povoados

A carta de uso de solo representa a encarnado os aglomerados populacionais da Região Demarcada do Douro. A cidade de Lamego foi o centro urbano mais importante da região, mas a Régua assume hoje esse lugar. No entanto, nenhuma das cidades está incluída na zona proposta para classificação. O Pinhão é, assim, o centro urbano de maior dimensão e importância dentro dessa zona.

Os povoados encontram-se, de um modo geral, a cotas elevadas das encostas, de onde sobressai a cor branca do casario. Poucos são os que se encontram perto do rio, pois este significava doença. Dentro das aldeias existem elementos notáveis de arquitectura vernacular, apesar de construções mais recentes terem muitas vezes desvirtuado o seu carácter, tornando-se premente uma intervenção de requalificação.



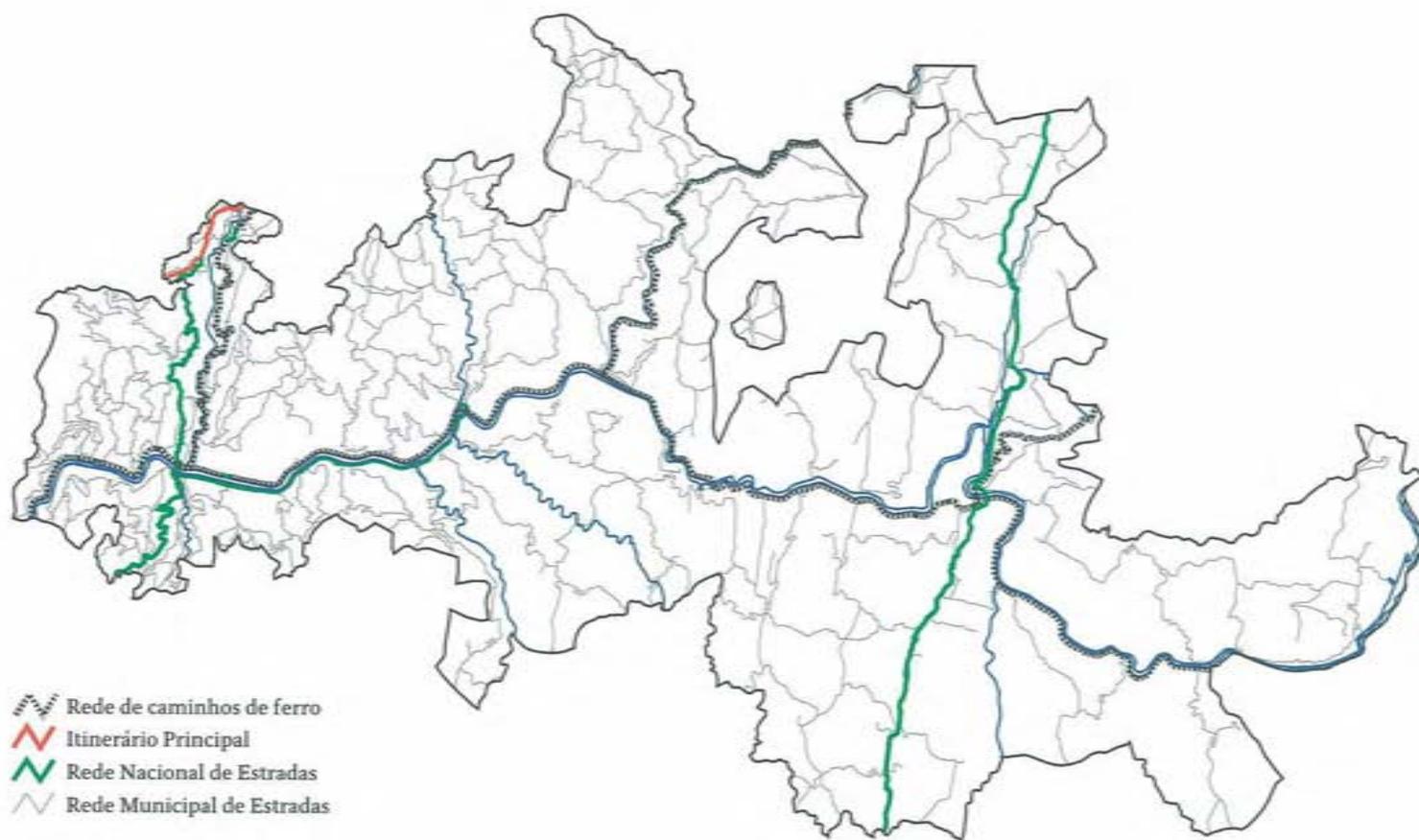


## ELEMENTOS CULTURAIS

## Acessibilidade: o rio e o caminho de ferro

Durante séculos o rio Douro foi a principal via de comunicação do Alto Douro. Os caminhos ao longo dos afluentes faziam chegar pessoas e bens dos pontos altos ao rio. Os rápidos tornavam a navegabilidade muito difícil. Os barcos rabelos carregados desciam até à foz e no regresso eram puxados, rio acima, através dos caminhos de sirga.

O caminho de ferro foi construído por volta de 1870 nas margens do rio Douro. Mais tarde, já no século XX alargou-se ao longo dos afluentes. Nos anos mais recentes o acesso à região tem sido melhorado, em especial através da nova rede viária.





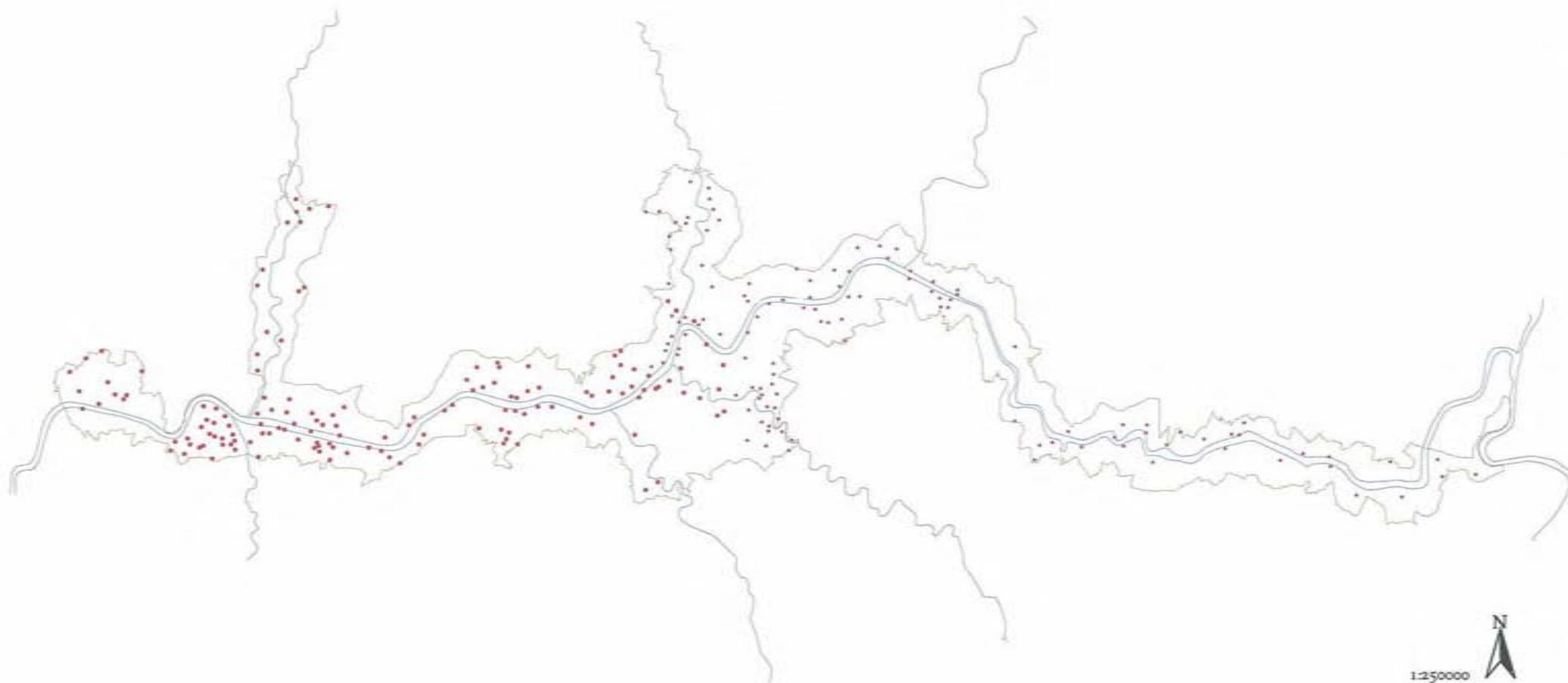
*Acessibilidade: o rio e o caminho de ferro*

## ELEMENTOS CULTURAIS

### Referências na paisagem: as quintas e os casais

As quintas no Alto Douro são uma referência importante na paisagem, constituindo um contínuo de vinhas que majestaticamente sobem as encostas. São facilmente referenciadas pelas suas casas rodeadas de edifícios vários, sobretudo associados à actividade vitivinícola. Têm uma presença referencial em toda a região, mas particularmente no

Cima Corgo e no Douro Superior. As quintas no Baixo Corgo alternam com os casais. Aqui, a sua arquitectura é diferente, resultado do uso do granito, indicador da proximidade de formações graníticas, e de uma influência dos tempos áureos da emigração para o Brasil.





Referências na paisagem:  
as quintas e os casais

## ELEMENTOS CULTURAIS

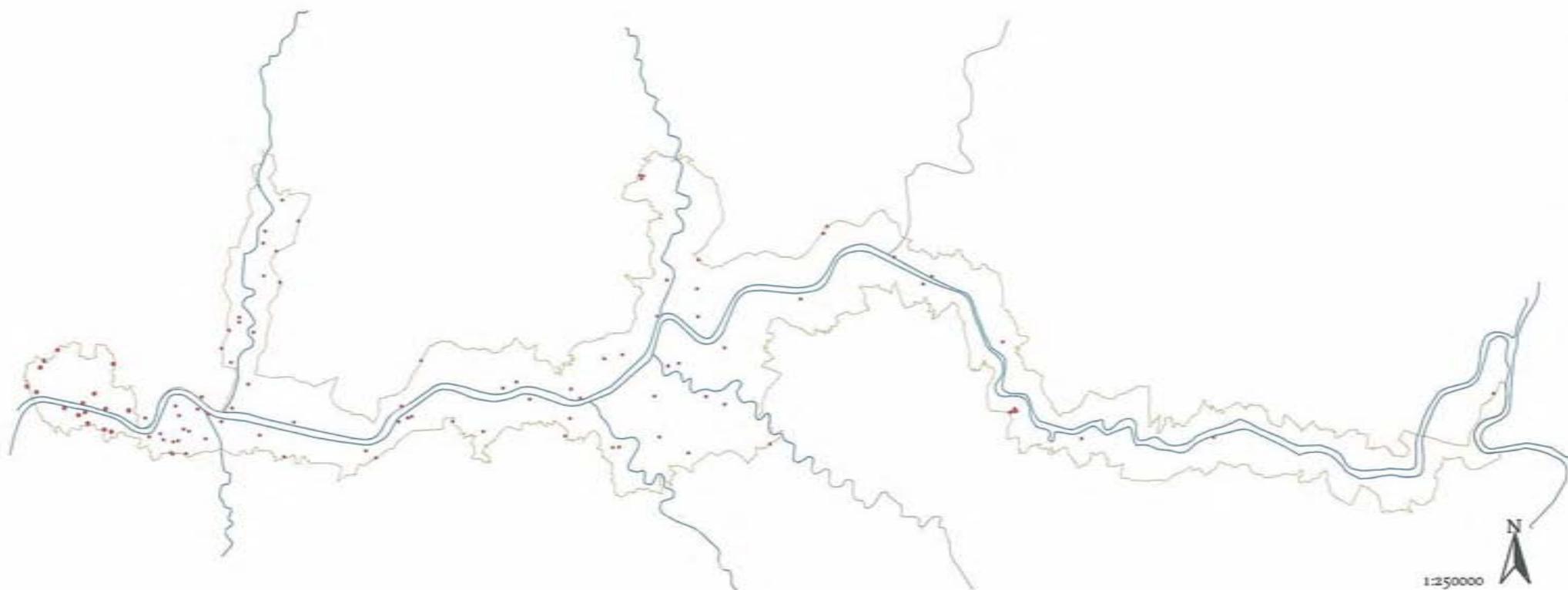
### Referências na paisagem: o sagrado

Durante séculos, Lamego foi o coração da região. Longe do rio e da doença, numa paisagem bem mais rica, de solos graníticos e maior abundância água, Lamego foi - e ainda é - um importante centro diocesano e uma cidade rica em monumentos religiosos imponentes.

Os monges cistercienses influenciaram a construção da paisagem a partir das imensas propriedades de que eram detentores entre Lamego e a foz do Varosa, fronteira à Régua. O rio Douro era a sua estrada para o Porto.

No Alto Douro não existem igrejas ou santuários de grandes dimensões, no entanto a paisagem é pontuada por uma miríade de pequenas capelas nos pontos mais altos ou juntas às casas de quintas.

Sendo o rio uma fonte de doença, as pessoas naturalmente invocavam o sobrenatural para obter protecção. Por sua vez, navegar no rio era um risco permanente com tantos rápidos a vencer. Alguns destes locais são muito antigos como o cume onde assenta a capela da Quinta do Crasto. Outros são pontos de observação excepcionais como S. Leonardo de Galafura, bem altos – bem mais perto dos deuses.





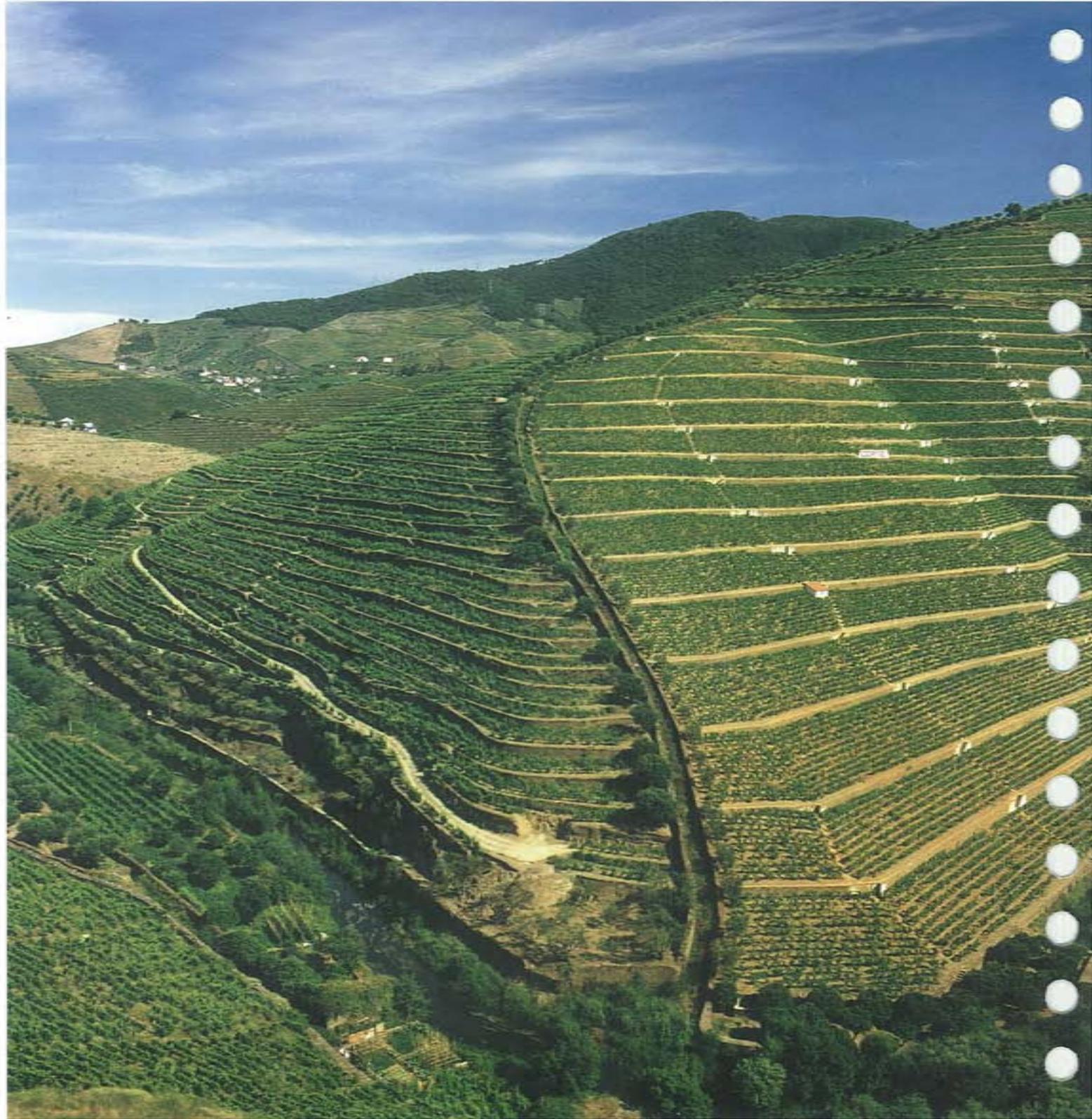
S. Martinho de Anta, 8 de Maio de 1971

S. Domingos, S. Leonardo, a Senhora da Azinheira, o Poio ...

As páginas capitais de um antologia panorâmica da minha geografia nativa, que mostro sempre atento à reacção dos visitantes, à espera de os surpreender numa leitura mais isenta e flagrante do que as muitas que tenho tentado. Inibido sentimentalmente de realizar aqui o que o tempo me ensinou a ir fazendo além, de olhar a paisagem no pasmo objectivo de quem sabe que contempla transitoriamente e sem chave possível uma realidade duradoira e fechada, desde há muito que procuro, sem o conseguir, acompanhar com uma inteligência expressiva de igual intensidade o deslumbramento que sinto diante destes montes. Quando já a emoção os abraça por inteiro, ainda a compreensão o taceia na raiz. E espreito incansavelmente os convidados, na esperança de receber, por intercepção de algum, o dom iluminado da voz almejada. Infelizmente, até hoje, ainda nenhum faiscou. Extasiam-se também, e testemunham-no no pobre vocabulário dos dicionários, muito meu conhecido. E eu queria uma palavra singular, uma interjeição que fosse, nunca ouvida nem registada.

Miguel Torga, Diário, Vol. XI, 1971

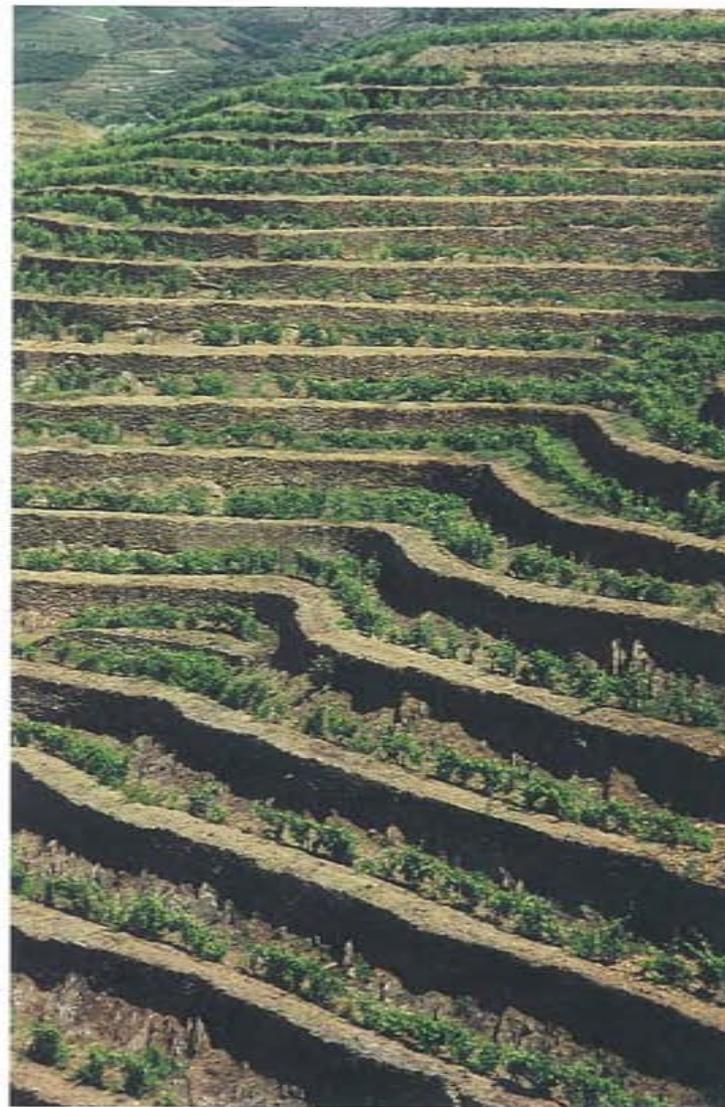
Referências na paisagem: o sagrado



## ELEMENTOS CULTURAIS

### Referências na paisagem: os muros

A sucessão de muros de xisto na paisagem é a referência mais importante na paisagem, fazendo-nos reflectir sobre o trabalho árduo que lhe esteve subjacente. Foram construídos pedra sobre pedra para fabricar solo e plantar vinha. O conjunto é notável não só pela sua extensão, mas também pela mestria com que estão construídos.

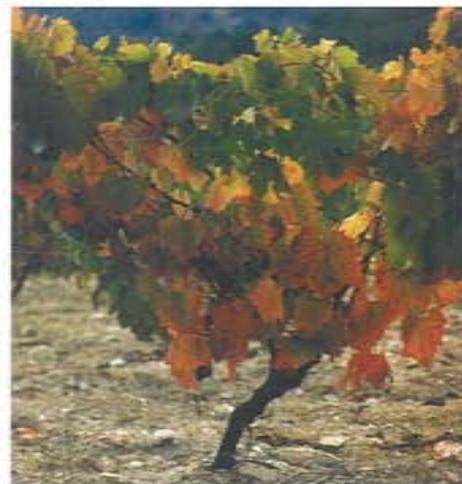


### A SÍNTESE: A criação da paisagem

*"E os homens fizeram o vinho..."*

Galgaram montes, quebraram a rocha, fizeram a terra, levantaram muros, seleccionaram castas, plantaram videiras. Sofreram o oídio, a filoxera, o mildio e a maromba, recomeçaram tudo várias vezes. Sofreram o paludismo, as sezões, a pneumónica e a tuberculose. E recomeçaram. Mandaram vir cepas Americanas, enxertaram variedades rústicas, arranjaram remédios, o sulfato, o enxofre ou o bórax. Trataram das vides melhor do que das próprias vidas. Trataram das videiras como trataram os filhos, as adegas como se fossem as suas casas. Podaram, enxertaram, cavaram, escavaram, redraram e nunca um desses trabalhos foi simples ou fácil. Encosta acima, foi sempre um calvário. Vindimaram a cantar, para esquecer o cansaço e os calores de quarenta graus. Levaram as uvas às costas, em cestos de quatro ou cinco arrobas, em sítios aonde não vão carros de bois, onde se desce para o precipício e se sobe para o inferno. À noite, pisaram uvas, cortaram lagaradas, horas a fio, num dos mais violentos trabalhos de toda a agricultura, que os álbuns de turismo ou os cidadãos filhos de proprietários acham tão pitoresco, mas que só se aguenta porque é preciso viver, porque uma posta de bacalhau cru e um caneco de aguardente aquecem o corpo e porque as mulheres, em frente aos lagares, aquecem as almas. Transportando tudo à cabeça e às costas, almudes de água-pé, canecos de água, vasilhas de aguardente; pedras e terra; esteios de ardósia, rolos de arame, cepas, cestos de uvas. Carregaram carros de bois, desceram os montes, entraram no rio, carregaram barcos rabelos, desceram o rio, conduziram o barco, descarregaram o barco, carregaram os vapores, voltaram ao rio, subiram o rio, levaram os rabelos à sirga, à corda, rio acima, no que deveriam ser as galeras do Douro. Foi este o homem do Douro. Foram os que morreram debaixo de rochas e de rodas, afogados no rio, abafados em tonéis, a tremer de febres e de paludismo, foram eles que acabaram o que a natureza apenas tinha começado.

E fez-se o vinho, o vinho fez os homens e os homens fizeram o Douro."



A. Barreto, Douro. 1993





### 3. Descrição do Bem

#### a. Descrição do bem

O Douro é um vale, é vinha, é vinho. Sobre a obra do rio, o feito do Homem que transformou montanhas de xisto em terra e muros, num esforço de muitas culturas. Uma narrativa épica da construção de um mundo para fruição de um perfume.

*i) Os atributos físicos da Região Demarcada do Douro* Protegida dos ventos vindos do Atlântico pelas montanhas do Marão e de Montemuro, a região situa-se no nordeste de Portugal, entre Barqueiros e Mazouco, na fronteira com Espanha, com um clima muito bem definido pelo provérbio popular "Nove meses de Inverno e três de inferno".

Como em todas as regiões vinícolas de montanha, no vale do Douro foi necessário encontrar soluções para implantar a vinha nas zonas de encostas íngremes. Após a obra do rio, o trabalho do homem que transformou as montanhas xistosas da era Câmbria e Pré-Câmbria em terra e muros representa o esforço colectivo de várias culturas: um trabalho de toda uma vida, uma verdadeira epopeia humana!

Os terraços! O orgulhoso emblema, mas também o tormento do Douro, como os define tão bem Chantal Lecouty; são eles que, ao juntar-se no infinito com as curvas de nível, lhe dão a sua personalidade única no mundo. Visto de cima, o vinhedo parece-se com uma sucessão de pirâmides aztecas.

A mancha que domina na paisagem duriense é formada pela área de vinha estruturada em socalcos. A construção deste terraceamento foi-se fazendo ao longo do tempo, segundo princípios técnicos diferentes. A armação mais antiga utilizada durante o período pré-filoxérico, apresenta socalcos estreitos e irregulares, suportados por muros periodicamente desmontados e refeitos, onde apenas se podia plantar uma ou duas linhas de bardos. É também desta época a instalação de vinha em pilheiros, cavidades abertas na parede do calço, nos quais se plantava a vinha de armação horizontal, deixando assim o geio livre para culturas arvenses.

As grandes extensões de terraços contínuos de desenho regular datarão, sobretudo, da época da grande reconversão do final do século passado, depois da crise provocada pela filoxera, que destruiu os velhos vinhedos. Para ela estiveram disponíveis novos capitais e um sentido empresarial, que acrescentou a dimensão das quintas e favoreceu a celeridade e coerência da reconversão e dos novos arroteamentos.

Este novo terraceamento transmite uma imagem diferente, não só pela monumentalidade dos muros como pelo facto de os terraços serem mais largos e levemente inclinados, favorecendo a exposição da vinha ao sol, agora plantada com um maior número de fiadas por geio e num compasso mais largo, que favorece a utilização de meios técnicos como a tracção animal.



Toda esta obra de transformação da natureza, desbravamento da vegetação pré-existente e desmonte da encosta, requereu grande quantidade de mão-de-obra que foi atraída de outras regiões.

À arroteia seguia-se o delineamento de caminhos e conduções de água, depois dos quais se dava início ao terraceamento da encosta, desmontada com dinamite ou à força de braços

e de ferro. Vinha depois a surriba ou saibramento, operação que consiste no revolvimento do solo, separando-se as pedras que seriam empregues no levantar dos muros de suporte, o calço. As paredes faziam-se a partir de cotas baixas, e respeitando as curvas de nível, recorrendo àquela pedra solta não aparelhada, colocada em fiadas irregulares com as juntas desencontradas. Para garantir a solidez da obra, o calço devia ter a base sempre mais larga do que o topo, e uma inclinação para o interior proporcional à altura. O paramento terminava-se pelo racheamento dos interstícios. Apenas raramente estas paredes são de pedra previamente aparelhada, mas sempre de xisto.

Os únicos instrumentos utilizados para as erguer são o martelo de bico e o ponteiro, servindo o primeiro para aparar as pedras dando-lhe a feição desejada, e o segundo para as partir, de preferência pela clivagem, o que daria origem a uma face lisa.



A comunicação entre os socalcos faz-se por rampas ou escadas, que podem estar embutidas na espessura do muro ou serem salientes e maciças, ou ainda serem formadas pela colocação de lajes

salientes, e transversais à parede, que formam os degraus. A este tipo, o mais antigo na região, dá-se o nome de escada de salta cão.

As formas mais recentes de armação do terreno - patamares e vinha ao alto (vinha plantada perpendicularmente às curvas de nível), vieram alterar profundamente esta paisagem construída.

Entre a actual mancha de vinhedo subsistem, desde a praga filoxérica, áreas de socalcos fósseis, os mortórios, recolonizados por vezes por olival ou reocupados pela cobertura vegetal autóctone.

Além destes olivais estabelecidos nos socalcos, e dos que formam bordaduras de vinha, temos ainda outros mais regulares e contínuos localizados nas extremas da área de vinha. No Douro Superior, o olival juntamente com o amendoal, constituem as culturas dominantes que, paulatinamente, têm vindo a ceder lugar à vinha.



Nas cotas baixas das margens do Douro, ou junto das linhas de água de encosta, deparamos com laranjais. Por vezes protegidos por muros baixos, ou totalmente murados, são assim defendidos do vento e das intrusões de pessoas e animais.

Para lá do limite superior da área das vinhas, onde esta cultura já não é rentável devido às condições naturais, crescem o *monte baixo* e escassos retalhos de floresta. As espécies arbustivas mais frequentes são, entre outras, a esteva, a urze, a giesta, o trovisco, o rosmaninho, a carqueja, o medronheiro e o zimbro. É aqui que, por vezes, se colocam os colmeais, que aproveitam a floração das espécies melíferas.

A floresta, hoje residual em pontos mais altos e nas quebradas, foi um importante recurso no passado, não só para suprir as necessidades quotidianas da casa como para a recolha de paus utilizados como *tutores* para a condução da vinha, num tempo em que o arame industrial ainda não estava divulgado.

A recolha de água, nesta região de longos e secos estios, era feita por meio de captações subterrâneas, situadas no monte ou mesmo na área de plantio da vinha. Daí era conduzida através de caleiras de pedra para tanques de reserva, construídos, por vezes, em granito e distribuídos pela propriedade. Em casos excepcionais existem cisternas, expressamente construídas ou reaproveitando edificações desactivadas, como moinhos de vento e pombais.

Inversamente as águas pluviais, que no Inverno desciam em torrente, precisavam de ser domadas para evitar a destruição dos socalcos. Com este fim encontramos socalcos vazados por condutas subterrâneas, e outros em que se deixou uma boca de descarga no alto da parede.

#### ii) O habitat e as sub-regiões

O habitat, tal como a paisagem da Região Demarcada do Douro apesar das suas diversidades sub-regionais, apresenta um grau de afinidade que o particulariza em contraste com a montanha e o planalto contíguos.

Em Barqueiros inicia-se a primeira unidade de paisagem, o Baixo Corgo, zona de características geo-climáticas mais favoráveis ao desenvolvimento da cultura da vinha, de acordo com os meios técnicos disponíveis e os gostos que desde a Idade Média se foram formando. As ordens religiosas, e particularmente Cister, impulsionaram o cultivo da vinha, sendo então produzidos os primeiros vinhos de excelência destinados à comercialização, conhecidos como *vinhos cheirantes de Lamego*.

Aqui o plantio da vinha atingiu a sua máxima extensão possível, confinando nas cotas superiores com as áreas de mato e floresta e nos requebros, junto das linhas de água, com pequenos terraços destinados a hortas e pomares. Esta densidade de cultivos tem paralelo na intensa ocupação humana, geradora de um povoamento contínuo, alternando embora as aldeias de ocupação concentrada com a dispersão das quintas. A acção antrópica construiu uma paisagem assaz compartimentada, de complexo desenho, expresso nas delimitações feitas por bordaduras de oliveira.

Os povoados, de raiz medieval e muitas vezes sede de poder concelhio, caracterizam-se pela sua implantação a meia encosta e malha urbana densa, onde se destaca a igreja paroquial, de programa assiduamente monumentalizado no século XVIII. Nas ruas estreitas e tortuosas, as casas são construídas em banda à face do caminho.

Hoje muito transformada quer quanto ao risco quer quanto aos materiais de construção utilizados, a casa do núcleo dos povoados mostra uma uniformidade de soluções que a distingue das do aro, de pretensão solarenga.

Estas últimas, habitualmente de razoáveis dimensões e sobradadas, adoptam um desenho de inspiração erudita. A fachada principal, voltada à rua, mostra ao nível térreo as portas das lojas e adegas, enquanto no primeiro piso se abrem janelas de sacada em cantaria lavrada. Este corpo central está

flanqueado pela capela, com acesso directo a partir da rua, e, no outro extremo, por alto portão de ferro, que dá passagem para o jardim e para a entrada da casa, por vezes através de escadaria de efeito cenográfico. Tanto as capelas como a própria habitação apresentam interiores ao gosto seis e setecentista, onde se destacam os tectos em masseira, em caixotões oitavados e pintados, ou mesmo em talha, e altares de idêntica factura com imaginária por vezes de grande qualidade.

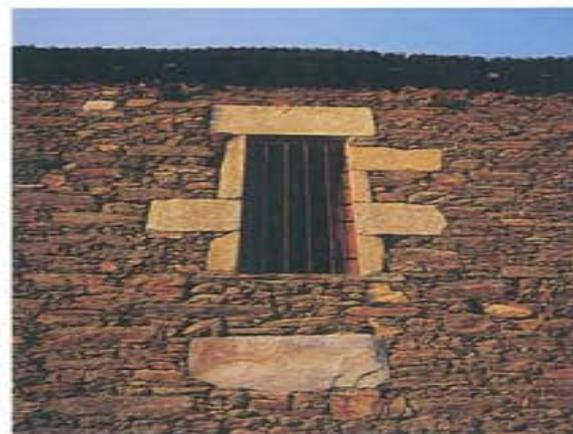
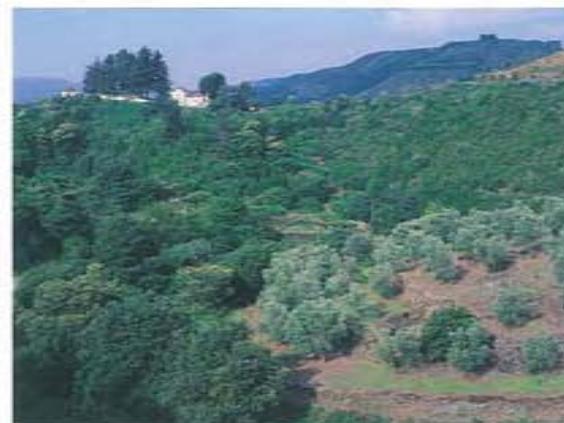
Contígua à casa estende-se a área de cultivo, dominada largamente pela vinha.

Fora do povoado e da mancha de quintas que o cercam, ficam os casais, hortas e pequenas vinhas dos proprietários do lugar, com as suas construções adjectivas de apoio ao trabalho vitivinícola, como lagares e adegas situados no vinhedo. O facto destas construções não serem hoje tão intensamente utilizadas, já que as uvas são encaminhadas para as adegas cooperativas, permitiu a preservação da estrutura vernacular. Tais construções definem-se pela utilização de paramentos de xisto miúdo, nos quais sobressaem os umbrais e padieiras das portas e janelas, em silhares de granito, em grandes placas de xisto ou

ainda feitos com barrotes de madeira. A cobertura do telhado é de duas águas, em telha vã, assente sobre fortes asnas de madeira.

Mais afastados, junto das linhas de água, encontramos os moinhos de cereal.

Nas margens do Douro, ocupando as encostas entre as manchas dos povoados e descendo até ao rio, implantam-se quintas, de média dimensão, e casais cujas estruturas construídas constituem um complexo destinado à produção vitivinícola. Os socalcos ribeirinhos, em leito de cheia, eram ocupados por uma banda extensa de laranjais e algumas hortas.



Subindo o Douro para montante da foz do Corgo e do Ceira, temos a segunda unidade de paisagem: o Cima Corgo. Estamos numa área de clima mais seco e de relevo mais acidentado, que obrigou a um maior esforço na construção do terraceamento para a vinha.

Apesar do povoamento ser antigo, o aproveitamento vinícola fez-se em época mais recente, sobretudo a partir do início do século XVIII, em resposta à intensificação da procura por parte do mercado inglês. Este processo levou mesmo a que cidadãos britânicos passassem a marcar presença na região.

Para a plantação das novas vinhas fizeram-se extensos arroteamentos, surribando as terras que teriam de ser contidas por quilómetros de calços de xisto. A mão-de-obra para tão ciclópico trabalho, a realizar numa região de rarefeita população, veio do exterior, principalmente do Entre-Douro e Minho e da Galiza.

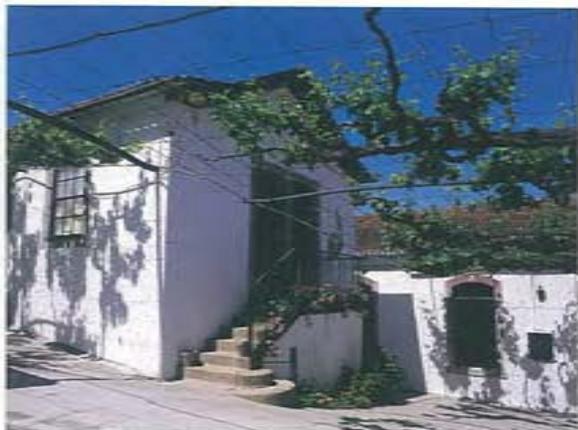
Os povoados, alguns deles também antigas sedes de concelho, implantam-se a meia-encosta ou nas linhas de cumeada, sendo menos numerosos do que no Baixo Corgo, de núcleo muito cerrado e com grande espaçamento entre si.

A casa-tipo do povoado é sobradada, geralmente com mais de dois pisos, aproveitando assim o desnível do terreno. É corrente que o último seja construído em tabique, assentando esta estrutura mais leve sobre as paredes de xisto ou granito dos andares inferiores. O tabique é rebocado e caiado,

ou revestido a escamas de lousa para maior impermeabilização. As esquinas, faixas e guarnições de madeira são pintadas de cores vivas muito saturadas, com a finalidade de defender a casa das más influências, não esquecendo o seu valor estético. As coberturas são normalmente de quatro águas, havendo-as também de duas e de uma em edifícios de carácter mais modesto. Em muitos casos os telhados são integralmente caiados ou apenas em faixas, que demarcam a armação de madeira que os suporta, permitindo desta forma percorrê-lo de maneira mais segura aquando das necessárias reparações. A utilização da cal é motivada pela necessidade de arrefecimento da casa, tendo igualmente funções profiláticas, por muito que elas estejam esquecidas. Na fachada destaca-se a varanda de madeira, com vincada saliência.

É na malha do casario, isolados da propriedade agrícola, que se situam os solares de gosto setecentista, casas brasonadas com cuidado programa construtivo de referente erudito.

Todo o imenso território entre os povoados, onde já houve propriedades de menores dimensões dependentes destes e monte, é agora dominado pelas quintas, de área extensa e continua, marcada pelo ritmo e imponente dimensão dos socalcos. Atingidas pela filoxera, muitas quintas preservam socalcos não recuperados para a vinha — mortórios — nos quais foram plantados olivais, ou que ainda se encontram a monte, tendo neste caso avançado a vegetação autóctone.



A quinta é no Douro a unidade de exploração agrária por excelência, vocacionada para a vitivinicultura. Nela se integram a casa de habitação, uma diversidade de estruturas de apoio à actividade produtiva e as terras, cultivadas ou de monte. É assim uma forma de organização do território cuja estrutura traduz uma estratégia implementada pelo homem, ao longo de gerações, para transformar uma região agreste em paisagem agrícola de feitura antrópica.

A organização do núcleo construído obedece a aspectos práticos da cultura da vinha, implantando-se por norma, no Baixo e no Cima Corgo, em posição dominante, aproveitando a rede de caminhos públicos que ligam as povoações ao rio.

A casa de habitação do proprietário é quase invariavelmente o maior edifício da quinta, embora a sua presença nem sempre se verifique, independentemente da dimensão da propriedade. A sua construção foi sendo feita à medida das necessidades e do poder financeiro dos donos, apresentando por isso uma estrutura orgânica sem invariantes na planimetria e alçados. Não há uma casa tipificada no projecto, embora haja constantes na função dos espaços interiores.

A organização da casa parte de uma planta rectangular, com rés-do-chão e sobrado. O sobrado serve para habitação, sendo os baixos destinados a adega. É tirado o máximo proveito da inclinação do terreno, encaixando-se a estrutura desta num socalco, de modo a poder ter, nas traseiras, uma outra construção a cota mais elevada onde se colocam os lagares.

Este esquema foi evoluindo de acordo com o próprio desenvolvimento do comércio do vinho do Porto, separando-se a oficina vinária da casa, ganhando monumentalidade e uma planta de tipo mais complexo. A implantação estratégica, em local de acentuado declive, e o encaixe num degrau do terreno, facilitam, numa primeira fase, a descarga das uvas a partir do exterior, borcando-se os cestos carregados directamente para o lagar através de janelões abertos pouco acima do solo. Numa segunda fase, depois da pisa, o mosto escorre das lagaretas por gravidade, através de caleiras com bicas, para os tonéis, uma vez que estes estão instalados a um nível inferior.

Os lagares são tanques de pedra (granito ou xisto), outrora de madeira, de dimensões variáveis, normalmente colocados sobre um plinto de granito

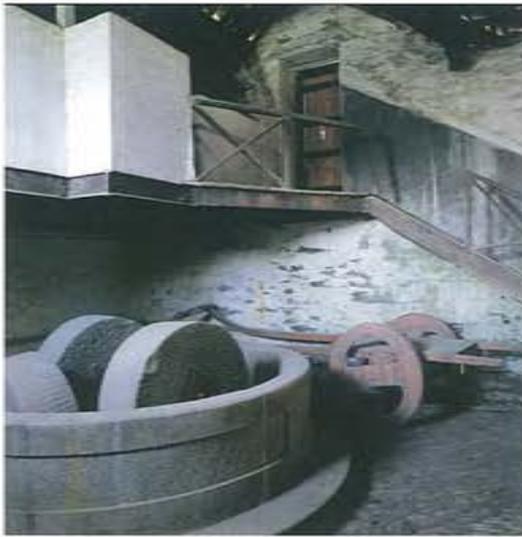
ou, quando junto ao chão, circundados por um pequeno passeio em pedra. Junto ao tampo dianteiro, chamado roda-vinho, encontramos um pio ou dornacho de pedra, por onde o vinho escorre antes de seguir nas caleiras de granito que o conduzem à adega. No centro do lagar estava colocado o sistema de prensa. O mais antigo tinha feixe ou vara com o respectivo parafuso de madeira e peso de pedra, máquina substituída na segunda metade do século XIX pelas prensas de cincho, de fabrico industrial, que obrigavam à fixação do parafuso metálico ao fundo do lagar.



A adega, se integrada no mesmo edifício dos lagares, constrói-se a um nível inferior, por forma a que o topo dos tonéis fique abaixo do pavimento do lagar, de onde resulta um pé-direito muito elevado. A unir estes dois compartimentos há uma porta que acede a um varandim, em madeira ou ferro, percorrendo a parede da adega também a um nível superior ao dos tonéis. O alçado apresenta aberturas de arejamento no alto e uma ou duas portas, suficientemente amplas para deixar passar a cascaria. O chão é normalmente em terra batida, embora

modelar fosse o de lajeado. Neste último caso, poderia ter uma inclinação para o centro (o ladrão), que permitiria recolher o vinho perdido se ocorresse qualquer falha.





A par da produção de vinho, algumas quintas dedicavam também grande cuidado ao olival. Por isso, junto das construções antes mencionadas, temos também o lagar de azeite, no qual se diferenciam duas áreas. Na primeira recebia-se a azeitona, que se não fosse imediatamente moída ficaria depositada nas tulhas, à espera de vez. Delas seguia para o pio onde seria macerada por um sistema de galgas, movimentadas pela força de animais que se deslocavam num sulco cavado e pavimentado para o efeito. Na segunda área ficava a prensa, que no modelo antigo teria um feixe idêntico ao do lagar de vinho. Nela se apertavam as ceiras contra a sertã, escorrendo o azeite

para os potes escavados num bloco de pedra. Ao lado da prensa temos a fornalha, para aquecer a água indispensável à operação de prensagem. A caldeira de um alambique pode ser utilizada para esta função.

A prensa de feixe foi substituída por uma prensa industrial fixa, mantendo todos os outros elementos do sistema, até ao momento em que todas as engrenagens deram lugar ao lagar mecânico de tipo industrial, também ele hoje posto de lado por razões de salubridade.

A produção de azeite era armazenada num compartimento ao lado, dentro de latas, talhas e tolbas.

No Baixo e Cima Corgo a actividade comercial vinculada ao transporte pelo rio (e depois à via-férrea) fez ainda crescer outro tipo de povoado, de características mais urbanas, centros essencialmente terciários que funcionam como plataformas de interface, dentro da própria região e para o exterior, particularmente com a cidade do Porto. Esta actividade impulsionou a construção de grandes armazéns destinados a guardar não só o vinho como também todo o tipo de bens necessários à vida quotidiana e ao trabalho agrícola.

O Douro Superior, de Verão prolongado, seco e muito quente, foi ostracizado pelo facto de o rio não ser navegável a montante do Cachão da Valeira, bem como por ter ficado excluído das Demarcações. Apenas verá a cultura intensiva da vinha na segunda metade do século XIX, atraso parcialmente

compensado aquando da devastação provocada pela filoxera nas áreas de exploração mais antiga. Como território novo, será desbravado por agentes de maior iniciativa e capacidade económica, com visão empresarial e gosto pelo risco.

A dimensão da propriedade atinge, nesta unidade de paisagem, proporções ainda mais vastas, sendo a vinha acompanhada pela oliveira e amendoeira, anteriormente culturas dominantes.

O património vernacular vitícola espelha este avanço tardio pela introdução de inovações técnicas com um sentido de fomento e vontade de progresso próprio do Portugal da segunda metade de Oitocentos.



### iii) O sagrado na paisagem

Na região do Alto Douro, a relação do Homem com a Terra traduz-se numa profunda religiosidade popular que associa, numa visão cósmica ancestral, os elementos fastos e nefastos da Natureza, mitificando-os em entidades mágicas tutelares, que o cristianismo integrou, através dos santos protectores e devoções, clamores e ladainhas, festividades cíclicas e romarias, mas que dificilmente apagam as suas origens remotas pré-cristãs.

Esta sacralização das forças naturais — o rio ou águas termais, a fertilidade da terra e dos animais, as trovoadas, o sol —, através de ritos simbólicos perante os santos protectores que as representam, traduz-se nos calendários e nos espaços de vida das comunidades, assegurando uma memória de continuidade, por vezes de raízes antiquíssimas. Por isso mesmo, muitos lugares de devoção e romaria, como as inúmeras ermidas, capelas e santuários que se erguem no alto dos montes, relacionam-se, frequentemente, com elementos naturais (Santo Apolinário, em Urros; Santa Marinha, em Provezende; S. Salvador do Mundo; etc.). Algumas capelas e santuários situam-se, aliás, em espaços de antigo povoamento, em geral castrejo. Na tradição popular duriense, muitas crenças fundam-se em lendas, que associam elementos do imaginário celta, mourisco e cristão, num sincretismo cultural que traduz bem a mistura de povos que, ao longo de milénios, se cruzaram no vale do Douro.

A Reconquista cristã definitiva da região (meados do século XI), seguida de uma época de progressos técnicos e povoamento, nos inícios da nacionalidade portuguesa (século XII), ajudou a fixar esse imaginário sincrético, ao mesmo tempo que proporcionou a introdução de dois importantes factores de irradiação da religiosidade cristã na região: a ligação aos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela e a

filiação a Cister de alguns dos principais conventos desta zona ou das proximidades (S. Pedro das Águias, S. João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas). Estes conventos tiveram, de resto, um papel fundamental na dinamização vitícola e no comércio de vinhos do Douro.

Além das festividades cíclicas, popularizadas em toda a parte pelo calendário litúrgico cristão, e das festas e romarias aos santos protectores, a religiosidade popular duriense mantém ainda fortes reminiscências das crenças tradicionais associadas às actividades agrícolas (por exemplo: o *Maião-moço*, ligado ao culto das flores e da fertilidade da terra e ao afastamento das forças más da natureza; o *S. Martinho*, ligado ao nascimento do vinho e à abundância das colheitas; etc.) e ao rio (*S. Salvador do Mundo*).

Numa região em que a paisagem foi profundamente humanizada pelo trabalho secular de gerações de viticultores, em condições difíceis e mesmo hostis onde foi possível criar um produto de excelência, através de práticas e saberes tradicionais, a sacralização da Natureza correspondeu, além disso, à produção de um «espírito do lugar» que integra, mitificando-a, a espessura histórica do trabalho humano. Esta mitificação do trabalho dos antepassados, expresso na monumentalidade das encostas vinhateiras, bem como na excelência dos vinhos envelhecidos, assumidos como património regional colectivo, estruturou um modelo de solidariedades intergeracionais, que se expressa ainda em momentos-chave do ciclo de vida da vinha, do vinho e do próprio homem (a plantação de uma vinha ou a produção de um vinho especial é assimilada, por vezes, ao nascimento de um filho; entre os viticultores durienses é costume, quando um filho nasce, guardar uma parte da melhor colheita desse ano, que se deverá servir apenas aquando do casamento desse filho, para assegurar o bom augúrio à continuidade da produção vinhateira).

#### iv) O vinho

É da reunião dos factores solo – casta – clima e, obviamente imprescindível, a modulação que o Homem produz desde a instalação da vinha, passando por todos os amanhos e granjeios, que se constrói este produto único – o Vinho do Porto – e que começa a expressar-se no momento da vindima, no mês de Setembro. Os vindimadores (*Rogas*) descem então das montanhas para trabalhar, durante um mês, no vale. É o transporte das uvas pelos homens até aos modernos centros de vinificação ou até aos antigos lagares onde frutos da terra e do trabalho do Homem, se faz vinho.

*Um vinho que deve ter a doçura do açúcar do Brasil, a riqueza e os sabores das especiarias das índias. Deve ser como uma chama líquida no estômago, mas não deve queimar como a pólvora de um canhão, segundo a definição dada no documento "Resposta dos Comissários Veteranos... às novas Instruções da Feitoria Inglesa ...", em 1754.*

Hoje, como acontece nas grandes Denominações do mundo, o processo produtivo concilia as técnicas mais sofisticada com séculos de rigorosa tradição. Contudo, pode ainda observar-se vinificações segundo a técnica ancestral, onde o desengace, total ou parcial, bem como o trabalho de maceração é feito exclusivamente através da pisa nos lagares (tanques de granito com uma altura máxima de cerca de 60 cm).

Todavia, na actualidade, a maior parte dos vinhos são obtidos em centros de vinificação que possuem um equipamento de tecnologia avançada, sendo as operações de pisa e de maceração totalmente mecanizadas, o que em nada prejudica a qualidade do Vinho do Porto.

Para a vinificação dos Portos tintos procede-se assim primeiro ao desengace, seguindo-se uma maceração intensiva, mas cuidadosa, para dar ao vinho uma cor vermelha escura e um extracto elevado.

Quanto à fermentação, ela prolonga-se até ao momento em que a quantidade de açúcar não transformado dá ao vinho toda a doçura desejada. Após a obtenção de 4 ou 5% de volume de álcool por reacção biológica natural, o mosto em fermentação é separado com a ajuda de um filtro rotativo ou vibrante, sendo então interrompida a fermentação pela adição de aguardente vínica.

A interrupção da fermentação, através da adição de aguardente vínica é essencial para o processo produtivo do Vinho do Porto. Além de parar a actividade das leveduras, a adição de aguardente permite acentuar a dissolução dos polifenóis e provoca a precipitação das substâncias insolúveis.

Todavia, não existe um "Porto", mas sim vários "Portos"; com cores vão do branco ao retinto e sabores muito variados; Vinho do Porto *Vintage*, Vinho do Porto *Late Bottled Vintage (LBV)*, Vinho do Porto *Colheita*, Vinho do Porto com *indicação de idade* (10 anos, 20 anos, 30 anos e mais de 40 anos), Vinho do Porto *Branco, Tawny e Ruby*.

Após a primeira trasfega após a sua elaboração, durante o Inverno posterior à vindima, os vinhos são provados e classificados consoante a sua qualidade. Os melhores lotes de vinhos são postos de lado para uma eventual declaração de *Vintage* e os restantes - a maior parte - utilizados para a elaboração dos vinhos de lote.

Para os *Vintage* ou os *Late Bottled Vintage*, o envelhecimento faz-se, primeiro em pipas, durante 2 anos no caso dos *Vintage*, ou durante 4 a 6 anos no caso dos *LBV*. A sua longevidade, devida à riqueza em polifenóis, é notável, podendo assim envelhecer durante 20 anos, ou mais. As reacções provocados pela maturação ao abrigo do ar conduzem a uma evolução particular dos polifenóis. Estes vinhos, muito encorpados no início, conservarão ao longo dos anos uma grande riqueza em extracto, um aroma frutado característico e oferecerão uma intensidade de cor relativamente importante, em que predominam as tonalidades vermelho-rosa.

A paleta de nuances de cor é vasta durante o envelhecimento e a sua intensidade nos vinhos novos modifica-se, passando gradualmente para tons castanho-avermelhados para terminar numa cor alourada ou "tawny" dos vinhos velhos. De acordo com as cores, os vinhos podem ser classificados em:

*Tawny*, se são tintos-dourados ou dourados;

*Ruby*, se conservam ainda a sua cor retinta e conservam o frutado e o vigor dos vinhos jovens.



Paralelamente à alteração da cor, opera-se uma mudança das características organolépticas do vinho: durante o seu envelhecimento perdem a aspereza devida aos taninos e adquirem um admirável aroma rico e complexo (*bouquet*).

Quanto aos Portos *Branco*s, podem ser preparados segundo o processo tradicional, com uma certa maceração e um envelhecimento em condições oxidantes. Mas existem também os que resultam das vinificações em branco, apresentando uma cor citrina e um aroma floral e complexo.

Não se pense com isto que existe algum segredo para produzir Vinho do Porto. Resulta sim de uma alquimia complexa entre os elementos da terra, do clima, do amor, da arte dos homens e da fé.

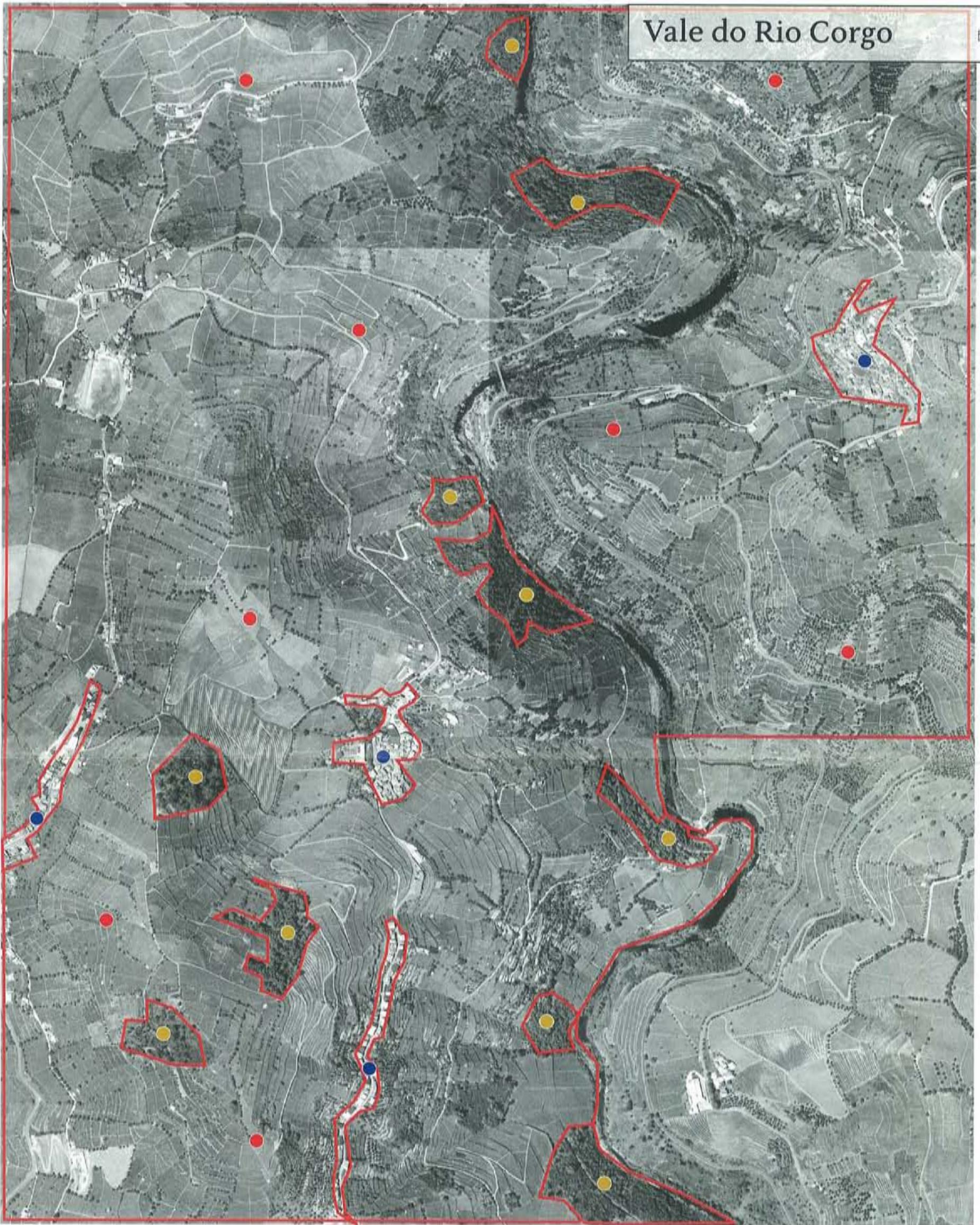


#### v) Exemplos de sub-unidades de paisagem

Em virtude da extensa área em causa para inscrição, compreender-se-á que um estudo exaustivo de representação e caracterização desta paisagem cultural, transcende um trabalho desta natureza. No entanto, considerou-se ser importante exemplificar por sub-região da Região Demarcada do Douro, a diversidade e a expressão do padrão da paisagem do Alto Douro.

As folhas seguintes representam 4 sub-unidades de paisagem, a primeira do Baixo Corgo, a segunda e a terceira do Cima Corgo e a quarta do Douro Superior, onde é possível ler o mosaico da paisagem no que diz respeito às diferentes formas de uso e armação do terreno, assinalando-se alguns elementos identificados como património vernacular, descritos mais detalhadamente no anexo.

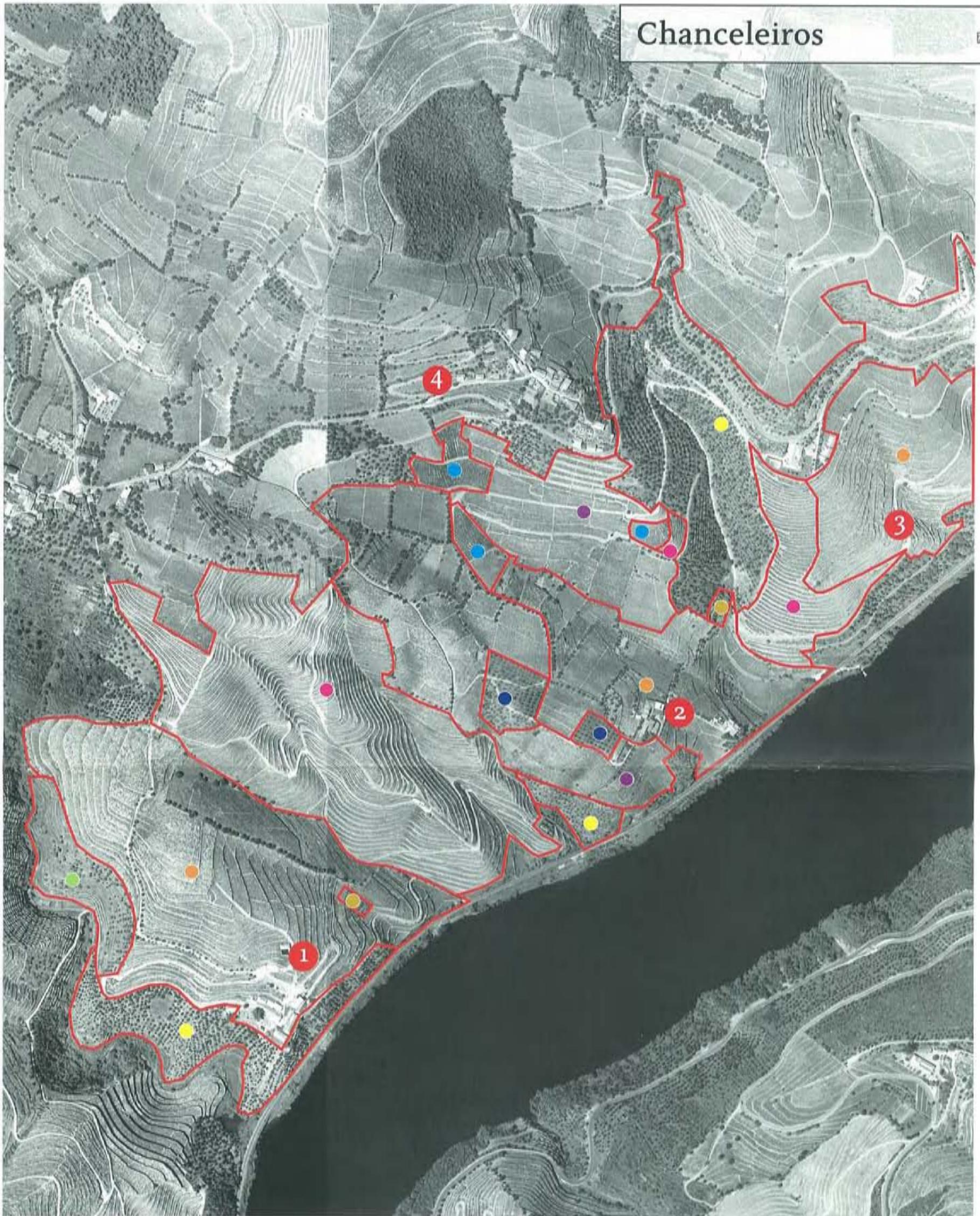
# Vale do Rio Corgo



- Povoados
- Terra não cultivada
- Casais com parcelas de videiras plantadas em terraços pós-filoxera ladeados com oliveiras

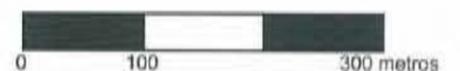
1:500000

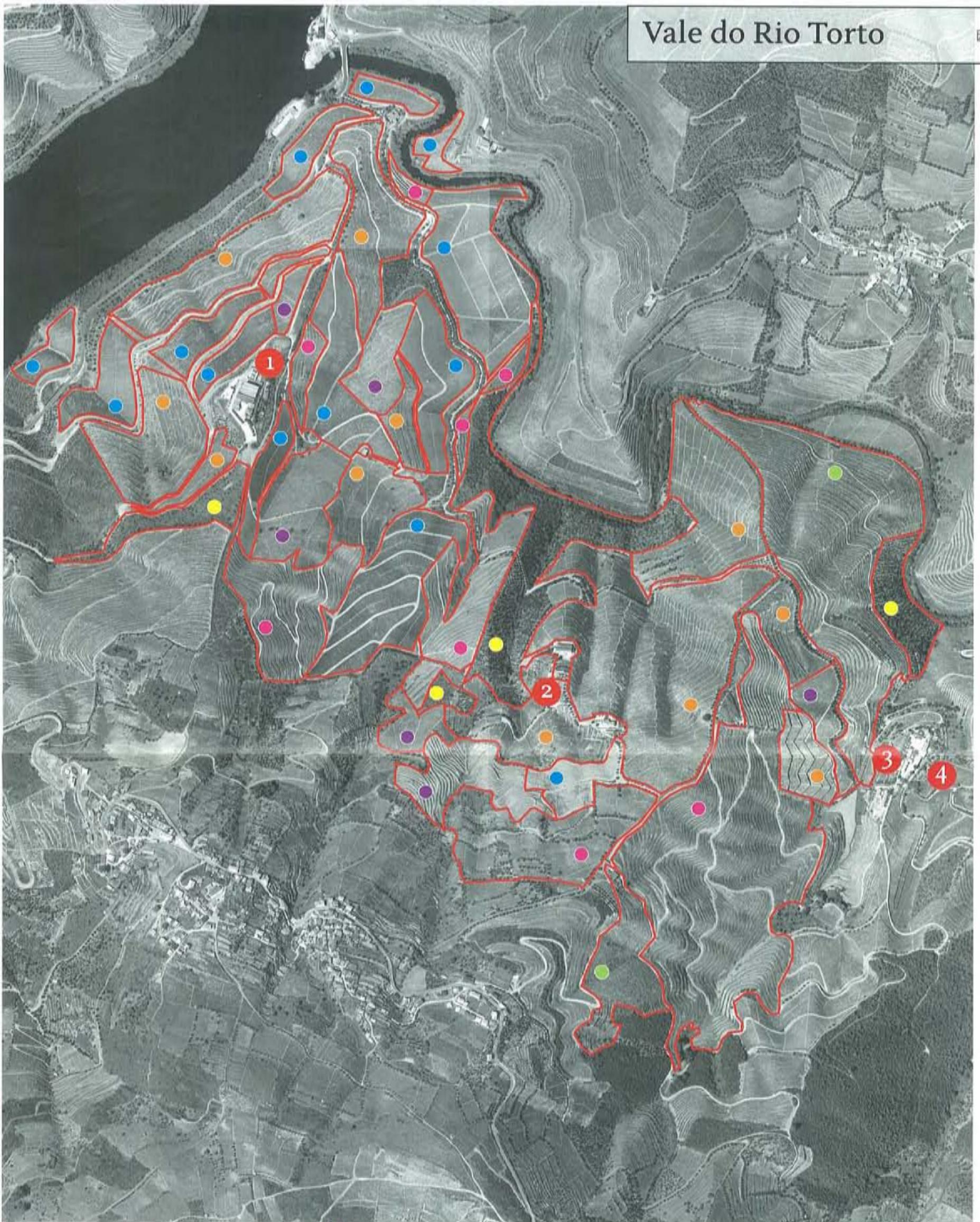
0 100 300 metros



- Vinhas em terraços pré-filoxera
- Vinhas em terraços pós-filoxera
- Vinhas em patamares
- Vinha "ao alto"
- Vinha sem armação de terreno
- Mortórios plantados com oliveiras
- Olival
- Laranjal

- 1** Quinta da Boavista – Propriedade vitivinícola antiga, com uma larga área de vinhas em terraços pós-filoxera, mortórios e uma casa de lagar com exemplares de xisto. É de realçar um caminho, cujo pavimento é feito de xisto metido a cutelo, por onde desciam os carros de boi carregados com as mercadorias destinadas ao cais ou à linha férrea.
- 2** Quinta das Sopas – Propriedade vitivinícola de estruturas tradicionais, onde se destacam dois imponentes laranjais murados junto ao rio Douro, um em ferradura, outro de traçado irregular.
- 3** Quinta do Porto – Propriedade vitivinícola com uma casa soberba, datando do século XVIII, com uma área de vinha, distribuída por socalcos pós-filoxéricos e patamares.
- 4** Quinta da Formigosa – Propriedade remodelada com um excelente laranjal que é totalmente murado com altas paredes e cujo acesso é uma simples porta de madeira.



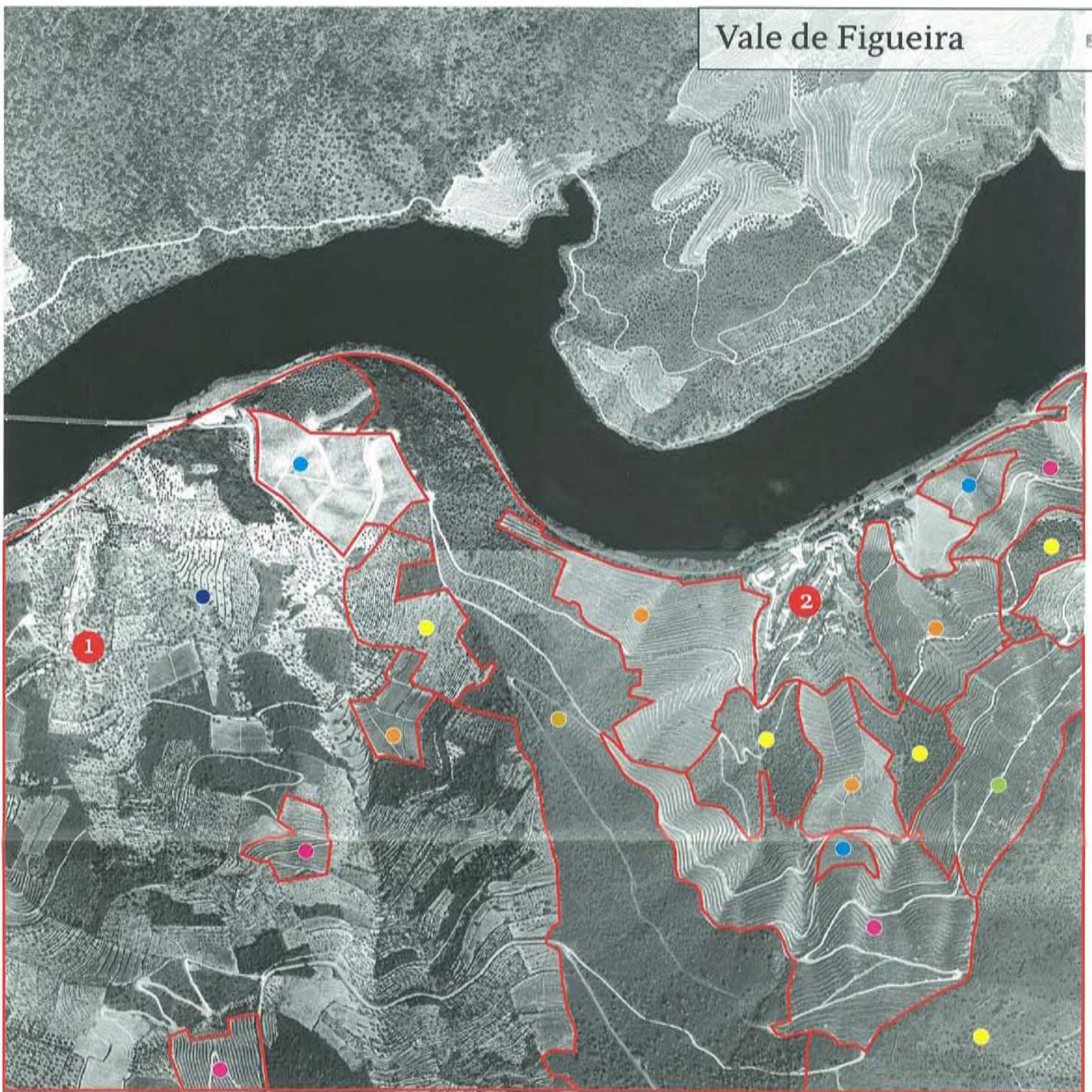


- Vinhas em terraços pré-filoxera
- Vinhas em terraços pós-filoxera
- Vinhas em patamares
- Vinhas "ao alto"
- Vinhas sem armação de terreno
- Mortórios cobertos com matos e oliveiras

- 1** Quinta do Seixo – Propriedade vitivinícola de instalações modernas, onde se concilia a plantação em socalcos pós-filoxéricos com métodos mais recentes, como a vinha ao alto e os patamares.
- 2** Quinta da Corte – Quinta notável pela qualidade e desenho dos seus socalcos pós-filoxéricos, salientando-se o magnífico mortório, recolonizado com olival.
- 3** Quinta do Bom Retiro Pequeno (Seródio) – Propriedade modelar, notável pelos seus lagares de vinho e de azeite e pela qualidade e extensão dos seus socalcos pré-filoxéricos.
- 4** Quinta do Bom Retiro – Exploração vitivinícola onde se destaca o jardim, da autoria do horticultor Jacinto de Matos, e as áreas de palmeiras e ciprestes, conjuga habilmente os diferentes métodos de plantação de vinha, conservando ainda uma área de socalcos pré-filoxéricos.

1:500000

0 100 300 metros



- Vinhas em terraços pré-filoxera
- Vinhas em terraços pós-filoxera
- Vinhas em patamares
- Vinha "ao alto"
- Mortórios cobertos com mato e/ou oliveiras
- Terra não cultivada e/ou olival
- Área de terraços pré e pós-filoxera cobertos com videiras, oliveiras e alguma terra não cultivada com matos

**1** Santo Xisto – Povoado sobranceiro ao rio Douro que mantém a sua estrutura tradicional, visível nas construções em xisto e madeira. As habitações térreas são geralmente voltadas à rua e apresentam pequenos cortelhos destinados aos animais ou à reserva de aprestos agrícolas. As casas sobradadas têm varanda com balaustradas de madeira e lojas no piso térreo.

**2** Quinta de Vargelas – Quinta com área de plantio de vinha de 60 ha. A maior parte das estruturas construídas, em grande quantidade, ficam junto ao rio Douro e à via-ferrea, havendo mesmo um apeadeiro em Vargelas. Uma área considerável de vinha é armada em socalcos pós-filoxéricos de excelente construção, patenteada na forma como os muros acompanham harmoniosamente as curvas de nível. Há ainda a considerar grandes extensões de vinha ao alto.



## b. História e desenvolvimento

O forte enraizamento histórico da região é ilustrado não só pelas descobertas arqueológicas de espaços de povoamento muito antigos nos vales abrigados do Douro e afluentes e nas montanhas vizinhas, mas também pela importante influência da romanização no reordenamento das linhas de ocupação do território e das actividades económicas, particularmente da economia da vinha.

As recentes descobertas arqueológicas têm vindo a revelar diversos espaços de povoamento muito antigo nos vales abrigados do Douro e dos seus afluentes, bem como nas montanhas vizinhas. No extremo leste da Região Demarcada, a forte concentração de gravuras rupestres paleolíticas na zona entre os vales do Côa, do Águeda e do Douro configura um pólo cultural de valor universal único, a que se juntam muitos outros vestígios de ocupações do Calcolítico e da Idade do Ferro (em particular monumentos megalíticos, esculturas zoomórficas ou antropomórficas, associadas pelos arqueólogos a cultos da fertilidade ou a entidades tutelares).

Numa estação arqueológica do Calcolítico (Buraco da Pala, perto de Mirandela), com 3-4 mil anos, apareceram recentemente grainhas de *vitís vinífera*. É, porém, para o período da romanização, e sobretudo para o final do Império (séculos iii-iv), que os testemunhos da vitivinicultura começam a tornar-se mais significativos. As descobertas arqueológicas têm revelado fragmentos de cerâmica doliar, associadas ao armazenamento do vinho, inúmeras lagaretas cavadas na rocha, vestígios de lagares e mesmo de adegas, nomeadamente no "castellum" da Fonte do Milho (perto da Régua), mas também noutras estações da actual região demarcada (Tralhariz, Vilarinho de Cotas, Alijó, Vila Nova de Foz Côa, Meda, etc.).

Nos primeiros séculos da nossa era, a romanização veio redefinir em todo o vale do Douro as linhas de ocupação do território e as actividades económicas. Fundindo-se com as populações locais, os romanos reutilizaram, desde o século I, os espaços de ocupação castreja, transformando muitos deles em pontos de defesa militar ou simples atalaias de vigilância. Paralelamente, descenderam aos vales, introduziram ou fomentaram a cultura da vinha, da oliveira e dos cereais (a "trilogia cultural da agricultura mediterrânica"), aproveitaram as inúmeras fontes de água termais (Moledo, Longroiva, Vilariza, Cambres, etc.), desenvolveram a mineração, construíram estradas e pontes, unificaram as populações preexistentes. O sincretismo cultural, mistura de crenças, valores e representações, transparece com evidência num dos mais importantes santuários rupestres da Europa, em Panóias, perto de Vila Real. Aí se fundem vestígios de cultos religiosos indígenas com outros romanos e orientais, altares de sacrifícios cavados nas rochas, inscrições romanas e de tipo ibérico. No início dos tempos medievais, quase até ao nascimento de Portugal como nação, o vale do Douro será dominado sucessivamente por suevos (séc. V), visigodos (séc. VI) e muçulmanos (séc. VIII-XI). Esta abertura do vale do Douro a um intercâmbio de influências culturais diversas, continuamente sobrepostas, configurou um espaço de sincretismo cultural, quer no imaginário colectivo tradicional (expresso, por exemplo, em lendas, misturando, por vezes, o fabuloso árabe com aspectos do imaginário celta e cristão), quer nos vestígios arqueológicos e históricos que têm vindo a ser descobertos.

A "Reconquista" cristã não parece ter quebrado a longa tradição de abertura e miscigenação cultural no vale do Douro. Considerada tradicionalmente como terra de fronteira na luta entre godos cristianizados e mouros, sujeita a ermamento, a faixa duriense revela, pelo contrário, nos vestígios arqueológicos, uma forte continuidade do povoamento, sem sinais de interrupção prolongada, nos principais centros de ocupação castrejo-romana até à Idade Média.

Em finais da Idade Média, intensificam-se o povoamento, a agricultura e as trocas, crescem as vilas e cidades, em especial os burgos amuralhados (Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Flor, Ansiães, Numão, Lamego, etc.). A documentação medieval da região do Douro revela já uma forte intensidade da produção vitícola. Ao mesmo tempo, fixam-se e crescem diversas comunidades religiosas, destacando-se, pelo seu papel económico, desde meados do século XII, os mosteiros filiados na Ordem de Cister, nomeadamente Salzedas, S. João de Tarouca e S. Pedro das Águias. Estes mosteiros, apesar de se localizarem nos limites ou fora da região produtora de vinhos de qualidade, investiram em grandes explorações vitícolas nas melhores zonas, fundando várias quintas, muitas delas famosas e ainda hoje existentes. Por essa altura, reanima-se também o comércio à distância, desenvolvendo-se o tráfego de produtos da região, pelo rio Douro, até à cidade do Porto e à foz. O Porto torna-se, a partir de então, no grande centro consumidor e distribuidor dos produtos do Douro, em particular o vinho. A ligação do Porto às principais rotas mercantis europeias envolverá todo o vale do Douro nessa abertura atlântica, estimulando as produções no hinterland duriense, bem como o respectivo tráfego fluvial.

A partir do século XVI, a viticultura de qualidade, com objectivos comerciais, assume importância crescente na zona dos vinhos de Lamego, designação que abarca os vinhos de qualidade diferenciada de grande parte do actual Baixo Corgo, mas também em outras áreas que no século XVIII virão a integrar a região demarcada do Douro, como as encostas dos rios Távora e Pinhão.

A expansão vitícola prosseguiu no século XVII, a par de alterações na tecnologia da produção de vinhos e de um maior envolvimento nos mercados europeus de vinhos. Em 1675, aparece pela primeira vez, uma referência documental à designação "vinho do Porto", referente a vinho exportado para a Holanda. Por essa altura, inicia-se um importante fluxo comercial para Inglaterra, favorecido pelas guerras entre esse país e a França. Rapidamente, o "vinho do Porto" domina o mercado inglês de vinhos, ultrapassando os franceses, os espanhóis e os italianos, de tal forma que alguns autores britânicos o consideraram "the englishmen's wine". Em 1703,

o Tratado de Methuen, entre Portugal e a Grã Bretanha, virá confirmar no plano diplomático essa corrente comercial, concedendo direitos preferenciais aos vinhos portugueses. Os vinhos generosos do Douro tornam-se, ao longo do século XVIII, dependentes do mercado inglês, o que se traduz, quer por uma adaptação do produto ao gosto desse mercado consumidor e, paralelamente, quer por um crescente domínio do comércio do vinho do Porto por mercadores britânicos que se fixam no Porto. Em 1727, a próspera colónia inglesa do Porto funda aí uma Feitoria, que assume um papel importante na articulação dos interesses britânicos ligados ao comércio do vinho.

O conflito entre estes interesses comerciais e os dos produtores do Douro, crescentemente submetidos aos preços cada vez mais baixos impostos pelo comércio e, por outro lado, às exigências de tipos de vinhos mais fortes, retintos, doces e aguardentados, conduziu à intervenção do Estado no sentido de regulamentar a produção e o comércio de um produto-chave da economia portuguesa. Pelo alvará régio de 10 de Setembro de 1756 instituiu-se, para esse efeito, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, iniciando-se um vasto conjunto legislativo. Entre outros aspectos, procede-se à demarcação da região produtora, a primeira demarcação no mundo de uma zona de denominação de origem controlada no sentido contemporâneo do termo.

Todo o perímetro dos vinhedos foi cuidadosamente delimitado por meio de grandes marcos de pedra granítica, paralelepípedicos, de remate plano ou semicircular. Na face voltada ao caminho apresentam inscrita a palavra FEITORIA e a data de colocação (em 1758 ou, mais raramente, em 1761). A importância e precocidade desta demarcação conduziu à sua valorização patrimonial, sendo o conjunto de marcos classificado como Imóvel de Interesse Público em 1946 (Decreto 35909 de 17 de Outubro).

Esta intervenção normativa contra a expansão desordenada da vinha, favorável à qualidade do produto e ao exercício do controle, implantou no terreno trezentos e trinta e cinco marcos. Hoje só raramente os encontramos in situ, tendo sido na maioria dos casos deslocados para locais de grande visibilidade, ou encarados como peças de valor museológico. Assim os vemos expostos nas quintas, junto à casa do proprietário, ou em instituições da região de acentuado protagonismo no sector vinhateiro. Estes marcos são ainda, por vezes, reutilizados como materiais de construção, mormente em contrafortes e padieiras ou nas adegas como canteiros de apoio para tonéis.



V. 304 - Alvalade - Alvalade do Douro  
Marco Publiano existente em 1758

À presença da Companhia na região ficou ainda a dever-se a existência de grandes armazéns, nos quais se recolhiam os excedentes de produção, adquiridos para garantir a estabilidade dos preços, e o total escoamento dos vinhos. Sirvam de exemplo os armazéns situados na Régua, destacando-se o Armazém 43 e o armazém do edifício da Companhia, que se impõem pela dimensão e qualidade construtiva.

De facto, a primeira demarcação, ordenada em 1756 e estabelecida no terreno entre 1757 e 1761, constitui já uma manifestação de modernidade inequívoca, na medida em que, além da definição de limites de uma região vitícola, inclui a elaboração de um cadastro e de uma classificação das parcelas e dos respectivos vinhos, tendo em conta a complexidade do espaço regional, e, por outro lado, a criação de mecanismos institucionais de controlo e certificação do produto, apoiados num vasto edifício legislativo. Não menos importante é o sentido de continuidade temporal que associa a identidade regional à ideia de região vitícola demarcada, desde o século XVIII até aos nossos dias, independentemente das alterações na área (passando de cerca de 40 mil para 250 mil ha) e nos limites regionais, na dimensão do vinhedo, nas práticas vitícolas ou na organização institucional do sector. As sucessivas delimitações da Região Demarcada (1757-1761, 1788-1793, 1907-1908, 1921) reflectem, essencialmente, as vicissitudes da própria evolução técnica nos domínios da produção, dos transportes e da comercialização, mas mantêm uma forte continuidade face aos princípios orientadores que exerceram, tanto na mentalidade popular como na das elites, uma forte carga simbólica, constituindo um elemento-chave da identidade regional. A identificação entre o território alto-duriense como "país vinhateiro", ou "região do vinho do Porto", configurou, desde o século XVIII, uma vocação económica e cultural específica e fixou o sistema de relações entre o Porto e o hinterland duriense. Desde então até aos nossos dias, as vicissitudes da vitivinicultura e do comércio de vinhos do Porto têm praticamente dominado a história regional.

A primeira demarcação, ordenada pelo Marquês de Pombal, centrava-se ainda na área tradicional do vinhedo, mais intensa no Baixo Corgo, e não ultrapassava, a leste, o vale do Tua, devido, em grande parte ao constrangimento natural imposto pelo Cachão da Valeira, que impedia a navegação no rio Douro para montante. Desde finais do século XVIII, com a demolição desse obstáculo (1788-1792), criavam-se condições para o alastrar do vinhedo para o Douro Superior. Porém, só depois da devastação provocada pelas doenças da videira na área tradicional do Baixo e Cima Corgo (o oídio, desde 1852, e a filoxera, desde 1863) se verifica um forte alastrar da viticultura comercial para leste do Cachão. O regime de liberdade de produção e comércio (1865-1907), a abolição dos vínculos (1863), a legislação de desamortização de baldios (1868-1869) e a construção da linha férrea do Douro (1873-1887) vieram facilitar este movimento. Quando o Estado retoma políticas de regulação do sector, em 1907, a nova demarcação abrange já toda a área do vinhedo, incluindo o Douro Superior, até à fronteira com Espanha.

Paralelamente, desde 1876, assistia-se a um esforço gigantesco dos viticultores do Douro para recuperar os vinhedos afectados pela filoxera. Como por toda a Europa, a solução definitiva só apareceu com a introdução dos porta-enxertos americanos, sobre os quais se enxertaram castas regionais. A relativa lentidão da progressão da filoxera e o conhecimento apurado das melhores castas pelos viticultores durienses permitiu preservar o valioso património genético de videiras (mais de uma centena de variedades). A recuperação da viticultura duriense, aliada à introdução de novas técnicas, nomeadamente na plantação e armação das vinhas, assumiu um impacto significativo na paisagem, com a construção de socacos mais largos, com muros mais altos e mais geométricos, bem distintos dos socacos pré-filoxéricos, mais estreitos e de muros baixos e tortuosos.

Ao longo do século XX, a Região Demarcada do Douro conheceu diversos modelos de regulação. Entre 1907-1908 e 1932, a Comissão de Viticultura da Região do Douro, auxiliada pela Comissão Agrícola e Comercial dos Vinhos do Douro e pela Comissão Inspectoria da Exportação do Vinho do Porto, assegurou as principais tarefas de controlo da produção e do comércio. Entretanto, em 1926, criava-se em Vila Nova de Gaia, onde se concentravam os armazéns da maioria dos comerciantes de vinhos do Porto, o Entrepasto "exclusivo" do Vinho do Porto, considerado como extensão da Região Demarcada do Douro, para efeitos de fiscalização. Em 1932-1933, o Estado Novo introduziu um modelo corporativo de regulação, caracterizado por forte intervencionismo estatal e por uma organização tripartida das funções de tutela, entre a Casa do Douro, organismo disciplinador da produção, criada em 1932, o Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto, organização disciplinadora do comércio, criada em 1933, e o Instituto do Vinho do Porto, órgão de cúpula do sistema, criado em 1933, com as funções de arbitragem entre as instituições sectoriais, fiscalização, garantia de qualidade e promoção da denominação de origem.

Este modelo corporativo manteve-se em vigor até 1974 e, apesar de ter sido então abolido, mantiveram-se em funções os organismos sectoriais (deixando de ser, no entanto, de inscrição obrigatória, e tendo sido alterados os respectivos estatutos) e o Instituto do Vinho do Porto (IVP). Só recentemente, em 1995, se avançaria para um modelo de recorte interprofissional, com a instituição da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD).

Também só recentemente, em 1986, se processaram alterações na legislação relativa ao Entreposto, tendo os produtores readquirido a possibilidade de exportar directamente os seus vinhos a partir da região. Como principal elemento regulador da produção, mantém-se ainda o sistema de distribuição do "benefício", através do qual é atribuída a cada parcela a quantidade e qualidade de mosto destinado à produção de vinho do Porto, de acordo com as características das respectivas vinhas.

Só nas últimas décadas, timidamente, a mecanização foi sendo introduzida, pelo menos para algumas tarefas mais violentas, como as surribas. Novos sistemas de organização dos vinhedos em patamares e taludes ou "ao alto" vão redesenhando a paisagem, dispensando a construção de muros de socalcos para amparar as vinhas. Porém, a viticultura nas montanhas do Douro continua a ser feita quase totalmente pela mão do homem, já que a natureza cascalhenta do solo, os elevados declives das encostas e os próprios socalcos dificultam a adaptação das máquinas.

#### *O Douro – Corredor de povos e culturas*

No território português, o vale do Douro desempenhou, ao longo da história, um importante papel de «corredor» de povos e culturas. Mesmo se, em determinados períodos, o rio Douro, como acidente natural, foi associado a uma linha de fronteira, o espaço vivido pelas populações das duas margens raramente se confinou a esse limite.

Correndo num vale de encaixe profundo, com um leito irregular e pedregoso, o rio Douro tinha, antes da construção das barragens, elevados desníveis de caudal, com leito quase seco no Verão, o que gerava frequentes febres palustres, e cheias violentas nos Invernos chuvosos, sendo um dos rios de maior caudal de cheia da Europa, só ultrapassado pelos grandes rios de Leste, como o Dniepre ou o Volga. Apesar das dificuldades de navegação decorrentes do seu carácter irregular, o rio Douro assegurou relações intensas tanto no sentido Leste-Oeste, ligando as populações do interior ao Porto e ao mar, como no sentido Norte-Sul, ligando, através de inúmeras barcas de passagem, as populações das duas margens. Deve, no entanto, referir-se que as relações no sentido Leste-Oeste, através do rio, de que existem referências desde a época da romanização (Estrabão, Geografia), eram interrompidas pelo obstáculo natural constituído pelo Cachão da Valeira, só destruído em 1792, que impedia até então a navegabilidade para montante.

O rio oferecia dificuldades naturais causadas pela presença de galeiras também conhecidas como pontos com fundos de rocha e por vezes agulhas salientes, onde a água corria com turbulência, e os secos, passagens assoreadas de pouca profundidade, uma ameaça para os barcos carregados.

A estes entraves naturais juntaram-se os construídos pelo homem, nasseiros, pesqueiras e paredões de moagens, que também estreitavam o leito e faziam a água correr com maior violência.

No século XVIII, face ao aumento de volume e do valor das mercadorias transportadas através do rio, a Companhia viu-se na necessidade de regularizar o veio e regulamentar a sua utilização. Procurou então atingir o primeiro destes objectivos eliminando pontos e cachoeiras, e mandando destruir, não sem resistência dos proprietários, as estruturas artificiais que ocupavam o leito. No que se refere ao segundo, promulgou legislação restritiva da tonelagem dos barcos e criou o regimento a que devia obedecer a actividade dos arrais e companhas.

Foi então que se procedeu à demolição do Cachão da Valeira, o maior e mais temido destes obstáculos. Esta facilidade de comunicação, conjugada com o diminuir das peias institucionais, permitiu, no início do século XIX, a implantação de novas unidades vitivinícolas em toda esta área. A sua localização ribeirinha acentua a importância do rio como via de comunicação, aqui quase exclusiva, já que o território envolvente é particularmente acidentado. A ligação ao Porto pelo rio estimulou um intenso tráfego fluvial para escoamento dos produtos agrícolas, em especial o vinho, que, desse forma, pôde integrar-se desde muito cedo nos circuitos do comércio internacional.





Não obstante a realização de todos os trabalhos antes referidos, continuava a ser fundamental para a navegação ao longo do Douro a existência dos caminhos de sirga. Nos pontos de difícil transposição os barcos acostavam à margem sendo puxados pela própria tripulação ou ainda por juntas de bois preparadas para acorrer ao chamado da voz ou do toque de búzios e cornetas. No areal ou em caminhos de sirga, abertos expressamente, homens e animais alavam o barco.

Uma vez que o Douro constituía o eixo de ligação ao Porto, as quintas implantadas nas vertentes do rio necessitavam de cais próprios para o embarque, que podia ser feito igualmente nas praias. Dos armazéns desciam por caminhos de acentuado pendor os carros de bois carregados de pipas, quando a distância não permitia simplesmente o seu rolamento travado com cordas.

Para estes mesmos cais de embarque dirigem-se os caminhos públicos que ligam as povoações ao rio. Entre altos muros, pavimentados por xisto metido a cutelo, estes caminhos dão também serventia às quintas que para eles se abrem, frequentemente, por cuidados portões de ferro lavrado. O alinhamento dos caminhos é enfatizado por bordaduras de oliveiras e pela caiação dos muros, marcando a paisagem em linhas verticais ou oblíquas, contrariando as curvas de nível nas quais se desenham socalcos e patamares.



O rabelo, ex-libris do Douro, construído nas praias do Douro Inferior, como Barqueiros, Pala, Porto Antigo e Porto Manso, etc., e os seus arrais e companhas davam vida ao rio. Esta embarcação, em madeira, caracteriza-se por ser de boca aberta, fundo chato, casco de tábuas trincada, mastro onde arma pano redondo, atrasado para dar mais espaço à carga das pipas de vinho, e colocado junto das apegadas, cuja função consistia em dar um mais amplo horizonte visual ao mestre que, do alto, conduz o barco governando-o com a espadela. A origem destes barcos, de que ainda existem vários exemplares, embora sem a sua antiga função de transporte de vinhos, remonta, segundo alguns autores, à época de domínio suevo na região (século V).



3.315- Barco rabelo- Fegus



As dificuldades e atribuições da viagem deram origem a atitudes devocionais. Não só eram colocadas nos barcos ferraduras e cruzeiros apotropaicos, como os mareantes levavam, recolhidas sob as apegadas, as alminhas de bordo, caixas de esmolas com pintura de motivação religiosa onde era depositado um óbolo depois de vencido o perigo.

Em lapas das margens rochosas que ladeiam os pontos, abrigam-se imagens de Cristo, Nossa Senhora e de Santos, pintadas, esculpidas ou em pequenos retábulos, às quais marinheiros e viajantes dirigiam preces, implorando protecção para a passagem temida.

Nos templos da região, ou em santuários existentes nos locais de proveniência de quem viaja, expõem-se ex-votos oferecidos em agradecimento pelo socorro prestado em horas de aflição. O vale do Douro era ainda ponto de encontro e eixo redistribuidor de bens para uma área muito mais vasta, que abrange todo o interior montanhoso.

As estradas reais, perpendiculares ao rio, e as barcas de passagem, facilitavam estas trocas inter-regionais drenando da montanha para a ribeira essencialmente bens alimentares, de origem agropastoril, parte dos quais era retida no Douro para sustento da mão-de-obra que laborava nas vinhas.

Em sentido inverso, do litoral chegavam produtos industriais ou do comércio externo e ainda outros tão significativos como pescado salgado/seco, o bacalhau e a sardinha, presigo diário dos trabalhadores durienses. Também o



Y Nã Estádio - Outeira do Jume, Produção de Vinho do Porto.

azeite e o vinho não beneficiado serviam este sistema de trocas, sediadas em vendas e tabernas, estabelecidas no limiar daqueles espaços de características díspares. Almocreves e vendedores ambulantes multiplicavam a capilaridade de toda a região.

Além de carga também pessoas viajavam no rabelo no qual podiam comer e dormir. Em alternativa, ao longo do curso do rio existiam

estalagens e vendas para servir passageiros e tripulações. Na falta destes estabelecimentos públicos, as quintas acolhiam viajantes de eleição. Uma vez chegado ao ponto pretendido, o passageiro seguia para a quinta ou povoação pelos estreitos e íngremes caminhos, a cavalo, conduzido por guia, de liteira ou em veículos de rodas se as características do acesso o permitiam. A maioria das quintas dispõem de cavalariças e algumas guardam ainda exemplares de veículos de transporte.

Para deslocar as mercadorias em terra impunha-se o carro de bois da região, de tipologia específica: cabeçalho de remate encurvado, chedas arqueadas formando um leito em ogiva, eixo móvel e rodas de miúdo e cambas.

Podiam também ser conduzidas no dorso de animais, neste caso em recipientes e armações próprias. Alguns tanques ladeiam o caminho para dar de beber às bestas.



Y Luff - Estalagem do Douro - Póvoa do Varzim.

A construção do caminho de ferro, meio de transporte fundamental para o desenvolvimento da Região Demarcada, bem como para a comercialização do vinho do Porto, começou a ser discutida em 1867.

A Linha do Douro, cujo trajecto no País Vinhateiro acompanha de perto o curso do rio, será implementada na década de 70 do século XIX até ao Pinhão, iniciando uma profunda alteração em todo o sistema de transportes da região, uma vez que esta nova alternativa retirará alguma importância ao movimento fluvial.

O seu prolongamento para montante até Barca de Alva (1887) e posterior alargamento para o interior, acompanhando as linhas dos afluentes Corgo (1906-1921), Tua (1885-1886 até Mirandela, 1905-1906 de Mirandela a Bragança) e Sabor (1911-1938), facilitará o desenvolvimento da produção vitivinícola no Douro Superior e os contactos com o hinterland.

O estabelecimento desta rede ferroviária gerou um novo tipo de património material: as vias e respectivas obras de arte - pontes, túneis, etc. - as estações com uma panóplia de construções e equipamento técnico, as oficinas e bairros, num agenciamento do espaço, novo na região.

Transformou-se a paisagem, as mercadorias circularam com maior facilidade, e mudou a vivência de quem agora com muito maior rapidez e segurança podia atingir qualquer ponto do Douro Vinhateiro. O curso do Douro foi substancialmente alterado pela construção das barragens do Pocinho, da Valeira e de Bagaúste, que permitem a navegabilidade e asseguram uma percentagem assinalável da energia hidroeléctrica portuguesa.

O transporte rodoviário acentuou o abandono do rio como eixo de comunicação para pessoas e mercadorias e o traçado das vias trouxe um novo entendimento da paisagem, agora percebido a partir de cotas mais elevadas e marcado pela presença das albufeiras.



109 PARTIDA DE UM CONJUNTO COM VINHO DO PORTO - REGUA

### c. Forma e data dos documentos mais recentes relativos ao Alto Douro

#### O Cadastro da Casa do Douro

Um dos elementos fortes da organização da região é a existência de um cadastro de todas as parcelas com vinha, anualmente utilizado para a atribuição do direito de produção de Vinho do Porto, vulgarmente conhecido por "distribuição do benefício".

Com efeito, em 1935, através da Portaria n.º 8.198 de 12 de Agosto, foram pela primeira vez adoptadas normas gerais, fixando os parâmetros a considerar para esse efeito. Os parâmetros escolhidos apontavam para uma delimitação mais selectiva dentro do universo da Região Demarcada do Douro, com base na altitude e no solo, elementos com reconhecida influência na qualidade dos mostos produzidos.

A selecção dos mostos a beneficiar pressupunha, para uma aplicação equitativa do critério então definido, a realização de um cadastro da propriedade. Assim, em 1937, a Casa do Douro deu início aos serviços cadastrais para que, conhecendo as características dos prédios e baseando-se em dados concretos, pudesse realizar correctamente a distribuição do benefício.

Em 1947 e após um estudo crítico das bases de classificação anteriormente definidas, por proposta do Eng.º Moreira da Fonseca, foram considerados novos elementos para que a conjugação de todos os factores permitisse traduzir a posição real do prédio numa escala de valores. A cada um dos elementos considerados e segundo a importância respectiva, passou a ser atribuída uma pontuação, cujo somatório permitia agrupar as propriedades em classes, de A a F. Uma das principais inovações, então introduzidas, foi a de incluir nos elementos de avaliação a localização do prédio dentro da região, o que constitui uma verdadeira zonagem da área geográfica demarcada.

#### Ficheiro Vitivinícola do IVV

A região dispõe hoje de um moderno Ficheiro Vitivinícola com um descritivo das características edafoclimáticas e culturais de todas as parcelas, assente num sistema de informação geográfica, elaborado pelo Instituto do Vinho e da Vinha. Este tem por objectivo a gestão do património vitícola, assegurando um apertado sistema de controle de plantações e alterações dos vinhedos e, como tal, dos socalcos que fazem a paisagem do Douro. O condicionamento do plantio da vinha, consagrado pelo decreto-lei n.º 83/97, de 9 de Abril, é assegurado pelo Instituto do Vinho e da Vinha e, no Douro, com a colaboração da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro.

*Um Retrato do Douro.* António BARRETO, Vista Alegre, 1984  
*Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro: PROZED.* COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – Porto: CCRN, 1990-1991

*Port and Douro Wines.* A. FILIPE, G.M. PEREIRA, I. MOTA, J.N. ALMEIDA, J.M. SOARES FRANCO, N. MAGALHÃES, V. MAGALHÃES. Lisboa: Chaves Ferreira, 1998

*Memória do Vinho do Porto.* Conceição Andrade MARTINS, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990  
*Vintage Port.* Gaspar Martins PEREIRA, João Nicolau de ALMEIDA, Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1999

*O cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro: ponto da situação.* Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA, Douro: Estudos & Documentos. – N.º 2 (1996) p. 18-30

*Roteiro Rotas Medievais.* Natália FAUVRELLE, Susana PACHECO, Porto: GEHVID, 2000.

*Património arquitectónico e arqueológico classificado.* INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – Lisboa: IPPAR, 1993

*O governo de Baco: a organização institucional do vinho do Porto.* Vital MOREIRA, Porto: Afrontamento, 1998

#### d. Estado actual de conservação

A definição dos limites da área a propor para inscrição na Lista do Património Mundial identificou uma área com cerca de 24.600 ha. Considerou-se que esta área era representativa da Região Demarcada do Douro, reunindo de forma coerente a maioria do conjunto de valores mais significativos e apresentando um bom estado de conservação no seu todo, se bem que admitisse um número restrito de intrusões pontuais.

O estado de conservação do Alto Douro é bom e claramente superior à zona tampão, onde, embora continue a existir uma mancha significativa de vinha distribuída por quintas e casais e muitos valores patrimoniais construídos, os povoados apresentam-se bastante descaracterizados e de mais difícil reabilitação.

No Alto Douro concentra-se uma maioria significativa de muros de armação de terreno, ainda em estado de conservação notável. A construção recente de patamares, que surgiu como forma de viabilizar a actividade vitivinícola da região, introduziu alterações na paisagem que deverão ser minimizadas mediante planos de gestão a curto/médio prazo decorrentes do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território.

Os povoados na área a inscrever carecem de um modo geral de reabilitação urbanística mediante a realização de Planos de Pormenor havendo já alguns locais com planos dessa natureza em curso, como por exemplo o Pinhão.

#### e. Políticas e programas relativos à valorização e à promoção do bem

Durante as duas últimas décadas, a Região Demarcada do Douro dispôs não só de uma panóplia muito diversa de instrumentos de desenvolvimento, como conseguiu ainda obter um conjunto diversificado e substancial de apoios aos investimentos infra-estruturais e produtivos, que ajudaram a região a ganhar uma crescente visibilidade e uma nova dinâmica de promoção e valorização.

Fruto deste continuado esforço de ajuda ao desenvolvimento e dos resultados positivos de várias intervenções e projectos, a Região Demarcada do Douro vem ganhando nos tempos mais recentes, uma visibilidade nacional acrescida, um novo folgo e capacidade de iniciativa. Esta nova dinâmica tem-se traduzido numa já perceptível elevada taxa de crescimento da procura a vários níveis - desde a turística, aos produtos locais, à transacção de bens imobiliários para relançamento e recuperação, que indicia fortes e sustentadas potencialidades.

É precisamente deste quadro de uma atenta e salutar dinâmica regional que nasceu a proposta de inscrição da paisagem do Alto Douro na Lista do Património Mundial, procurando antecipar processos de prevenção, de valorização e de salvaguarda.

O sector vitícola tem representado ao longo dos séculos, e, em particular, nas últimas décadas, o papel de motor económico e social da região. Convém, por isso, iniciar a abordagem das políticas e programas que têm contribuído para o desenvolvimento vitícola do Alto Douro, pois estes têm sido o cerne da evolução da paisagem da área proposta para inscrição.

Estas políticas e programas não tiveram o objectivo directo de salvaguardar a paisagem cultural. Porém traduziram-se em formas de investimento que em muito contribuíram para salvaguardar as dinâmicas socio-económicas da Região e assim viabilizar a actividade vitivinícola, responsável de longa data pela existência desta paisagem cultural. É decorrente destes programas que surgem novos sistemas de armação de terreno como sejam os "patamares" e a introdução das vinhas "ao alto".

i) *Políticas e evolução organizativa do sector vitivinícola*  
O sector vitivinícola é, porventura, uma das actividades económicas mais regulamentadas em todo o mundo, sendo tal facto particularmente evidente na Região Demarcada do Douro, cujo quadro organizativo e institucional, que remonta a 1756, é significativamente robusto, tendo permitido impor e garantir a forte imagem de que o Vinho do Porto hoje goza.

Não esquecendo a especificidade da Região Demarcada do Douro, em 1988 e 1989 foram, respectivamente, publicadas a lei orgânica do Instituto do Vinho do Porto e o estatuto da Casa do Douro, fechando um ciclo iniciado em 1932-1933, aquando da criação da organização corporativa da região que, além das instituições mencionadas, incluía o Grémio de Exportadores de Vinho do Porto, extinto em Setembro de 1974, dando lugar à Associação dos Exportadores de Vinho do Porto, hoje Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP).

Mais recentemente, com a publicação dos Decretos-lei n.º 74, 75 e 76/95, todos de 19 de Abril, dotou-se a Região Demarcada do Douro de um novo quadro institucional, no espírito da lei quadro das regiões demarcadas vitivinícolas, respeitando, todavia, as suas especificidades históricas, culturais e sociais, ao criar-se a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) e ao redefinir-se o quadro de atribuições e competências da Casa do Douro e do Instituto do Vinho do Porto.

Este quadro institucional da Região Demarcada do Douro é também um quadro administrativo bastante forte, comparativamente com outras regiões demarcadas, contando quer a CIRDD, quer o IVP, quer a Casa do Douro, com significativas estruturas administrativas e técnicas.

ii) *Políticas e programas de desenvolvimento económico-social*

Nas duas últimas décadas a região do Douro beneficiou de algumas intervenções específicas em matéria de desenvolvimento económico e social e da adopção progressiva de vários instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Nos anos oitenta, os poderes públicos concentraram os seus esforços na implementação de programas de desenvolvimento rural integrado e de valorização do potencial endógeno, visando a melhoria das condições de vida das populações, a modernização da estrutura produtiva, a valorização comercial das produções agrícolas, o aumento dos rendimentos dos agricultores ou ainda o aproveitamento e a valorização dos recursos naturais, a criação de emprego e a diversificação da base produtiva local.

Nos anos noventa, este esforço de promoção do desenvolvimento territorial foi acompanhado por uma preocupação crescente com as questões do ordenamento do território, tendo sido elaborados e instituídos vários planos de escala diversa (regional, municipal e urbana) com o objectivo de regular o uso do solo e proteger o vasto e relevante património natural, paisagístico, arquitectónico, e cultural da região, sendo de destacar os **Planos Directores Municipais**.

Conscientes da fragilidade da paisagem duriense, os poderes públicos procuraram assim definir uma política de intervenção defensiva que, por um lado, servisse de enquadramento ao aproveitamento das potencialidades existentes, mas que, por outro lado, garantisse também a salvaguarda da paisagem cultural.

O facto de o sector agrícola ter um peso muito importante na economia da região (contribuindo com cerca de 2/5 para o seu PIB), conduziu à definição de uma estratégia de desenvolvimento agrícola e regional baseada, em boa parte, na melhoria das infra-estruturas sociais e no estímulo do crescimento da produção agrícola.

Foi assim que nasceu em 1983, na sequência de um

acordo de empréstimo financeiro entre o Banco Mundial e o governo português, com o apoio técnico da FAO, o **Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM)**, cujo principal objectivo foi o incremento da produção agrícola e a melhoria das condições de vida das populações, através da implementação de um conjunto de acções nos domínios agrícola e social que contribuíssem, ainda que parcialmente, para a reconversão e o relançamento do sector agrícola no Alto Douro e em Trás-os-Montes. O PDRITM/Douro decorreu até 1990 e veio promover a reconversão das vinhas existentes e a plantação de novas vinhas em áreas de especial aptidão para a produção de mostos de elevada qualidade.

Em 1995 foi lançado o **Programa de Desenvolvimento do Douro (PRODOURO)** que durou até 1999. Os seus objectivos eram mais ambiciosos tendo em vista a promoção da iniciativa e do investimento empresarial, a fixação de recursos humanos qualificados ou a valorização e a preservação do património. Este programa propôs-se implementar um conjunto de medidas que reforçassem as infra-estruturas básicas, melhorassem as acessibilidades e dinamizassem o investimento em sectores com potencial de geração de riqueza e de criação de emprego.

Identificados os estrangulamentos e as potencialidades de desenvolvimento do Vale do Douro, definiram-se como prioridades e objectivos a fixar para uma intervenção específica do Estado na região: a criação de emprego; a promoção do investimento produtivo e geração de riqueza; o reforço das infra-estruturas básicas; a preservação e valorização dos recursos patrimoniais.

Assim, ao longo das duas últimas décadas, tem vindo a ser estabelecida uma estratégia de intervenção assente em três ideias força - explorar a imagem de qualidade da região; atrair e fixar recursos humanos qualificados; organizar regionalmente as actividades económicas e concertar os interesses locais e sectoriais.

#### 4. Gestão

Nos últimos anos tem-se vindo a acelerar a dinâmica de intervenção na Região Demarcada do Douro, verificando-se recentemente alguns indícios de pressões de desenvolvimento que aconselham uma intervenção de preservação e gestão, para melhor acautelar a salvaguarda deste bem.

Os diversos estímulos à actividade económica atrás referidos, que levaram à aceleração das tendências de plantio de vinhas e reconstrução de patrimónios, justificam e aconselham a adopção de um regime mais atento e activo de intervenção do que o quadro regulamentar e de costumes, que até aqui se mostrara plenamente eficaz na preservação da paisagem.

O processo adoptado e em vigor, que se foi aperfeiçoando durante séculos, centrou-se sobre a regulamentação, licenciamento e controlo da plantação e exploração das vinhas, factor essencial e quase exclusivo da intervenção humana na paisagem. Foi em torno e em função da vinha que se implantaram outras culturas e estruturas, da olivicultura aos laranjais e bosquetes do Douro, das construções dos muros de suporte à implantação e expansão das casas e assentos de lavoura, do rasgar de caminhos de ferro à lenta construção das estreitas e sinuosas estradas e caminhos.

O declínio da população rural e o desenvolvimento dos serviços públicos locais e do comércio nas sedes de concelho, fortemente estimulado pela implantação e reforço administrativo das Autarquias Locais a partir de 1976, alteraram a distribuição da população e melhoraram significativamente as condições de vida na zona.

Nos anos oitenta prosseguiu-se o reforço administrativo e técnico dos Municípios e dos seus agrupamentos com Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), sediados nas principais cidades, coordenados pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, permitindo a criação de um processo de acompanhamento e gestão local do ordenamento e uso do território e a sua progressiva regulamentação. Este processo culminou com a aprovação, ao longo dos anos noventa, dos Planos Directores Municipais, como instrumento centralizado e unívoco de regulamentação e gestão do uso e ocupação do solo, ao nível de cada concelho, embora prioritariamente orientados para a gestão dos perímetros urbanos e das redes de infra-estruturas.

É este processo de gestão que agora se pretende aperfeiçoar, criando um mais activo de intervenção, orientado de forma expressa para a protecção e valorização da paisagem cultural evolutiva viva do Alto Douro.

A estratégia de gestão e salvaguarda a implantar sustenta-se, essencialmente, em instrumentos de planeamento e gestão e na criação de estruturas para a implementação dos mesmos:

- Elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOT), visando a preservação e valorização da paisagem cultural evolutiva e viva do Alto Douro, cujas orientações serão transpostas para os Planos Directores Municipais, os instrumentos por excelência da gestão do território a nível local. O Plano de Ordenamento será acompanhado de um Programa de Gestão da Paisagem prevendo os investimentos necessários no tempo para a valorização e salvaguarda do bem;

- Criação de um Gabinete do Alto Douro Vinhateiro, constituindo um corpo técnico de apoio à gestão, na dependência orgânica da Administração Central e na dependência funcional dos Municípios, que actuará em estreita inter-relação com uma Associação Promotora do Alto Douro Património Mundial, a criar;

- A Associação Promotora do Alto Douro Património Mundial, que assegurará uma plataforma de relacionamento público-privado de todas as entidades interessadas e envolvidas na propriedade de bens, na preservação, salvaguarda, valorização e promoção do Alto Douro, assumindo-se como entidade geradora de dinâmicas activas de intervenção, desempenhando uma função consultiva e de parceria de dinamização junto da Direcção do Gabinete do Alto Douro Vinhateiro.

#### a. Direito de propriedade

A paisagem cultural do Alto Douro é um bem de apropriação colectiva. O direito de propriedade dos elementos que constituem essa paisagem é em geral privado, distribuído por um número muito elevado de proprietários.

Efectivamente, a paisagem da Região Demarcada do Douro é constituída por uma miríade de pequenas parcelas de terreno. Hoje são 48 mil hectares de vinha em mais de 100.000 parcelas, mas também largas dezenas de milhar de hectares de olivais e outras culturas, que constituem as terras do Alto Douro, cujos proprietários residem na sua maioria na Região Demarcada do Douro e um pouco por todo o país. No Porto e em Vila Nova de Gaia estão sediadas a maioria das empresas portuguesas e internacionais que comercializam o Vinho do Porto, que são também proprietárias de muitas das principais quintas do Douro.

A propriedade do Alto Douro está assim espalhada por uma plêiade de proprietários que, no entanto, se encontram sem excepção representados na Casa do Douro, podendo estar ainda na Associação das Empresas de Vinho do Porto ou na Associação de Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro.

O caminho de ferro e as estradas, construídos essencialmente na primeira metade do século, e as barragens do Carrapatelo, Bagaúste, Valeira e Pocinho dos anos sessenta e setenta, são propriedade controlada pelo Estado através dos seus organismos, autarquias ou empresas públicas.

A propriedade dos elementos patrimoniais arquitectónicos e artísticos descritos anteriormente está também repartida por inúmeros proprietários, sendo na sua maioria privados. Ficaram na posse comum, das freguesias ou confrarias ou da igreja local, apenas os pontos culminantes encimados de capelas e miradouros.

Em resumo, a propriedade dos bens que constituem o Alto Douro pertence na sua maioria aos viticultores.

#### b. Estatuto jurídico

Até há cerca de duas dezenas de anos atrás, a Região Demarcada do Douro possuía um regime de protecção de base tradicional bem estabelecido e, conforme já referido, decorrente essencialmente dos regulamentos associados ao condicionamento do plantio da vinha.

Actualmente, dentro do quadro legal português, os instrumentos eficazes para o ordenamento e salvaguarda da paisagem são os Planos Directores Municipais, instituídos pelo Decreto-lei n.º 69/90.

Todos os municípios da Região Demarcada do Douro possuem um Plano Director Municipal publicado em Diário de República e, portanto, plenamente eficaz. Estes planos são constituídos por três peças essenciais: a carta de ordenamento, a carta actualizada de condicionantes e o regulamento. Nas cartas de ordenamento, grande parte das áreas de vinha do Alto Douro estão classificadas como Áreas de Salvaguarda Estrita ou Áreas Agrícolas. Nas cartas de condicionantes, a parte mais significativa do Alto Douro está abrangida pelas áreas de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, às quais se aplica um regime condicionante de alteração de usos de solo.

O Alto Douro tem assim um estatuto de protecção consagrado nos Planos Directores Municipais, cabendo agora ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território proceder à sua articulação. O Alto Douro não possui, portanto, um estatuto jurídico específico de protecção, pois a legislação portuguesa, até à data, não previu a classificação de paisagens culturais.

Em Portugal, a prática de classificação e gestão de áreas de interesse nacional tem já uma longa experiência no âmbito dos parques e reservas naturais ao encontro das definições da União Internacional de Conservação da Natureza. Assim, 7,2% do território nacional faz parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas, cujo objectivo principal é a gestão da conservação da natureza, entendida de uma forma integradora das actividades humanas e também do património cultural. A Região Demarcada do Douro dada a forte expressão da viticultura, naturalmente nunca foi candidata a fazer parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

O Alto Douro foi, no entanto, objecto em parte significativa, do PROZED – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 60/91 de 21 de Novembro de 1991, que abrange as margens do rio Douro de boa parte dos seus concelhos marginais, “estabelecendo as principais regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área que abrange”. Como o seu próprio nome indica, visa proteger a zona envolvente do rio Douro onde se concentra a parte essencial da paisagem vitivinícola que se pretende inscrever na Lista. Este instrumento teve um carácter orientador para a elaboração dos Planos Directores Municipais.

### c. Medidas de protecção e meios disponíveis

A protecção da paisagem do Alto Douro repousa essencialmente na sustentabilidade da exploração do território que o caracteriza e que tem demonstrado ao longo dos tempos ser um processo evolutivo e capaz.

Recentemente, com a já referida entrada em vigor dos Planos Directores Municipais e, por outro lado, com a reorganização de todo o processo de gestão do território e das intervenções que sobre ele se realizam, implantou-se um regime de acompanhamento publico mais estreito e regulamentado desta dinâmica.

Está assim instituído um processo efectivo de controlo, nomeadamente de obras particulares condicionadas ao regulamento dos Planos Directores, de alterações substanciais do coberto vegetal e do licenciamento do plantio de vinhas.

Este controlo que tem sido conduzido numa perspectiva sectorial, tornar-se-ia mais eficaz com a criação do Gabinete do Alto Douro Vinhateiro e a implementação do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro, complementado pelo Programa de Gestão da Paisagem do Alto Douro, que dariam uma nova vertente integrada e operacional sob o ponto de vista da valorização e da protecção da paisagem.

### d. Organismo(s) responsável(is) pela gestão

A gestão do território e a gestão e salvaguarda dos seus bens territoriais e infra-estruturas locais é da responsabilidade dos Municípios, cujo Presidente e Câmara Municipal são apoiados pelos respectivos serviços. São treze os Municípios abrangidos pela área a classificar e oito os abrangidos pela zona tampão.

A gestão das infra-estruturas constituídas pelas estradas nacionais, caminho de ferro, barragens e canal e cais fluviais, compete aos organismos públicos – Direcção Distrital de Estradas, Caminhos de Ferro (REFER), Electricidade de Portugal e Instituto de Navegabilidade do Douro.

A gestão das parcelas de vinha e parcelas agro-florestais, bem como dos edifícios privados, é da responsabilidade dos seus proprietários.

A criação do Gabinete do Alto Douro Vinhateiro assumirá como missão a salvaguarda e promoção da paisagem cultural do Alto Douro. Coordenará, a nível local, o apoio técnico à gestão, em directa colaboração com os Municípios, com a Associação Promotora do Alto Douro Vinhateiro, que reúne os diversos proprietários e viticultores do Douro, e as várias entidades ligadas ao vinho e à vinha, ao ambiente, ao património e às actividades económicas do território duriense.

### e. Escala à qual se efectua a gestão do bem

Como acima se referiu, os organismos encarregados da gestão e salvaguarda do bem são os Municípios representados pelos seus Presidentes, ao nível de cada concelho. O Gabinete do Alto Douro Vinhateiro, logo que criado, virá a estar envolvido no apoio técnico à gestão, em moldes a regular.

A pessoa responsável pelos contactos, enquanto não estiver operacional esta estrutura e estiver em curso a apresentação da candidatura do Alto Douro à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO, será o Coordenador da Candidatura nomeado pela Fundação Rei Afonso Henriques.

#### f. Planos adoptados relativos ao Alto Douro

Existem, como já referido, vários planos que dizem respeito ao Alto Douro, quer com abrangência regional, quer com abrangência concelhia.

O PROZED, cujas orientações foram integradas nos Planos Directores Municipais enumerados em 7.b. Existem ainda para a zona complementar de protecção Planos Directores Municipais para cada um dos restantes oito concelhos abrangidos e ainda alguns Planos de Urbanização de aglomerados urbanos, designadamente das sedes do concelho.

Em fase conclusiva de elaboração, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Carrapatelo e o Plano de Ordenamento da Albufeira de Bagaúste, assim como o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro. Os planos das albufeiras cobrem o plano de água do rio e as áreas envolventes até 500 metros da margem, regulamentando os modos de uso e ocupação do território e introduzindo mecanismos suplementares de gestão do território nos Planos Directores. O Plano de Bacia definirá estratégias integradas que servirão de apoio a um programa de saneamento e abastecimento de águas às populações, decorrendo neste momento a conclusão da definição da Situação de Referência.

O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, a concluir até ao final de 2001, atenderá naturalmente às orientações oriundas dos diversos planos, integrando-as em função dos objectivos de salvaguarda e valorização da paisagem cultural e das directivas de condicionamento de plantio da vinha.

#### g. Fontes e níveis de financiamento

##### *i) Programas de apoio financeiro já aplicados na área*

A valorização dos recursos e património duriense tem vindo a ser prosseguida e apoiada por diversos programas que, conforme já referido em 2.e., deram um importante apoio financeiro às iniciativas de valorização das estruturas, das organizações e acções de animação económica e social na área. Parte desses programas e acções terão continuidade num futuro próximo.

Assim, o PRODOURO – Programa de Desenvolvimento do Douro (1996-1999) irá ter continuidade no terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) entre 2000 e 2006, sob a designação de AIBT – Acção Integrada de Base Territorial do Douro, no Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Norte.

No domínio do desenvolvimento rural está criada a Medida 3.11, no Eixo 3 – Intervenção da Administração Central Regionalmente Desconcentrada deste mesmo Programa Operacional Regional do Norte a da Agricultura e Desenvolvimento Rural - que contempla, entre outros, o apoio à agricultura familiar, o desenvolvimento dos produtos de qualidade, as infra-estruturas colectivas agro-rurais, designadamente os acessos às propriedades, ou a valorização do ambiente e património agro-rural.

No QCA III, o Programa Operacional da Agricultura irá apoiar a viticultura, a olivicultura e a fruticultura. O Programa Operacional de Economia, na sua componente turística, irá induzir diversas iniciativas privadas e empresariais de recuperação de patrimónios edificados do Douro, anteriormente de uso exclusivamente rural, para fins turísticos. Esta acção irá contribuir para criar uma rede de novas unidades de turismo de espaço rural de alojamento, com animação associada, ligada à vinha e ao vinho, afirmando o Douro como uma nova oferta turística diferenciada.

A candidatura do Alto Douro Vinhateiro a património mundial está já a induzir a um processo de dinamização do desenvolvimento turístico que irá, provavelmente, levar à elaboração de um Programa Integrado Turístico Estruturante Regional do Alto Douro (PITER). Este programa irá dar estrutura aos conjuntos dos diversos empreendimentos de interesse turístico de natureza privada e pública a desenvolver na área nos próximos anos. De alguns desses projectos de valorização já em curso, é de destacar a Rota do Vinho do Porto, as Rotas Medievais, a Rota do Românico e os Comboios Turísticos e Históricos do Douro, entre outros.

##### *ii) As fontes e recursos de financiamento no novo QCA*

Os novos Programas Operacionais a vigorar entre 2000 e 2006, já acima referidos – PO Economia, PO Agricultura, PO Regional do Norte – para além dos meios afectos pelos seus próprios promotores, serão a fonte de disponibilização de apoios financeiros para os investimentos referentes a melhoramentos agro-florestais, a projectos de desenvolvimento, infra-estruturação e valorização rural e ambiental e a novas actividades económicas na área, às quais poderão recorrer os proprietários, associações e autarquias.

O quadro de apoio financeiro a estas acções terá por base o Programa de Gestão da Paisagem do Alto Douro Vinhateiro e irá traduzir-se num contrato-programa financeiro a ser estabelecido com o Programa Operacional Regional do Norte, no âmbito da Acção Integrada de Base Territorial do Douro.

#### h. Origem de competências e formação em matéria de técnicas de conservação e de gestão

Para promover os vários projectos e acções de investigação, desenvolvimento e formação acima referidos, a região dispõe de várias estruturas com importantes corpos científicos, técnicos e pedagógicos, nomeadamente a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Bragança.

Para além disso, algumas organizações públicas e instituições associativas têm agregado um leque de especialistas altamente qualificados nas matérias respeitantes à conservação e valorização da paisagem. O GEHVID – Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é o exemplo mais destacado.

#### i. Organização para os visitantes e estatísticas

O Alto Douro dispõe já de alguns meios de acolhimento de visitantes. A nível de quase todas as sedes de concelho estão disponíveis, com carácter permanente na época alta e de forma menos constante no resto do ano, Postos Municipais de Turismo que permitem o aconselhamento e distribuição de informação de interesse turístico.

A Região de Turismo do Douro Sul e a Região de Turismo da Serra do Marão, respectivamente em Lamego e Vila Real, têm serviços técnicos de acompanhamento e orientação geral. Em particular, a Rota do Vinho do Porto, sediada na Régua, assegura este apoio de uma forma dirigida para o turismo vitícola e enológico.

No entanto, será elemento essencial do Programa de Gestão da Paisagem do Alto Douro Vinhateiro, a organização em rede integrada deste tipo de apoios assim como a instalação no terreno, nos principais pontos de acesso e desfrute, de Postos de Interpretação e Divulgação da Paisagem Cultural do Alto Douro.

Se bem que a dimensão geral dos movimentos turísticos provocados ou atraídos pelo Douro seja ainda muito reduzida, a sua evolução nos últimos anos tem vindo a ter um crescimento constante e muito significativo. Como indicador deste facto, podemos apontar o crescimento das pernoitas turísticas, nomeadamente de estrangeiros, cujo crescimento nos últimos anos se tem vindo a situar muito acima da média nacional e da média do norte do país,

como um todo. Do ponto de vista do mercado turístico, o Douro tem assim vindo a afirmar-se progressivamente como um novo pólo de atracção turística de nível nacional e internacional.

Respondendo ao crescimento sustentado desta progressiva solicitação do mercado, os promotores locais têm feito crescer a capacidade hoteleira instalada, especialmente nos escalões mais qualificados. Em particular, nos últimos dois anos essa capacidade foi significativamente reforçada com duas novas unidades hoteleiras de qualidade junto do rio – em Mesão Frio e no Pinhão – tendo-se instalado cerca de 200 novos quartos de hotelaria.

A visita à paisagem do Alto Douro implica um largo percurso ao longo das estradas e miradouros durienses. Sobressaem, no entanto, mais pela sua presença e pela importância relativa da sua utilização actual do que pelo volume da afluência que provocam, alguns pólos de atracção turística, cujos números de visitantes estimamos:

- Cruzeiros no Vale do Douro; 100 mil utilizadores/ano;
- Viagens de Combóio Régua/Pocinho; 5 mil utilizadores/ano;
- Palácio de Mateus; 40 mil visitantes /ano;
- Régua - Quinta do Castelinho; 10 mil visitantes /ano;
- Festa de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego; 10 mil visitantes.

Os restantes pólos de atracção turística, ainda com relativa pouca importância, não chegam a representar movimentos turísticos superiores a poucos milhares de visitantes ou utilizadores por ano.

Verificamos, assim, que é já significativa a atracção turística exercida pelo Douro e seus pólos de atracção, e que além do rio, parte significativa dos pontos de atracção estão fora da zona a classificar, localizando-se na zona complementar envolvente.

Por outro lado, em termos de evolução futura, podemos também dizer que as estruturas existentes permitem um crescimento acentuado, se se reforçar a sua utilização fora da época alta e dos fins-de-semana. Esta procura, que se mantém com crescimentos anuais muito acentuados, entre 10 e 20%, tem continuado a induzir a instalação de novas unidades turísticas, num processo que se mantém bastante vivo desde há meia dúzia de anos.

#### j. Programa de gestão do Alto Douro Vinhateiro e exposição dos objectivos

O Programa de Gestão da Paisagem do Alto Douro Vinhateiro decorrerá directamente da própria elaboração do Plano Intermunicipal Ordenamento do Território. Tem por grandes objectivos valorizar a paisagem e os seus diversos elementos patrimoniais, minimizar as intrusões, melhorar a qualidade ambiental e de vida na área, factor crucial da sua sustentabilidade, bem como induzir a processos de promoção e divulgação dos valores paisagísticos do Alto Douro.

O Programa de Gestão da Paisagem foi concebido de modo a integrar um conjunto de Sub-Programas, que contemplam a execução de projectos e tipologias de intervenções e acções com finalidades comuns, nomeadamente:

- A) Sub-Programa de Valorização de Elementos da Paisagem: valorização dos muros e terraços, manutenção e reconstrução de socacos, reintrodução de bordaduras e consociações culturais, valorização das matas e matos do Douro, etc.;
- B) Sub-Programa de Correção de Intrusões Paisagísticas: integração de armazéns e outras instalações tecnológicas, minimização do impacto e soluções alternativas para as armações recentes dos terrenos para vinha.
- C) Sub-Programa de Levantamento e Valorização do Património: levantamento e estudo do património construído, levantamento e recuperação das artes, artesanato e tradições, projectos de recuperação de património vernacular, etc.;
- D) Sub-Programa de Qualificação e Dinamização dos Povoados: promoção de planos de pormenor dos povoados, tratamento da delimitação rural dos povoados, dinamização das actividades artesanais e da animação dos povoados, novas actividades económicas de implantação rural, etc.;
- E) Sub-Programa de Acolhimento: sinalização da paisagem, rede de centros de acolhimento e encaminhamento, qualificação de veredas e miradouros, organização de rotas e percursos, dinamização das condições de acolhimento das explorações, integração de projectos de turismo rural, etc.;
- F) Sub-Programa de Promoção e Animação: produção documental e cartográfica, projectos de animação, de festas e romarias, dinamização da enologia e gastronomia, seminários e visitas de sensibilização, material promocional, campanha de marketing;
- G) Sub-Programa de Investigação e Desenvolvimento, Acção Pedagógica, Formação e Apoio à Iniciativa: metodologias de armação e modelação do terreno, mecanização e sistematização das operações de reconstrução e manutenção de muros, investigação sobre a diversidade biológica natural, acções de promoção local da interpretação da paisagem, acções de valorização da árvore, indução da recuperação de património vernacular.

O Programa de Gestão da Paisagem implica a implementação pelo Gabinete do Alto Douro Vinhateiro de um programa de investimentos e de vários tipos de intervenções, com objectivos operacionais diferenciados, designadamente:

- Induzir a utilização de linhas de financiamento ou incentivo, validando candidaturas e executores de projectos e intervenções;
- Promover directamente a concretização de projectos de valorização de património, aconselhamento promoção e animação;
- Estabelecer processo de colaboração com instituições com meios ou competências específicas para projectos de Investigação e Desenvolvimento, formação ou promoção.

O Gabinete, em cooperação com as Autarquias, procurará induzir junto dos proprietários esta série de acções e projectos, usando os meios de estímulo ao seu dispor em que se incluem acções de promoção ou formação e pedagogia, tendentes a instalar e dinamizar processos de valorização da paisagem do Alto Douro.

#### k. Número de funcionários

As tarefas de exploração e manutenção e salvaguarda da paisagem cultural do Alto Douro, como território de grande dimensão, é uma função complexa, desempenhada por inúmeros trabalhadores e agentes, com particular destaque para a parceria com os viticultores e trabalhadores rurais.

As tarefas mais específicas de gestão e salvaguarda da paisagem serão, como referido, assumidas pelo Gabinete do Alto Douro, que numa primeira fase de lançamento incorporará uma dezena de elementos técnicos com valências nas áreas da agronomia, viticultura, arquitectura paisagista, arquitectura, biologia, sociologia, e conservação do património.

## 5 . Factores que afectam o Alto Douro

### a. Pressões devidas ao desenvolvimento

A valorização da paisagem, a atribuição e visibilidade internacional da classificação do bem e a implementação do Programa de Gestão da Paisagem acima referido, irá induzir a uma pressão acrescida sobre a paisagem do Alto Douro e sobre o desenvolvimento local.

É necessário avançar, logo desde o início da promoção do Alto Douro Vinhateiro como património classificado, com um forte controlo das condições de acolhimento de visitantes, criando estruturas e zonas de acolhimento devidamente estruturadas e dimensionadas. Além disso dever-se-á ter uma atenção interventiva no comportamento cívico, de modo a evitar a degradação e o desleixo. Este será um dos aspectos relevantes da intervenção do Gabinete do Alto Douro, principalmente nos momentos e épocas de maior afluxo.

A recuperação de edificações e patrimónios deve ser acompanhada, quer do ponto de vista do respeito pelo património, quer das condições de enquadramento dos estaleiros de obras. Neste domínio da reconstrução e reordenamento de espaços é fundamental o respeito pelo coberto vegetal, como elemento que deve ser valorizado.

Os grandes tráfegos, quer de estrada, quer no próprio rio devem ser objecto de análise e regulamentação, contendo em níveis razoáveis este tipo de fluxo, criando alternativas de percurso ou sugestões de programação temporal.

As actividades de exploração de inertes, sejam pedreiras, areias ou outras, representam sempre roturas ambientais muito delicadas. Na zona a classificar, devem ser eliminadas ou limitadas ao estritamente necessário, sendo neste caso enquadradas de forma a tornar mínimo o seu impacto. Neste domínio não é só a zona classificada que importa, mas também a zona complementar de protecção mais próxima.

Finalmente, não são de prever grandes obras de infraestruturização na zona a classificar, com excepção do IP3 Régua – Vila Real e do IC26 Amarante- Régua. Para algumas outras intervenções menores, como condutas e colunas de carga de mini-hídricas, taludes de estradas da rede local, atravessamento de cabos eléctricos, etc., é necessário que o Gabinete do Alto Douro estabeleça formas muito directas de acompanhamento dos projectos, de forma a evitar roturas irreparáveis.

### b. Constrangimentos ambientais

Um dos mais fortes constrangimentos da zona foi, desde sempre, a forte limitação de abastecimento de água, aspecto particularmente sensível para a qualidade de vida nos povoados. As autarquias têm vindo a procurar resolver este problema com redes de abastecimentos servidas a partir de barragens de retenção situadas a montante. Este é um aspecto delicado, a que importa dedicar particular atenção.

Estando em curso o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro, conforme já referido em 4.f., a região em breve poderá contar com um instrumento que definirá a estratégia e servirá de apoio a um programa de tratamento e abastecimento de água às populações. Para este efeito será indispensável proceder à articulação deste plano com o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território.

Por outro lado, a armação do terreno para a implantação de vinhas em "patamares", cria nalguns casos áreas de paisagem que carecem de tratamento para corrigir alguns inconvenientes ambientais desta forma de plantação. Os trabalhos de investigação já desenvolvidos, que importa prosseguir, têm vindo apontar soluções mais equilibradas que deverão ser tomadas em conta na gestão das práticas agrícolas, fomentando a protecção e a produção integrada.

### c. Catástrofes naturais

O regime hidrológico do Rio Douro é caracterizado por uma grande irregularidade, contribuindo, para tal, a diversidade de situações espaciais e temporais da pluviometria ao longo dos seus 850 km, dos quais 525 em território espanhol.

O escoamento médio anual proveniente de Espanha é de  $13.000 \times 10^6 \text{ m}^3$  e o escoamento médio anual na Bacia Hidrográfica do Rio Douro é de  $22.400 \times 10^6 \text{ m}^3$ , o que equivale ao caudal médio anual de  $710 \text{ m}^3/\text{s}$ . A relação entre os caudais absolutos máximos e mínimos conhecidos é muito elevada e caracteriza a irregularidade hidrológica do Rio Douro, verificando-se anualmente caudais quase dez vezes superiores ao caudal médio.

As implicações deste regime hidrológico muito irregular do Rio Douro, não são muito relevantes em termos de impacto na paisagem, já que esta foi sendo moldada e construída de forma adaptada a este regime. No entanto, os efeitos das enxurradas, que normalmente antecipam estes momentos de cheia, têm fortes efeitos nos solos das encostas do Douro e são de forte efeito destrutivo para os muros, socalcos e patamares.

Os muros de suporte de pedra dos socalcos do Douro representam uma engenhosa solução a este contratempo. Seria muito importante continuar desenvolver a investigação e a experimentação sobre a melhoria do comportamento das armações do terreno nestas condições limite.

### d. Constrangimentos resultantes dos fluxos de visitantes e turistas

Como atrás se referiu, o afluxo de visitantes à zona, embora significativo, está diluído por uma zona muito vasta, não tendo representado até à data contratempos de maior. Os dois tipos de problemas que se podem apontar como potenciais focos de dificuldades são as concentrações dos afluxos aos cais turísticos e a penetração de transportes ruidosos nas zonas mais recatadas da região.

A concentração da chegada de turistas, em particular nos cais da Régua e do Pinhão pode vir a ser preocupante num futuro próximo, se tivermos em conta as elevadas taxas de crescimento destes afluxos. Na Régua, fora do núcleo da zona classificada, a dimensão urbana é de molde a absorver e diluir nas suas diversas estruturas a concentração das chegadas dos barcos e comboios na ordem das duas ou três centenas de cada vez. No Pinhão, esse mesmo afluxo agravado pela cadência de chegadas dos barcos dependente do regime de eclosagens, tendo em conta a circulação das camionetas de passageiros que implica, exige um tratamento local específico.

Noutro domínio, o ruído provocado pelos motores de barcos e motos de água aconselham também uma intervenção fiscalizadora activa.

## 6. Monitorização

### a. Indicadores-chave que permitem medir o estado de conservação

O processo administrativo da plantação de vinhas, de controlo das obras particulares e da alteração de coberto florestal representam, de per si, um conjunto de indicadores da evolução de algumas das principais componentes da paisagem, a ser acompanhado pelo Gabinete do Alto Douro Vinhateiro.

A formulação do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território revelará e permitirá aferir um conjunto de aspectos relevantes para sustentar um processo de monitorização do estado de conservação da paisagem. Entre os principais indicadores, destacam-se os de natureza física; os muros e o seu estado de conservação, as formas de armação do terreno para plantação das vinhas, a consociação de culturas e o bordejamento arbóreo das propriedades com vinhas em socalco, a eliminação ou redução de intrusões na paisagem, o levantamento e a conservação do património vernacular.

### b. Disposições administrativas de monitorização

Analisa-se, de seguida e brevemente, o quadro institucional que está associado à gestão do território e em particular da viticultura, actividade económica marcante que fundamenta a classificação do bem.

Diversas entidades administrativas e institucionais, quase todas de natureza pública, superintendem sobre o território da Região Demarcada do Douro e actividades sociais e económicas que estão directamente associadas à sua exploração, ocupação e regulação – designadamente a agricultura, particularmente a vinha e a floresta, obras públicas e construção, navegabilidade e energia, recursos mineiros e pedreiras.

A monitorização do património vitícola da Região Demarcada do Douro, é assim assegurada a dois níveis, a saber:

- pelas instituições responsáveis pela atribuição das Denominações de Origem Porto e Douro, a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro e a Casa do Douro, utilizando, para tal, o Cadastro da Casa do Douro, que é permanentemente actualizado pelos respectivos serviços do cadastro e fiscalizado pelos serviços da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro;

- pelo Instituto da Vinha e do Vinho e pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, a quem compete zelar pelo cumprimento da legislação relativa à gestão do potencial vitícola, no que se

refere às replantações, sejam elas efectuadas no mesmo local (reconstituições) ou deslocalizadas (transferências), utilizando, para tal, o Ficheiro Vitivinícola, composto por uma base de dados alfanumérica com as características edafoclimáticas e culturais de cada parcela com vinha e, ainda as informações relativas à sua titularidade e modo de exploração, que assentam sobre uma base geográfica, constituída por ortofotos de toda a região à escala 1:2.000, onde cada parcela é identificada por um geocódigo representado por um ponto – centróide -, que a liga à base de dados alfa numérica.

No caso das replantações serem efectuadas por transferência – deslocalização das parcelas -, deverá ser sempre colhido parecer da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro e, se a parcela de destino estiver ocupada por oliveiras ou sobreiros, a Direcção Regional Agricultura Trás-os-Montes e Alto Douro e a Direcção Geral das Florestas têm de ser ouvidas e autorizar o seu arranque.

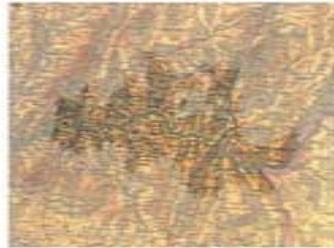
### c. Resultados de exercícios precedentes de relatórios apresentados

Não se aplica.

## 7. Documentação

### a. Diapositivos

A Mapa do Alto Douro Vinhateiro.  
Região Demarcada do Douro



B Marco Pombalino de Granito.



C Sub-unidade de paisagem.  
Baixo Corgo, Alvações do Corgo



D Sub-unidade de paisagem.  
Baixo Corgo



E Sub-unidade de paisagem.  
Cima Corgo. Vale do Rio Torto



F Sub-unidade de paisagem.  
Cima Corgo



G Sub-unidade de paisagem.  
Douro Superior. Ferradosa



H Sub-unidade de paisagem.  
Douro Superior



I Quinta da Boavista.  
Cima Corgo



J Quinta do Noval.  
Cima Corgo



K Estátua de São Nicolau.  
Quinta do Noval



L Estrada com pavimento em xisto.  
Quinta do Noval



M Casal de Loivos.  
Cima Corgo



N Estrada Real.  
Casal de Loivos



O Vista panorâmica do Vale do Rio Torto.  
Cima Corgo



P Quinta do Bom Retiro.  
Cima Corgo



Q Jardim.  
Quinta do Bom Retiro



R Armazéns.  
Quinta do Bom Retiro Pequeno



S Lagares manuais.  
Quinta do Portelo



T Capela.  
Quinta da Timpeira



U Quinta Tradicional.  
Douro Superior



V Laranjal em socalcos.  
Cima Corgo



W Pátio Público.  
Quinta da Eira Velha



X Quinta da Eira Velha.



Y Cortelho (Estábulo).  
São Xisto



Z Lagar de azeite.  
Quinta do Cachão



AA Linha férrea ao longo do rio.  
Cachão da Valeira. Douro Superior



AB Barco e comboio em frente da Quinta da Romaneira.  
Douro Superior



AC Estação de comboio.  
Vargelas. Douro Superior



AD Vista panorâmica de São Leonardo.  
Galafura. Baixo Corgo



AE Capela da Quinta do Crasto.  
Cima Corgo



AF Plantação de vinha.



AG Mortórios.  
Pai Corráo. Baixo Corgo



AH Mortórios com oliveiras.  
Vale do Rio Távora. Cima Corgo



AI Vinhas pré e pós filoxera.  
Quinta do Bom Retiro Pequeno e  
Quinta da Corte. Cima Corgo



AJ Muros de suporte.  
Quinta de Sampaio



AK Terraços pós-filoxera da Quinta da Rosa.  
Cima Corgo



AL Patamares.  
Quinta de S. Luiz



AM Vinha "ao alto".  
Quinta do Seixo



AN Vindima.  
Quinta do Crasto



## b) Planos

• PROZED – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 60/91, de 21 de Novembro de 1991.

## • Planos Directores Municipais

Autarquia	Ratificação do Conselho de Ministros	Data de Publicação
Alijó	Resolução n.º 6/95	23-01-1995
Armamar	Resolução n.º 80/94	10-09-1994
Carrzeda de Ansiães	Resolução n.º 104/94 Resolução n.º 99/2000	18-10-1994 04-08-2000
Lamego	Resolução n.º 46/94	23-06-1994
Mesão Frio	Resolução n.º 3/95	23-03-1995
Peso da Régua	Resolução n.º 4/95	18-01-1995
Sabrosa	Resolução n.º 74/94	30-08-1994
S. João da Pesqueira	Resolução n.º 62/94	04-08-1994
Stª Marta de Penaguião	Resolução n.º 21/95	21-03-1995
Tabuaço	Resolução n.º 108/94	29-10-1994
Torre de Moncorvo	Resolução n.º 24/95	23-03-1995
Vila Nova de Foz Côa	Resolução n.º 2/95	13-01-1995
Vila Real	Resolução n.º 63/93 Resolução n.º 201/97	08-11-1993 28-11-1997

• Protocolo de compromissos para a candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial, subscrito a 26 de Junho de 2000, pelos municípios e entidades regionais interessadas.

• Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território Alto Douro Vinhateiro, cuja elaboração foi incluída no supra referido protocolo de compromissos.

• Programa de Gestão, Salvaguarda e Promoção do Alto Douro Vinhateiro, que definirá o conjunto de projectos e acções a desenvolver, resultado da elaboração do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território.

• Plano Nacional de Reestruturação e Reconversão da Vinha – plano regional para a Região Demarcada do Douro – elaborados no âmbito da nova Organização Comum do Mercado Vitivinícola.

## c) Bibliografia

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

- Anais do Instituto do Vinho do Porto / Instituto do Vinho do Porto N.º 1 (1940) - N.º 27 (1979) - Porto: IVP, 1940  
 Boletim da Casa do Douro / Casa Douro N.º 1 (1946) - N.º 337 (1974). Régua: Casa do Douro, 1946  
 Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. - Lisboa: DGEMN., [19--?] *Brigantia: Revista de Cultura* - (1981-1998) - Bragança: Escola Tipográfica, 1981  
*Douro: Estudos & Documentos / Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto* - N.º 1 (1996-) - Porto: GEHVID, 1996  
*Estudos Transmontanos e Durienses / Arquivo Distrital de Vila Real* - N.º 1 (1983-) - Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1983  
*Ilustração Transmontana* - (1908-1910) - Porto: [s.n.], 1908  
*O Vinho do Porto em 1970 / Instituto do Vinho do Porto* - (1970-) - Porto: IVP, 1971  
*Tellus: Revista de Cultura Transmontana e Duriense* - (1978-1995) Vila Real: C. M. Vila Real, 1978

**MONOGRAFIAS - LITERATURA**

- ALVARENGA, Kol de *O Douro em brasas...* Porto: Companhia Portuguesa Editora Lda, 1927  
 AMORIM, Guedes de *Os barcos descem o rio*. Coimbra: [s.n.], 1945  
 ANDRADE, Eugénio de - *Saveurs de Porto* Bordeaux: L'Escampette, 1991  
 ANDRADE, Eugénio de; RESENDE, Júlio; GONÇALVES, Dário *Canção do Mais Alto Rio*. Porto: Edições Asa, 1990  
 ANGELINA, Maria; BRANDÃO, Raul *Portugal Pequeno*. Lisboa: Editorial Vega, 1985  
 BESSA-LUÍS, Agustina - *Vale Abraão*. Lisboa: [s.n.], 1990  
 BESSA-LUÍS, Agustina; BALDAQUE, Mónica - *Douro*. Porto: Contemporânea, 1997  
 CABRAL, António - *Aqui Douro*. Vila Real: [s.n.], 1979  
 CABRAL, António - *Cancioneiro Popular Duriense*. Vila Real: [s.n.], 1983  
 CASTELO BRANCO, Camilo - *O Vinho do Porto, processo de uma bestialidade inglesa*. Porto: Livraria Civilização, 1884  
 CÉSAR, Amândio - *Trás-os-Montes e Alto Douro: introdução, selecção e notas*. Lisboa: [s.n.], 1959  
 CHANTAL, Suzanne - *Ervamoira*. Paris: Olivier Orban, 1982  
 CORREIA, João de Araújo - *Contos Bárbaros*. Régua: Imprensa do Douro, 1939  
 CORREIA, João de Araújo - *Montes Pintados*. Lisboa: Portugália Editora, 1964  
 CORREIA, João de Araújo - *O Mestre de Nós Todos: Antologia de João de*

- Araújo Correia. Porto: Campo das Letras, 1999  
 CORREIA, João de Araújo - *Sem Método*. Régua: Imprensa do Douro, 1938  
 CORREIA, João de Araújo - *Terra Ingrata*. Lisboa: Portugália Editora, 1946  
 CORREIA, João de Araújo - *Três meses de inferno*. Lisboa: Portugália Editora, 1947  
 CORTESÃO, Jaime - *Portugal: a terra e o homem*. 2nd ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1966/1987  
 COSTA, Sousa - *As filhas do pecado*. Porto: [s.n.], 1947 - *Na Terra do Vinho - II*  
 COSTA, Sousa - *Ressurreição dos mortos: cenas da vida do Douro*. Lisboa: Portugal-Brasil, Lda Sociedade Editora, 1917  
 COSTA, Vieira da - *Entre Montanhas*. Lisboa: [s.n.], 1903  
 GIBBONS, John - *Não criei musgo*. Trad. port. Carrazeda de Ansiães: [s.n.], 1939/1984  
 MENDES, Manuel - *Douro: roteiro sentimental*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1964  
 MONTEIRO, Campos - *Ares da minha serra...* Porto: [s.n.], 1933  
 MONTEIRO, Domingos - *O caminho para lá*. Porto: Editorial Ibérica, 1947  
 MORAIS, Pina de - *Sangue Plebeu*. Porto: Marânus, 1942  
 ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*. Vol. I. Lisboa: [s.n.], 1871  
 PAIVA, Adelaide - *Cancioneiro do Alto Douro: Barqueiros*. Vila Real: [s.n.], 1962  
 QUEIRÓS, Eça de - *A Cidade a as Serras*. Porto: [s.n.], 1901  
 REDOL, Alves - *Horizonte Cerrado*. Lisboa: [s.n.], 1949 - *Port Wine I*  
 REDOL, Alves - *Os Homens e as Sombras*. Lisboa: [s.n.], 1951 - *Port Wine II*  
 REDOL, Alves - *Vindima de Sangue*. Lisboa: [s.n.], 1954 - *Port Wine III*  
 REDOL, Alves - *Porto Manso*. Lisboa: [s.n.], 1946  
 SARAMAGO, José - *Viagem a Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1985  
 TORGA, Miguel; DUSSAUD, Georges - *Douro de cepas e fragas: a vindima*. [S.l.]: Arcane 17, 1992  
 TORGA, Miguel - *Criação do Mundo*. Coimbra: [s.n.], 1937/1974  
 TORGA, Miguel - *Bichos*. Coimbra: [s.n.], 1940  
 TORGA, Miguel - *Contos da Montanha*. Coimbra: [s.n.], 1941  
 TORGA, Miguel - *Diário*. 16 vol. Coimbra: [s.n.], 1941/1993  
 TORGA, Miguel - *Libertação*. Coimbra: [s.n.], 1944  
 TORGA, Miguel - *Novos Contos da Montanha*. Coimbra: [s.n.], 1944  
 TORGA, Miguel - *Vindima*. Coimbra: [s.n.], 1950  
 TORGA, Miguel - *Vindima*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945  
 VIEGAS, Francisco José - *Regresso por um rio: imaginações para uma novela*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987

**ESTUDOS E DESCRIÇÕES GERAIS DA REGIÃO**

- BARRETO, António - *Douro*. Lisboa: Inapa, 1993  
 BARRETO, António - *Um Retrato do Douro*. [S.l.]: Vista Alegre, 1984

- CARVALHO, Manuel – Guia do Douro e do Vinho do Porto. Porto: Afrontamento, 1995
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro: PROZED. Porto: CCRN, 1990-1991
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – Programa Operacional de Trás-os-Montes e Alto Douro: PROTAD. Porto: CCRN, 1990
- COSTA, Cincinato da – O Portugal Vinícola. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900
- COSTA, Cincinato da; CASTRO, D. Luís de (dir.) – Le Portugal au point de vue agricole. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900
- COSTA, M. Gonçalves da – História do bispado e cidade de Lamego. vol. 5. Braga: [s.n.], 1977-1987
- DIAS, Jorge – La 'région délimitée' du Douro. Revue d'information sur la viticulture de montagne du CERVIM. – N° 7 (1996) p. 5-10
- DIAS, Jorge – Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro. Lisbonne: Union Geographique Internationale, 1949
- DIAS, Manuel – Trás-os-Montes e Alto Douro com um cálice de Porto. [S. L]: Mobil Oil, 1988
- DIONÍSIO, Santana – Alto Douro Ignoto. 2nd. ed. Porto: Lello & Irmão, 1977
- ELECTRICIDADE DE PORTUGAL – Aproveitamento hidráulico do Douro. Porto: EDP, 1986
- FERNANDES, L. A. de Sá – Esboço litológico da região duriense. Porto: [s.n.], 1944
- FERREIRA, A. de Brum – Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Lisboa: [s.n.], 1978
- FLORIDI, Vincenzo – La regione del vino di Porto. «Memorie della Società Geografica Italiana». – Vol.° 28 (1969) p. 119-219
- FREGONI, Mario – Rapport de Synthèse. In: Symposium International sur les Appellations d' Origine des Vins. Alessandria: O.I.V., 1980
- Guia de Portugal. Vol. V. Tomos I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – Port Wine Quintas of the Douro. Lisboa: Quetzal, 1992
- LOURENÇO, Júlia – Migration and employment in the context of a tourist development strategy for the Douro Valley. Porto: CCRN, 1990
- LUCAS, António Manuel Rolo – A cultura e o futuro na terra quente transmontana. Porto: [s.n.], 1985
- MONTEIRO, Manuel – O Douro: Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes. Porto: Imprensa Moderna, 1911
- PEREIRA, Gaspar Martins (ed.) – Autour du Porto. Porto-Bruxelas: ICEP, 1997
- PEREIRA, Gaspar Martins; SIZA, Teresa [Fotografias de ALVÃO, Domingos] – O Douro de Domingos Alvão. Coimbra: Encontros de Fotografia de Coimbra, 1995
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOUSA, Fernando – Alto Douro: Douro Superior. Lisboa: Editorial Presença, 1988
- QUATERNAIRE Portugal – Estudo estratégico para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2 vol. Porto: Quatenaire, 1996
- RIBEIRO, José Alves – Alto Douro: ecologia e paisagem agrícola. Tellus (Vila Real, Portugal), 1994, p. 23
- RIBEIRO, Orlando – Introdução ao estudo da Geografia Regional. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1987
- RIBEIRO, Orlando – Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico (1945). 5th ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987
- ROSEIRA, Luís – Uma vida pelo Douro. Porto: Ed. Asa, 1992
- TABORDA, Vergilio – Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932
- TENREIRO, A. Guerra – Douro: Esboços para a sua História Económica. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1941-1944
- TRABULO, Márcia – Elementos para uma monografia de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: [s.n.], 1984
- VILA MAIOR, Visconde de – O Douro Ilustrado. Porto: Magalhães & Moniz, 1876
- VIZETELLY, Henry – Facts about Port and Madeira. London: Ward, Lock and Co., 1880
- VITICULTURA E VINHOS DO PORTO E DOURO**
- FILIPPE A., PEREIRA G.M., MOTA I., ALMEIDA J.N., SOARES FRANCO J.M., MAGALHÃES N., MAGALHÃES V. – Port and Douro Wines. Lisboa: Chaves Ferreira, 1998
- ALLEN, H. Warner – Vinho do Porto. O vinho da filosofia. Porto Instituto do Vinho do Porto, 1946
- ALMEIDA, J. N., BIANCHI-DE-AGUIAR, F., MAGALHÃES, N. – Mecanização das vinhas de encosta: contribuição para o estudo da vinha ao alto. Peso da Régua: ADVID, 1982
- ARAÚJO, Luís; BRITO, Carlos Melo – Patterns of cooperation in the Port Wine Industry. Porto: Faculdade de Economia do Porto, 1992
- ADETURN (Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte – Dyonisos: rede multimédia das regiões vinícolas europeias: rotas do vinho na Região do Norte de Portugal. Porto: ADETURN, 1993
- BIANCHI-DE-AGUIAR, Fernando – Cultura da vinha em terrenos de encosta: alternativas para a sua implantação. Vila Real: UTAD, 1987
- BIANCHI-DE-AGUIAR, Fernando - Evaluation des Paysages Viticoles Historique de Montagne et en Pente Raide - Classement dans le Patrimoine Mondial. Objectifs du Symposium. Revue d'Information sur la Viticulture de Montagne

- du CERVIM - N°8 (1997) p. 9-12
- BRADFORD, S - The Story of Port. 2nd ed. London: [s.n.], 1983
- BRITO, Carlos Melo - Estrutura e dinâmica do sector do vinho do Porto. Porto: IVP/GEHVID, 1997
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da; GALHANO, Amândio; PIMENTEL, Eduardo Serpa; ROSAS, José António Ramos-Pinto - O Vinho do Porto: notas sobre a sua história, produção e tecnologia. 5ª ed. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1998
- GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe - Vins, vigneron et cooperateurs de Bordeaux et de Porto. Paris: CNRS, 1985
- HOWKINS, B. - Rich, Rare & Red. Londres: The International Wine & Food Society and Heinemann, 1982
- LECOUTY, Chantal - Le Porto. Paris: Éd. Robert Laffont, 1989
- LOPES, Teresa Silva - Internacionalização e comercialização no vinho do Porto: 1945-1995. Porto: GEHVID/ICEP, 1998
- MARTINS, Conceição Andrade - Memória do Vinho do Porto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990
- MAYSON, R. - Portugal's Wines & Wine Makers: Port, Madeira and regional wines. London: Ebury Press, 1992
- PEREIRA, Gaspar Martins; ALMEIDA, João Nicolau de Almeida - Vintage Port. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1999
- SUCKLING, J - Vintage Port: the wine spectator's ultimate guide for consumers, collectors and investors. New York: Spectator Press, 1990
- TAIT, G. M. - Port from the vine to the glass. Londres: Samuel Straker & Sons, 1936
- UNWIN, Tim - Wine and the Vine: An Historical Geography of Viticulture and the Wine Trade. London: Routledge, 1996
- VASCONCELOS, J. de Carvalho e - O estudo das castas de videira da região duriense. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1941
- LEYGNIER, Alain - L'Esprit du Porto. Paris: Hachette, cop. 1998
- MAYSON, Richard - Port and Douro. London: Faber and Faber, 1999
- OLDENBURG, Henrik - Portvin. København: Forlaget Smag, 1999
- SPENCE, Godfrey - O guia do Vinho do Porto: guia do conhecedor. Lisboa: Livros e Livros, 1998
- HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO**
- AFONSO, Belarmino - Ex-votos e religiosidade popular no distrito de Bragança. Bragança: Edição da Região de Turismo do Nordeste Transmontano, 1995
- ALEGRIA, Maria Fernanda - A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de - Património. O seu entendimento e a sua gestão. Porto: Edições Etnos, 1998
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de - Património. Riegl e hoje. Revista da Faculdade de Letras. História. - 2ª série, Vol. 10 (1993) p. 407-416
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas, Alijó. Douro: Estudos & Documentos. - N° 1 (1996) p. 266-269
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - O aro arqueológico de Carlão. O cultivo da vinha na época romana. Estudos Transmontanos. - N° 5 (1993) p. 219-287
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - O cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro: ponto da situação. Douro: Estudos & Documentos. - N° 2 (1996) p. 18-30
- ALMEIDA, J. Ferreira de (dir.) - Tesouros artísticos de Portugal. Lisboa: [s.n.], 1976
- ALVES, Francisco Manuel - Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. 11 vol. Porto [s.n.], 1909/1948
- ALVES, Francisco Manuel - Vinicultura Duriense. Régua [s.n.], 1938
- ANTUNES, João Viana; FARIA, Pedro Baêre de - Estações romanas na Região Demarcada a Sul do Douro. Douro: Estudos & Documentos. - N° 3 (1997) p. 11-16
- AZEVEDO, Correia de - Brasões e Casas Brasonadas do Douro. Lamego: Gráfica de Lamego, 1974
- AZEVEDO, Correia de - Património Artístico da Região Duriense. Vila do Conde: Escola Profissional de Santa Clara, 1972
- BAPTISTA, António Martinho - Arte rupestre do Norte de Portugal. Portugal, Nova série, vol. IV-V., 1983
- CASTRO, Adelaide Gil Sarmento de - História da Viticultura Duriense e do vinho do Porto. Douro e Vinho do Porto: Uma Bibliografia. GEHVID, Março 1999
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE - Reabilitação urbana e recuperação do património do Vale do Douro Sul. Porto: CCRN, 1991
- COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE - Contribuição para o inventário das potencialidades turísticas da área do Douro. 2 vol. dactil. Porto: [s.n.], 1979
- CORTEZ, Fernando Russell - Arqueologia da região produtora do vinho do Porto. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1948
- CORTEZ, Fernando Russell - Mosaicos romanos no Douro. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1946
- DIAS, Geraldo Amadeu Coelho (dir.) - Cister no Vale do Douro. Porto: GEHVID, 1998
- DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando - Aparelhos de elevar a água de rega. Porto: Junta de Província do Douro-Litoral, 1953
- ENJALBERT, Henri - Comment naissent les grands crus: Bordeaux-Porto-

- Cognac. *Annales E. S. C.* - (1953) p. 3-4
- ENJALBERT, Henri - Un vignoble de renommée mondiale. L'Alto Douro. Les vins de Porto. *Cahiers d'Outre Mer.* - (1949) p. II-8
- EXPOSIÇÃO NACIONAL DE PAINÉIS VOTIVOS DO RIO, DO MAR E DO ALÉM-MAR., 1ª, Lisboa (1983)- Catálogo. Lisboa: Museu da Marinha, 1983
- FAUVRELLE, Natália, PACHECO, Susana - Roteiro Rotas Medievais. Porto: GEHVID, 2000.
- FAUVRELLE, Natália - Quintas do Douro. As arquiteturas do vinho do Porto. Porto: FLUP, 1999.
- FERNANDES, A. de Almeida - Acção dos Cistercienses de Tarouca: as Granjas. Guimarães: [s.n.], 1976
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa - Barco rabelo. Um retrato de família. Porto: A. A. Calém & Filhos, Lda, 1989
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa - O barco rabelo: um retrato de família. Porto: A. A. Calém, 1989
- FISHER, H. E. S. - De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Gradiva, 1984
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da - A ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1955/1956
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da - As demarcações marianas no Douro vinhateiro. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da - As demarcações pombalinas no Douro vinhateiro. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949/1951. 3 v
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da - O benefício e a sua distribuição na região vinhateira do Douro. Régua: Casa do Douro, 1949
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da - Práticas culturais nos vinhedos durienses antes e depois da invasão filoxérica. *Anais do Instituto do Vinho do Porto.* - (1940) p. 31-63
- FORRESTER, Joseph James - The Oliveira Prize. Essay on Portugal. London: John Weale, 1853
- FORRESTER, Joseph James - Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto dirigidas ao Publico Britannico em geral, e com especialidade aos particulares; mostrando como e porque he adulterado, e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal ha onze annos. Porto: Typ. Commercial Portuense, 1844
- GALHANO, Fernando - O carro de bois em Portugal. Lisboa: IAC-Centro de Estudos de Etnologia, 1973
- GONZALEZ, J. R. Nieto - Património Arquitectónico de la Cuenca del Duero. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.
- ICOMOS - Charte Du Patrimoine Bâti Vernaculaire. [s.l.: s.n.], 1999
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO - Património arquitectónico e arqueológico classificado. Lisboa: IPPAR, 1993
- JORGE, Vitor Oliveira - Megalitismo no Norte de Portugal: um novo balanço. Portugalia, Nova série, vol. IV-V, 1983
- LEMPs, Alain Huetz de - Les vins genereux des pays ibériques et le marché européen. In: 1as. Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. Porto: CENPA, 1986, 119-146
- LENCASTRE, José de - A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (séculos IX a XV): subsídios para um estudo. *Anais do Instituto do Vinho do Porto.* Porto. -Nº 14 (1953), 13-180
- MACAULY, Rose - Ingleses em Portugal. Trad. port.: Porto: Livraria Civilização, 1950
- MATOS, Artur Teodoro de - Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980
- MOREIRA, Vital - O governo de Baco: a organização institucional do vinho do Porto. Porto: Afrontamento, 1998
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal. Lisboa: IAC, 1973
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Construções primitivas em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem. Lisboa: INIC-Centro de Estudos de Etnologia, 1983
- PEREIRA, Gaspar Martins - A Região do Vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira. *DOURO: Estudos & Documentos.* - Nº 1 (1996) p. 177-194
- PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco. Porto: Afrontamento, 1991
- SANCHES, Maria de Jesus - Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997
- SANTOS JÚNIOR, J. R. - Berrões proto-históricos do Norte de Portugal. Porto: [s.n.], 1975
- SANTOS JÚNIOR, J. R. - Pinturas megalíticas no concelho de Carrazeda de Ansiães. Porto: [s.n.], 1930
- SCHNEIDER, Susan - O Marquês de Pombal e o vinho do Porto: dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980
- SERRANO-PIEDRECASA, Luis Evaluación de Recursos del Património Histórico en el Río Duero. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.
- SIDERI, Sandro - Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas. Lisboa: Edições Cosmos, 1978

- SILVA, Francisco Ribeiro da – Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna. Douro: Estudos & Documentos.– N° 2 (1996) p. 93-118
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Porto et Ribadouro au XVIIIème siècle: la complémentarité imposée par la Nature. In: L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest. Paris: CNRS, 1991
- TEIXEIRA, Ricardo Roteiro Cistercense do Norte de Portugal. Lamego: ACIL, 1998
- VASCONCELOS, J. Leite de – Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933/1985. 9 v.

#### BASES DE DADOS UTILIZADAS

- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 89. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 90. 1995
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 91. 1996
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 101. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 102. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 103. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 104. 1995
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 105. 1996
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 114. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 115. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 116. 1999
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 117. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 118. 1995
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 126. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 127. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 128. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 129. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 130. 1995
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 131. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 132. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 137. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 138. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 139. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 140. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 141. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 142. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 143. 1998
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 150. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 151. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:25.000), n° 152. 1994
- Carta Militar de Portugal (1:250.000), n° 1. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:250.000), n° 2. 1997
- Carta Militar de Portugal (1:250.000), n° 4. 1997
- Carta de Portugal (1:500.000).1995
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Carta do Uso Actual da Terra do Nordeste de Portugal (1:100.000), n° 10. 1991
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Carta do Uso Actual da Terra do Nordeste de Portugal (1:100.000), n° 11. 1991
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Carta do Uso Actual da Terra do Nordeste de Portugal (1:100.000), n° 14. 1991
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Carta do Uso Actual da Terra do Nordeste de Portugal (1:100.000), n° 15. 1991
- Carta Geológica da Região Demarcada do Douro (1:200.000), 1999
- Ficheiro Vitivinícola do Instituto da Vinha e do Vinho, 1995.
- Ortofotomapas da Região Demarcada do Douro (1:2.000). 1995

## Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DO BEM 1
- País 1
  - Estado, província ou região 1
  - Nome do bem 1
  - Localização 1
  - Limites 1
  - Área da zona proposta para inscrição 1
2. JUSTIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO 7
- Declaração de valor 7
  - Análise comparativa 13
  - Autenticidade/integridade 15
    - Carácter distintivo 15
    - Componentes de distinção 16
      - A antiguidade da Região Demarcada 16
      - Os Terraços 18
      - Um cruzamento de culturas 30
  - Critérios segundo os quais a inscrição é proposta e justificação 32
    - Os elementos naturais 34
    - Os elementos culturais 52
    - Síntese: A criação da paisagem 64
3. DESCRIÇÃO DO BEM 67
- Descrição do bem 67
    - Os atributos físicos da Região Demarcada do Douro 67
      - O habitat e as sub-regiões 69
      - O Sagrado na paisagem 74
      - O Vinho 75
      - Exemplos de sub-unidades de paisagem 76
        - Vale do Rio Corgo 77
        - Chanceleiros 78
        - Vale do Rio Torto 79
        - Vale de Figueira 80
  - Historia e desenvolvimento 81
- c. Forma e data dos documentos mais recentes relativos ao Alto Douro 89
- d. Estado actual de conservação 90
- e. Políticas e programas relativos à valorização e à promoção do Bem 15
- Políticas e evolução organizativa do sector vitivinícola 91
  - Políticas e programas de desenvolvimento económico-social 91
4. GESTÃO 92
- Direito de propriedade 93
  - Estatuto jurídico 93
  - Medidas de protecção e meios disponíveis 94
  - Organismo(s) responsável(is) pela gestão 94
  - Escala à qual se efectua a gestão do bem 94
  - Planos adoptados relativos ao Alto Douro 95
  - Fontes e níveis de financiamento 95
    - Programas de apoio financeiro já aplicados na área 95
    - As fontes e recursos de financiamento no novo QCA 95
  - Origem de competências e de formação em matéria de técnicas de conservação e de gestão 96
  - Organização para os visitantes e estatísticas 96
  - Programa de gestão do Alto Douro Vinhateiro e exposição dos objectivos 97
  - Número de funcionários 97
5. FACTORES QUE AFECTAM O ALTO DOURO 98
- Pressões devidas ao desenvolvimento 98
  - Constrangimentos ambientais 98
  - Catástrofes naturais 99
  - Constrangimentos resultantes dos fluxos de visitantes e turistas 99
6. MONITORIZAÇÃO 100
- Indicadores-chave que permitem medir o estado de conservação 100
  - Disposições administrativas de monitorização 100
  - Resultados de exercícios precedentes de relatórios apresentados 100
7. DOCUMENTAÇÃO 101
- Diapositivos 101
  - Planos 105
  - Bibliografia 106
8. ÍNDICE 111
- AGRADECIMENTOS 112
- FICHA TÉCNICA 113
- Anexo
- A0 - Património Vernacular do Douro Vinhateiro
- A1 - Introdução
- A3 - Fichas de Levantamento
- A4 - Vale do Rio Corgo
- A9 - Chanceleiros
- A15 - Vale do Rio Pinhão
- A19 - Foz do Rio Tua
- A21 - Vale do Rio Torto
- A28 - Vale de Figueira

## A g r a d e c i m e n t o s

---

A Fundação Rei Afonso Henriques deseja agradecer a todos aqueles que colaboraram neste trabalho, muito particularmente as entidades que facultaram informação para elaboração deste processo de candidatura:

CCRN - Comissão de Coordenação da Região Norte

CNIG - Centro Nacional de Informação Geográfica

DRATM/CEVD - Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes/Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro

GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

ICN - Instituto da Conservação da Natureza

IGeoE - Instituto Geográfico do Exército

IGM - Instituto Geológico e Mineiro

IVP - Instituto do Vinho do Porto

IVV - Instituto do Vinha e da Vinho

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## F i c h a T é c n i c a

---

### **Coordenador**

Fernando Bianchi de Aguiar

### **Coordenador Adjunto**

Jorge Manuel Dias

### **Estudo de Caracterização Paisagística**

Teresa Andresen

Maria José Curado

Paulo Farinha Marques

### **História e Património Vernacular**

Gaspar Martins Pereira

Lúcia Maria Cardoso Rosas

Natália Fauvrelle Ferreira

Susana Pacheco Barros

Teresa Soeiro

### **Gestão**

Rodrigo Sarmiento Beires

Luis Ramos

Pedro Sousa e Silva

Rui Loza

### **Consultores**

Anxel Viña

Armindo Afonso Martins

Artur Cristóvão

Carlos Coelho Pires

Elisa Pérez Babo

Fernando Maia Pinto

João Nicolau de Almeida

José Portela

José Ribeiro

Juan Luis Dalda

Manuel Fernandes de Sá

Robert Manners Moura

Rui Cortes

### **Design Gráfico**

Helena Lobo

### **Fotografias**

Domingos Alvão

João Paulo Sotto Mayor

Pedro Colaço

### **Apoio Técnico**

Ana Brochado Coelho

Ana Teresa Carvalho

João Almeida

José Miguel Carvalhais

Manuela Outeiro



CO-FINANCIADO PELO

P.O.R.Norte

A.I.B.T. - DOURO



ANEXO

---

**O PATRIMÓNIO VERNACULAR  
DO ALTO DOURO VINHATEIRO**

## Introdução

Esta abordagem é iniciada por uma reflexão em torno da valia e da especificidade do Património Vernacular do Douro Vinhateiro, bem como do seu cabimento nos parâmetros internacionalmente estabelecidos não só no que concerne àquele tipo de património como da sua pertinência para a definição de uma paisagem cultural evolutiva viva.

A apresentação desse rico e variado conjunto patrimonial é feita no seu contexto histórico e cultural.

A amostragem das várias espécies resulta de um levantamento, que apenas indicia uma imensa realidade a considerar no futuro, orientado pelas características do habitat duriense, estruturado por povoados e seus casais, quintas e vinha, no qual foram seleccionadas seis parcelas dentro das seguintes áreas: vale do Corgo, Chancelheiros, vale do Pinhão, Foz do Tua, vale do Torto e Vale de Figueira.

### O Património Vernacular, um valor do Douro

A proposta de classificação do Douro Vinhateiro como paisagem cultural evolutiva viva põe em realce a intensa e prolongada intervenção do homem na transformação de uma paisagem natural agreste em território domesticado. Foi o trabalho cumulativo de gerações que fez das encostas íngremes terraços sustentados, da pedra solo cultivável. O que hoje vemos no Douro é uma paisagem cultural em que a acção antrópica se sobrepôs ao pré-existente, criando como que uma nova natureza do lugar, habitada pelo seu *genius loci*. Para que continue a ser entendida esta obra singular, sempre em mutação porque estamos face a uma paisagem viva, precisamos urgentemente de guardar a memória do que já foi, da sua evolução transformadora ao longo de séculos de história em que deu resposta a diferentes conjunturas.

O Douro Vinhateiro tem, e sempre teve certamente, um significado diferente quando visto a partir de cada círculo de interesses. Não o lê da mesma forma o vizinho da paróquia, rodeado de vinhas, para quem elas são o seu horizonte desde que nasceu e o seu meio de subsistência, e o homem da montanha, que guarda na memória o tempo em que com a roga, em clima festivo, descia até à Terra Quente para umas semanas de vindima.

O Douro pertence igualmente aos pequenos comerciantes e intermediários da região, aos proprietários das quintas, portugueses ou estrangeiros, que a elas se deslocam sazonalmente, aos exportadores instalados no Douro e em Vila Nova de Gaia que fazem deste vinho a razão do seu comércio, enfim, a toda a gente que em Portugal ou pelo mundo aprendeu a celebrar com um cálice de Porto cada rito de passagem da sua vivência familiar ou do destino das nações. Tem por isso o Douro valor universal excepcional, como colossal obra do homem sobre uma natureza particular e constringedora, mas também como lugar de onde brota um produto inconfundível, associado a uma idiosincrasia própria e única.

Esta região geo-cultural tem ainda o privilégio de também ser a região demarcada e regulamentada mais antiga da história, na qual se tem sedimentado uma prática cultural específica mas de forte dinamismo, que provou a sua sustentabilidade e adaptabilidade pela resistência às mais violentas crises. O património construído vernacular é o testemunho material dessa história, o melhor suporte para ancorar a memória colectiva. A identidade local e regional passa por este (re)conhecimento agregador, que a um nível internacionalmente alargado não deixa de operar, exercendo atracção em todos os que (re)conhecem o seu fruto, um vinho generoso ao paladar e cheio de espírito. Entendemos pois o património vernacular como todo o complexo de qualidade que compõe este habitat singular: aglomerados e quintas, casas de habitação e anexos de produção, os terraços de vinhedos e olivais, os caminhos e as conduções de água, os cais de embarque e a via-férrea, etc., património construído, móvel e imaterial, um equilíbrio tradicional fruto do trabalho do homem, sedimentado pelo tempo, que seria indigno não tentar conservar e promover. Só na sua relação sistémica as entendemos, acarretando a perda de uma delas uma modificação de carácter do conjunto.

Mas porque esta paisagem cultural é evolutiva e viva não podemos ficar reféns de um complexo de "arca de Noé", de tudo querer preservar e arrecadar como se pudéssemos reter um tempo fugidio e ideal, no qual se projecta a nossa nostalgia de urbanitas por uma vida rural acádica, em profunda harmonia com a natureza.

Como não podemos matar a vida é necessário estudar tudo para saber reconhecer a qualidade, a autenticidade e a excelência do que escolhemos para preservar. A patrimonialização tem custos financeiros e sociais que devem ser bem calculados, evitando os perigos de descontextualização do item escolhido para "monumento" e a quebra de potenciais valores de uso.

A comunidade terá que ser um parceiro indispensável para qualquer classificação, mais ainda ela, deve identificar-se com o património, aceitá-lo e estimá-lo como o seu mais lidimo pergaminho, e eventualmente defendê-lo, não deixando que ele lhe seja apenas imposto pelo exterior.

O património vernacular construído do Douro, ainda parcialmente por estudar, tem diante de si um longo caminho que deverá ser percorrido com brevidade, para que as transformações do presente não anulem por completo os vestígios materiais do que já foi a região. Sempre conjugado na contemporaneidade, este estudo do património constitui uma lição testada de qualidade e adaptação às condições do meio, de saber construir ligado à paisagem, aos homens e às suas necessidades funcionais, evitando a ameaça à diversidade que constitui a mundialização da economia e da cultura.

Tendo como características definidoras:

- *“un mode de construction partagé par la communauté;*
- *un caractère local ou régional en réponse à son environnement; une cohérence de style, de forme et d’aspect ou un recours à des types de construction traditionnels;*
- *une expertise traditionnelle en composition et en construction transmise de façon informelle;*
- *une réponse efficace aux contraintes fonctionnelles, sociales et environnementales;*
- *une application efficace de systèmes et du savoir-faire propres à la construction traditionnelle” (ICOMOS, 1999).*

Todos estes parâmetros se aplicaram e encontram ainda na região duriense.

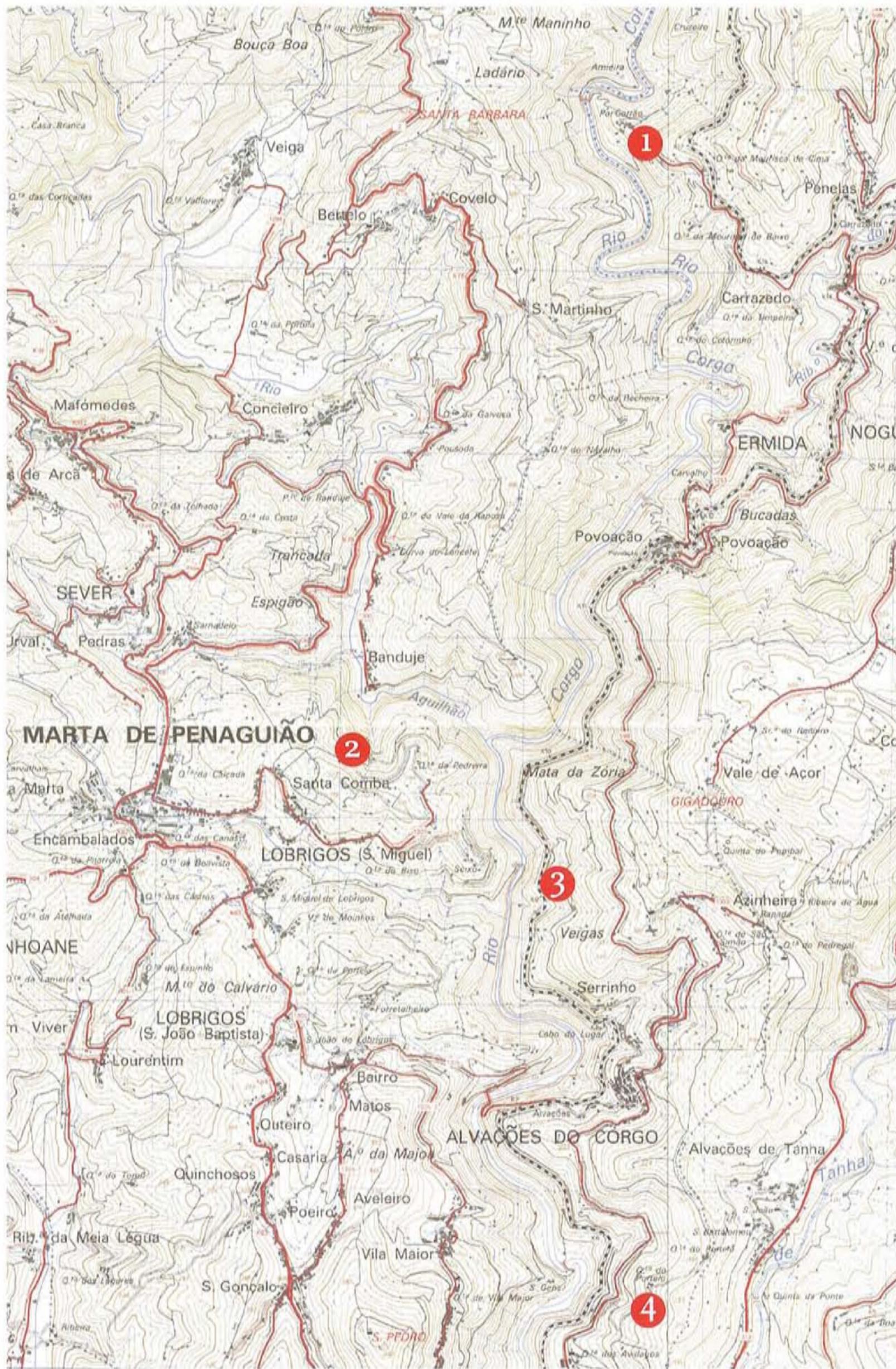
Estas estruturas vernaculares, testemunhos das diferentes épocas, são frágeis e especialmente vulneráveis quando se tornam obsoletas para a rentabilização económica da exploração, ficando por isso particularmente expostas ao abandono ou mesmo à destruição para darem lugar a novas instalações. A paisagem cultural do Douro Vinhateiro é um cúmulo de todas estas situações. Símula de história regional impar, está viva e em evolução, sendo urgente definir a atitude a tomar quanto ao património vernacular, na certeza porém de que não faremos o tempo histórico voltar atrás e de que para todos os elementos que nos propusermos classificar temos de encontrar um enquadramento no contexto da actualidade.



FICHAS DE LEVANTAMENTO

Cartas Militares de Portugal 1:25000





- 1** Armazéns
- 2** Casa de Santa Comba
- 3** Moinhos do Viso
- 4** Quinta do Portelo

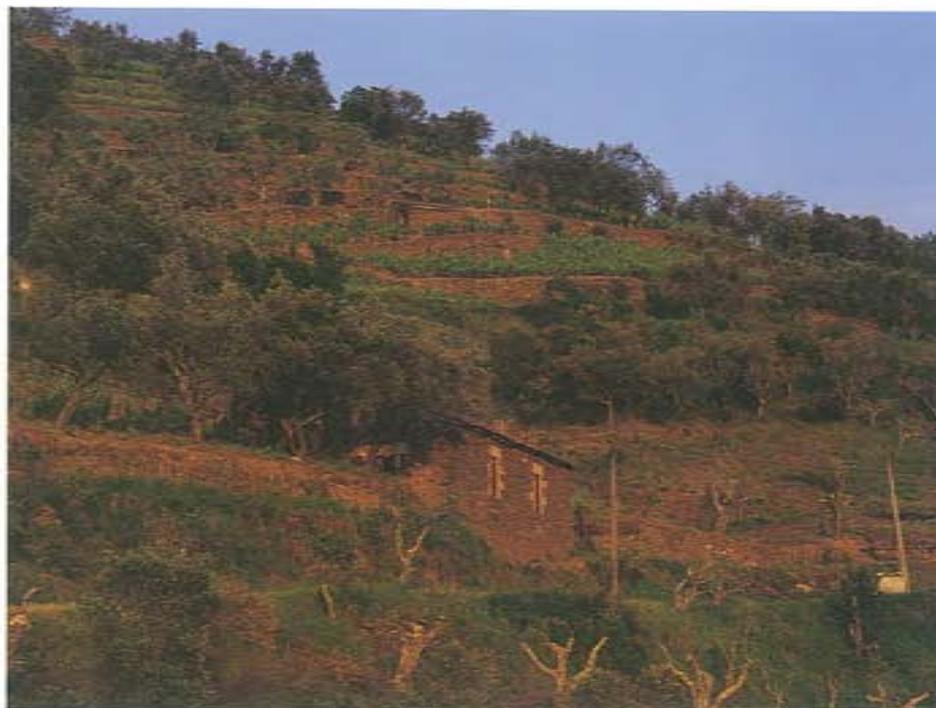
**1**

**Designação** — Armazém

**Localização** — Junto à estrada Pai Corrão/Carrazedo, freguesia de Ermida, concelho de Vila Real, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 114, Santa Marta de Penaguião.

**Descrição** — Armazém pré-filoxérico isolado e desactivado, entre socalcos de vinha, com adega e lagares separados. Mantém um lagar de cantaria soerguido, de grandes dimensões, para prensa de vara e fuso, restando o encaixe da vara. A lagareta também de granito.

As estruturas são de xisto bem aparelhado, com padieiras em pedras de cantaria.



**Designação** — Casa de Santa Comba

**Localização** — Lugar de Santa Comba, freguesia de S. Miguel de Lobrigos, concelho de Santa Marta de Penaguião, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 114, Santa Marta de Penaguião.

**Descrição** — Propriedade de cerca de 25 ha, com quinta de produção vitivinícola, na posse da família Cunha Coutinho desde o século XVIII. Do conjunto construtivo destaca-se a imponente casa de habitação, de planta quadrangular, com pátio interior. Está estruturada em dois pisos, com dependências agrícolas no piso térreo e habitação no andar nobre, ao qual se acede por escadaria de grandes proporções. No interior ressaltam os tectos em masseira, o oratório embutido e a cozinha, onde se impõe uma monumental saial de chaminé em granito assente sobre pilares.

No prolongamento da casa desenvolve-se o jardim, cuja estrutura se assemelha à do bosquete, com árvores de grande porte e passeios empedrados com xisto. Conservam-se os lagares de granito com pios de xisto.



**3****Designação** — Moinhos do Viso

**Localização** — Lugar do Viso, freguesia de S. Miguel de Lobrigos, concelho de Santa Marta de Penaguião, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 114, Santa Marta de Penaguião.

**Descrição** — Conjunto de moinhos nas margens do rio Corgo, desactivados na década de 60 do século XX. Das estruturas iniciais restam parte das paredes do primeiro moinho, que seria de três mós, o edifício destelhado do segundo moinho, de duas mós, e ainda o monumental açude. As estruturas são todas de xisto, estando o paredão seguro com grampos de ferro cravados a chumbo.



**Designação** — Quinta do Portelo

**Localização** — Freguesia de Alvações do Corgo, concelho de Santa Marta de Penaguião, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 126, Peso da Régua.

**Descrição** — Quinta de 50 ha incluída na Região Demarcada em 1758, como atesta a presença de um **marco pombalino**.

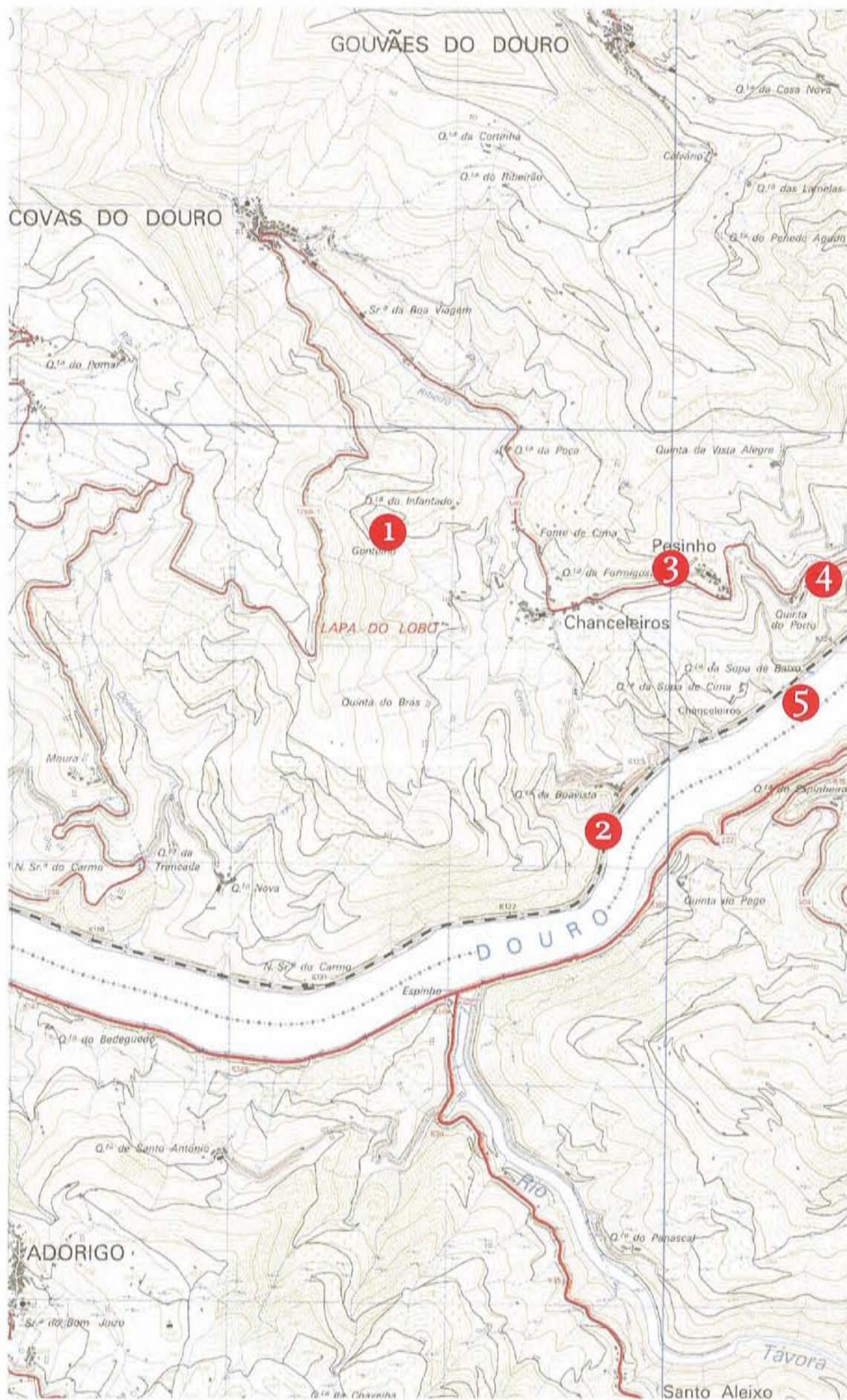
O **núcleo de construções** é atravessado por caminho público murado e articulado por pátios de pequenas dimensões. A capela, que ostenta o brasão, é datável do século XVIII, bem como o retábulo policromado que ambienta a imagem da padroeira, Nossa Senhora do Carmo.

Destaca-se a **adega**, implantada junto à casa e construída em xisto, com varandim de madeira que dá acesso ao pátio da **casa dos lagares**, obrigando à trasfega do vinho. Aqui conservam-se cinco lagares de cantaria de cantos redondos e duas prensas de cincho.

A vinha tem áreas de armação tradicional em socalcos pós-filoxéricos, de boa construção e bordaduras de oliveira.

Conserva um **mortório** replantado com olival.





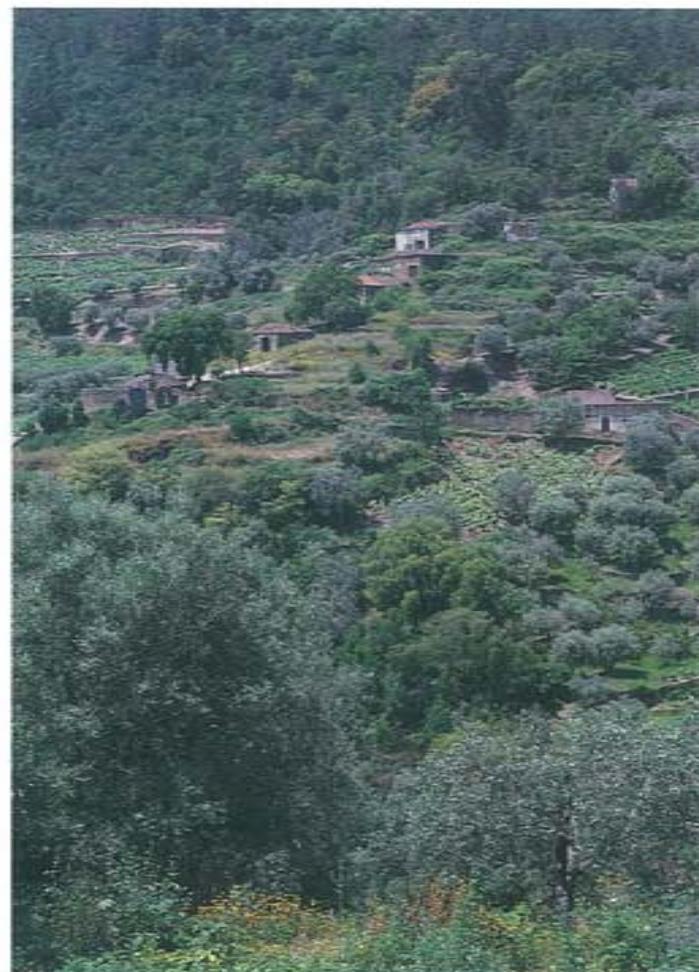
- 1**  
Armazéns de Covas do Douro
- 2**  
Quinta da Boavista
- 3**  
Quinta da Formigosa
- 4**  
Quinta do Porto
- 5**  
Quinta das Sopas de Cima e das Sopas de Baixo

**1**

**Designação** — Armazéns de Covas do Douro

**Localização** — Freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 115, Sabrosa.

**Descrição** — Conjunto de vinte e três (23) armazéns de vinho, datáveis do século XIX, construídos em aparelho de xisto que, embora se encontrem desactivados, conservam ainda as estruturas dos seus lagares em cantaria. Entre estes armazéns, um pouco afastados do núcleo populacional de Chanceleiros, destaca-se o da Quinta do Infantado, datado dos inícios do século XX, pelas suas notáveis proporções.



2

**Designação** — Quinta da Boavista

**Localização** — Freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, Carta militar de Portugal 1/25000, folha 127, Tabuaço.

**Descrição** — Antiga propriedade pertencente ao barão de Forrester, negociante britânico apaixonado pelo Douro, que a adquiriu no século XIX. Actualmente está na posse da empresa Sogrape.

À entrada da quinta estão localizadas as construções que terão pertencido a um posto de controle privado, tradicionalmente conhecido por Alfândega de Vale Almainça.

Através de um caminho, que atravessa toda a propriedade e se estendia até ao rio, chega-se ao **núcleo de construções**. Aqui encontramos a casa do proprietário, a **adega** e a **casa dos lagares de vinho**. Estes são construídos em cantaria, sendo as prensas industriais de cincho.



filoxéricos, com muros de excelente construção e acentuado valor cénico. Várias áreas de **mortório**, recolonizadas por oliveiras e vegetação autóctone, são de assinalar, pela qualidade de paisagem que a sua cuidada construção, acompanhando as curvas de nível, soube criar. a vinha, nas imediações da casa do proprietário, existe um **pomar murado**. Além

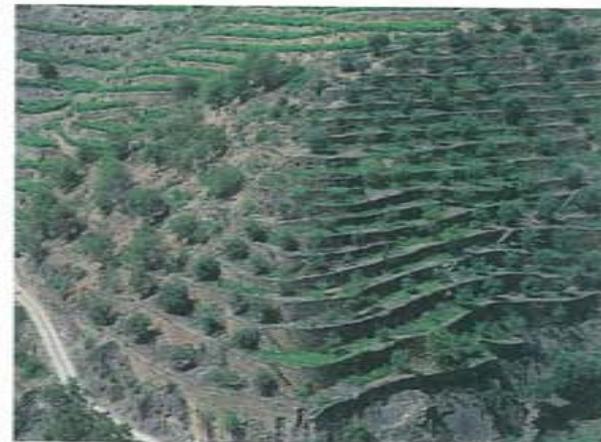
deste havia ainda um outro, situado junto do ribeiro que passa na quinta, em redor do qual encontramos uma azenha, a horta e uma pequena ponte.

Na Cachucha, um micro-topónimo desta quinta, existe uma **casa de lagar** com exemplares de xisto, de registar pela raridade e qualidade de factura. Restam ainda vestígios de uma capela.



É de realçar um **caminho**, cujo pavimento é feito de xisto metido a cutelo, por onde desciam os carros de boi carregados com as mercadorias destinadas ao cais ou à linha férrea.

As **vinhas** são armadas em socalcos pós-



## 3

**Designação** — Quinta da Formigosa

**Localização** — Freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 127, Tabuaço.

**Descrição** — Exploração vitivinícola de vinhas plantadas em socalcos pós-filoxéricos.

É de destacar um **pomar murado**, por altas paredes, rematadas superiormente de forma a não permitirem a infiltração das águas pluviais. Uma única abertura com porta de madeira.

Ainda no perímetro da quinta subsiste um velho **armazém** de xisto, junto ao rio Douro, onde era armazenado o vinho destinado aos barcos.



## 4

**Designação** — Quinta do Porto

**Localização** — Freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 115, Sabrosa.

**Descrição** — A Quinta do Porto foi incluída na Demarcação em 1757. Embora posteriormente excluída, volta a fazer parte da Região Demarcada em 1776, tendo sido comprada por D. Antónia Adelaide Ferreira (Ferreirinha) em 1863. Em 1883 a Comissão Filoxérica estabeleceu-se nesta quinta. O núcleo de construções foi restaurado e renovado nos anos de 1980 sob a direcção do Arqtº Fernando Távora. O acesso à propriedade é feito através de um imponente portão de ferro forjado, que ao centro ostenta as iniciais da Ferreirinha.

Um caminho empedrado faz a ligação à casa do proprietário, construção de inegável valia arquitectónica, datável de setecentos (sendo de realçar os tectos de madeira oitavados), cuja fachada se encontra voltada para o rio Douro e inclui uma capela. Desta mesma estrutura arquitectónica faziam parte as casas do lagar e da adega, hoje reconvertidas em espaços habitacionais. A sua localização privilegiada permite ter grande visibilidade sobre toda a área de vinha, distribuída por socalcos pós-filoxéricos e patamares. De épocas anteriores resta um mortório recolonizado por olival.



**5**

**Designação** — Quinta das Sopas de Cima e Quinta das Sopas de Baixo

**Localização** — Freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 127, Tabuaço.

**Descrição** — Propriedade vitivinícola de estruturas tradicionais, onde se destacam dois imponentes laranjais murados junto ao rio Douro, um em ferradura, outro de traçado irregular.







- 1**  
Quinta da Eira Velha
- 2**  
Laranjal
- 3**  
Quinta do Noval

1

**Designação** — Quinta da Eira Velha

**Localização** — Freguesia de Gouvães do Douro, concelho de Sabrosa, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — A história da quinta está documentada desde o século XVI, sendo incluída nas demarcações setecentistas. Em 1893 é adquirida pela firma Hunt, Roope ficando na posse da família Roope que, em 1938, se volta a interessar directamente pela propriedade promovendo então remodelações

nas estruturas construídas e na plantação da vinha.

Tem cerca de 55 ha de vinha e 1900 oliveiras.

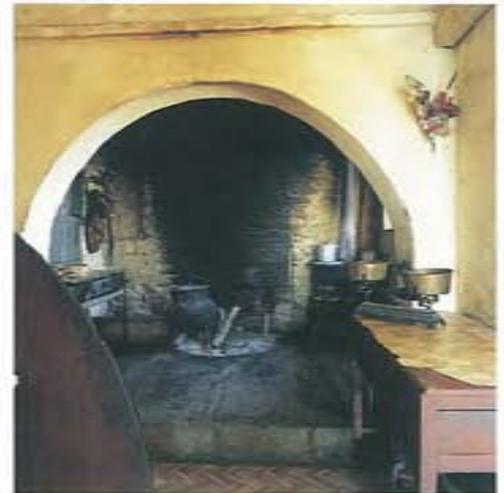
O núcleo de construções, ao qual se acede por uma álea de eucaliptos, é formado pela casa do proprietário (datável do século XIX e remodelada pelos anos de 1930), casa do caseiro (contigua à primeira), onde se destaca a cozinha com um grande lar bem como tulhas para mercearias, datáveis do primeiro quartel do século XX, cardenho para homens e mulheres (bem afastados das duas casas mencionadas), pomar e horta murados e jardim. As pocilgas e galinheiros, de estruturas idealizadas, apresentam azulejo de figura avulsa com a imagem da espécie presente e inovações técnicas como um chuveiro de água quente e fria para o porco.

Todos estes elementos são unidos por caminhos empedrados de xisto, entre paredes altas.



O lagar de azeite conserva o pio rodeado por um pavimento para a circulação dos bois, mas tem já uma prensa industrial fixa. Nesta mesma dependência está o alambique de coluna.

A casa do lagar de vinho é decorada nas paredes com painéis de azulejo alusivos à actividade comercial do vinho da firma Hunt Roope, em arranjo de 1938. Os lagares, datados de 1901, estão construídos com tampos de cuidada silharia almofadada e de cantos curvos. É ainda de assinalar a existência de frasqueira, junto da adega e sob a casa. A vinha apresenta-se armada em zonas de socalcos de altos muros, com escadas transversais embutidas, sistema de escoamento das águas escorrentes, zonas de patamares e zonas de vinha ao alto.



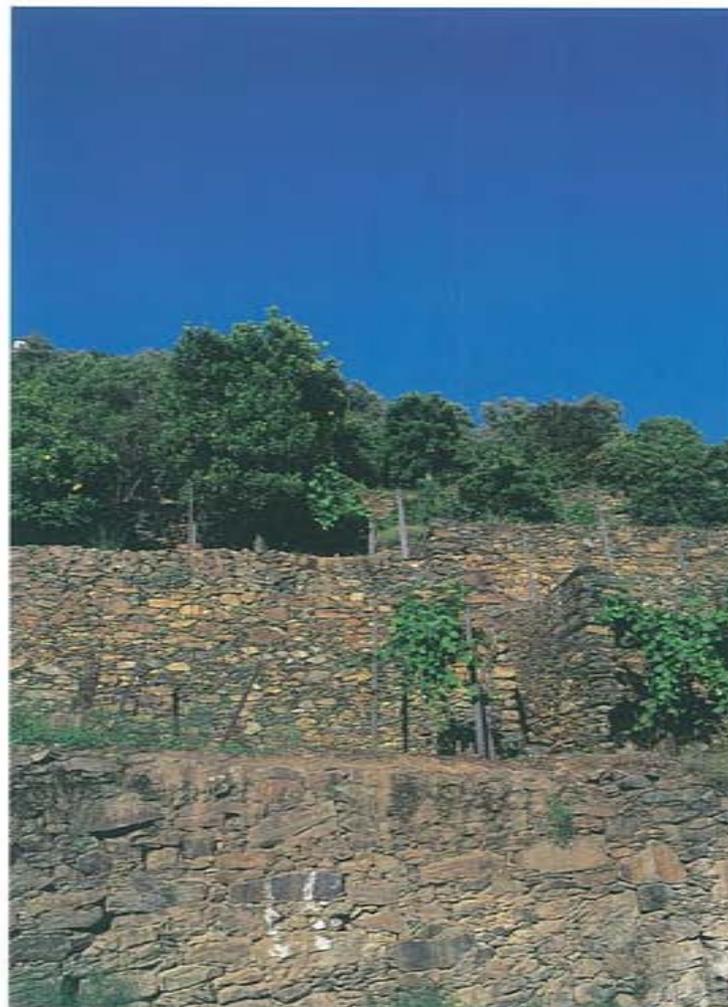
**Observações** — A Quinta é atravessada por um caminho público que desce de Gouvães do Douro para o Pinhão em acentuado declive, cujo pavimento é empedrado com xisto. A existência do caminho conduziu à construção de elevados muros (em xisto), em ambos os lados, que conferem a esta quinta um perfil diferenciado e assinalável na organização do habitat.

**2**

**Designação** — Laranjal

**Localização** — EN 322-3, freguesia de Vale de Mendiz, concelho de Alijó, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 116, Alijó.

**Descrição** — Laranjal plantado em socalcos com altos muros de excelente construção, divididos por muro perpendicular aos socalcos.



## 3

**Designação** — Quinta do Noval

**Localização** — Freguesia de Vale Mendiz, concelho de Alijó, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 116, Alijó.

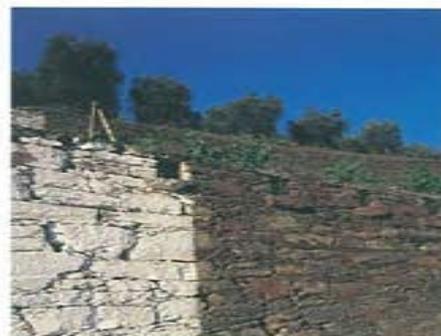
**Descrição** — A história da quinta reporta-se ao século XVIII, sendo incluída na Demarcação Pombalina. É a partir do último quartel do século XIX, quando é adquirida por José Maria Rebello Valente, que assume a importância que ainda hoje mantém, remontando a esta época a replantação da vinha e o aumento da sua área, bem como a construção das estruturas de habitação e produção.

A quinta tem uma área total de 94 ha, sendo 85 ha ocupados por vinha. Produz anualmente 2000 l de azeite e 800 kg de amêndoa.

O **núcleo de construções**, ao qual se acede por um longo caminho coberto por



uma latada, é formado pela casa do proprietário (datável do século XIX e remodelada pelos anos de 1990), capela dedicada a S. Nicolau, casa do caseiro (contígua à primeira), cardenho para homens e mulheres, afastados das duas casas mencionadas, onde no primeiro piso se construiu uma cisterna de grandes



dimensões.

Todos estes elementos são unidos por **caminhos** empedrados de xisto, pontuados por árvores de grande porte e de carácter exótico, como palmeiras e cedros. O **lagar de azeite** conserva o pio de três galgas rodeado por um pavimento para a circulação dos bois, mas tem já uma prensa industrial fixa. Neste mesma dependência está o alambique.

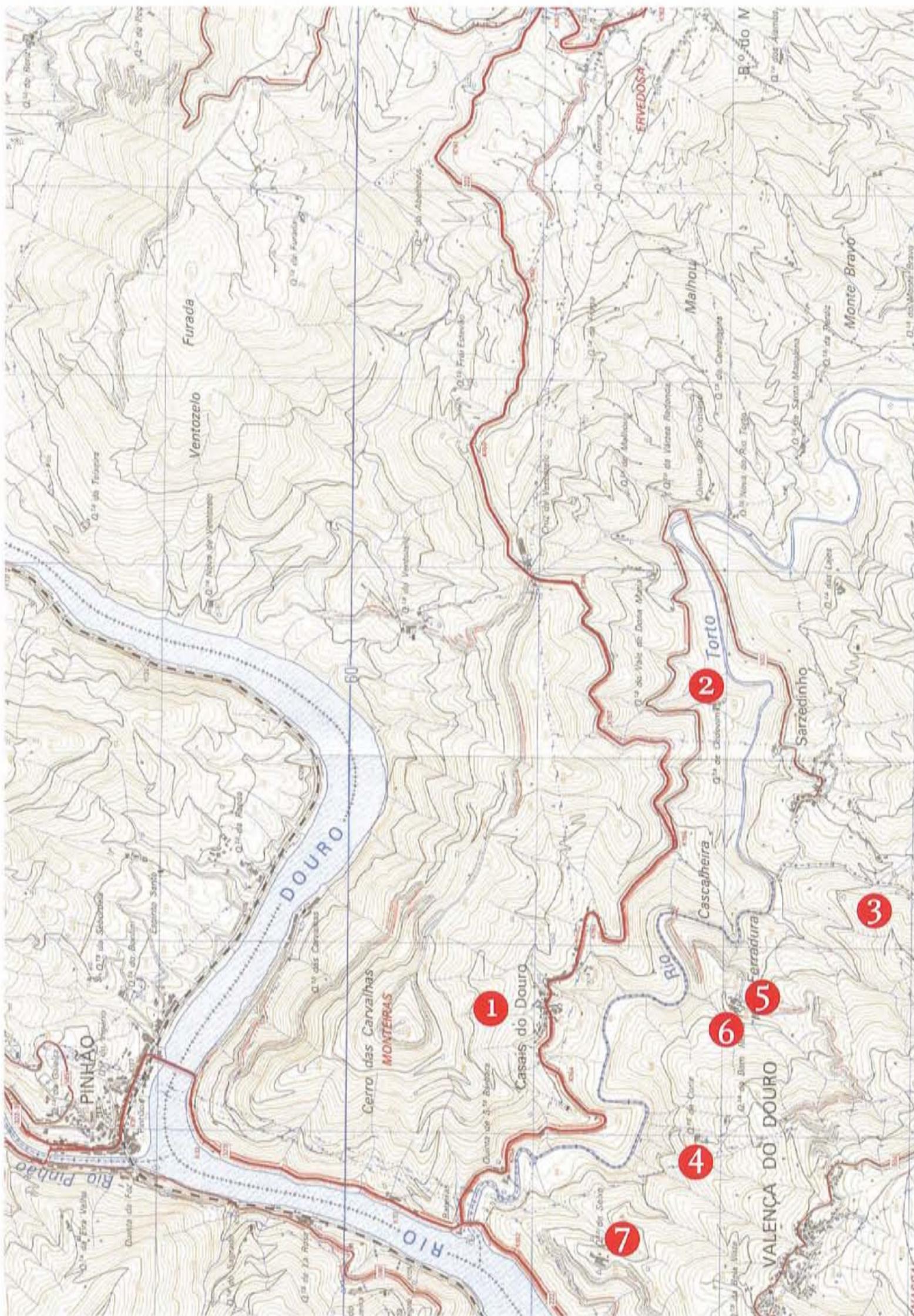
Na casa do **lagar de vinho**

conservam-se lagares de granito de grandes dimensões, muito embora tendo sido remodelados para adaptação de estruturas mecanizadas. Mantêm-se os dornachos cavados no pavimento que, através de caleiras de granito, conduzem à **adega**. Neste edifício é de destacar a armação em madeira, de suporte do telhado, de complexo sistema construtivo devido à dimensão da edificação.

A **vinha**, com uma área residual de vinha pré-filoxérica, apresenta-se armada em bons socialcos com escadas e rampas nos muros. caminhos da vinha e das escadas são assinalados por caiação com o objectivo de marcar a sua proximidade, durante a vindima. A utilização da cal naquelas estruturas enfatiza e particulariza esta quinta na mancha da paisagem duriense.







- 1** Casais do Douro
- 2** Quinta de Cedovim
- 3** Quinta de Chanceliros
- 4** Quinta da Corte
- 5** Quinta do Bom Retiro
- 6** Quinta do Bom Retiro Pequeno
- 7** Quinta do Seixo





## 1

**Designação** — Quinta dos Malvedos

**Localização** — Freguesia de S. Mamede de Ribatua, concelho de Alijó, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 116, Alijó.

**Descrição** — Quinta criada em finais do século XVIII pela família do visconde de Vila Maior. Nos inícios do século XIX é adquirida pela família Pinto Basto, que empreende melhoramentos no terraceamento e no plantio da vinha. Em finais do século XIX foi comprada pela empresa Graham, estando presentemente na posse do grupo Symington.

O **núcleo construído**, em local sobranceiro à Quinta e ao rio Douro, é composto por casa do proprietário (datável dos anos 1930/40), e uma outra casa de xisto com varanda de madeira, hipoteticamente a casa primitiva. Junto a este núcleo há um pomar em socalcos e uma **horta**.

Por aqui passa um **caminho público** murado que conduz ao rio, junto do qual se encontra um armazém de excelente construção. As aberturas são rematadas por arcos de volta perfeita em aparelho de xisto. Os **lagares** apresentam tampos em xisto e em granito.

Ainda junto ao rio, onde passa a linha férrea, há um apeadeiro.





**1**

**Designação** — Casais do Douro

**Localização** — Freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — Povoado sobranceiro ao rio Torto, cortado pela EN 222, que mantém uma estrutura tradicional ligada à exploração da vinha, visível nos armazéns de vinificação que se implantam ao longo do eixo viário à entrada e saída do povoado.

Estas estruturas mantêm sistema tradicional, conservando **adegas** com cascaria de madeira e **lagares** de cantaria.



2

**Designação** — Quinta de Cedovim

**Localização** — Lugar de Sarzedinho, freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — O núcleo de construções, num cabeço junto ao rio Torto, é formado pela casa do proprietário (datável do século XIX), casa do caseiro, cardenhos e diferentes anexos como a casa do macho, as pocilgas ou a destilaria, que se distribuem em torno de um pátio de grandes proporções.

Destaca-se o armazém pelas suas dimensões. Conserva uma **adega** de estrutura tradicional, com varandim de madeira. A casa dos **lagares** guarda quatro lagares de cantos circulares, dois dos quais em granito de cuidada silharia, e uma prensa industrial de cincho.

A **vinha** está maioritariamente armada em calços pós-filoxéricos com bordaduras de oliveira, embora existam já algumas zonas de vinha ao alto.

Possui uma vasta área de **mata**, com plantas arbustivas tradicionais da região duriense, e um **mortório** recolonizado por olival.

3

**Designação** — Quinta de Chancelheiros

**Localização** — Lugar de Sarzedinho, freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — O núcleo de construções, ao qual se acede por uma álea de eucaliptos e cedros, é formado pela casa do proprietário (datável dos meados século XX), casa do caseiro e diferentes anexos. Destaca-se o armazém adossado a um afloramento rochoso, que constitui uma das paredes da **adega**, que ainda conserva o varandim de madeira. Os lagares, em granito, apresentam prensa de cincho. A **vinha** implanta-se em calços pós-filoxéricos, mas existem diversas áreas de patamares e vinha ao alto.

Possui uma vasta área de **mata** com sobreiros, castanheiros, além da tradicional flora arbustiva duriense. Num dos cabeços de monte ergue-se um **pombal** circular, destelhado, mas com saídas de voo.

## 4

**Designação** — Quinta da Corte

**Localização** — Freguesia de Valença do Douro, concelho de Tabuaço, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — O núcleo construtivo distribui-se em duas cotas, estando instaladas na mais alta, a casa do proprietário e diferentes anexos. Em cota inferior estão as estruturas de vinificação modernizadas, conservando-se embora uma adega tradicional.

A vinha modernizada, que se estende até ao rio Torto, conservou os socalcos pós-filoxéricos com muros de excelente construção, tendo escadas e caminhos assinalados por caiação.

Os caminhos vicinais que ligam esta propriedade às quintas do Seixo e do Bom Retiro são murados e apresentam bordaduras de oliveiras. Junto ao rio Torto mantém um laranjal plantado entre muros de xisto, destinados à contenção das águas do rio.

Conserva grandes áreas de mortório recolonizados por olival, de notável efeito paisagístico.



5

**Designação** — Quinta do Bom Retiro

**Localização** — Freguesia de Valença do Douro, concelho de Tabuaço, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — Propriedade de 100 ha formada no século XVIII, altura em que abarcava a Quinta do Bom Retiro Pequeno que, devido a partilhas familiares, se separou durante o século XIX. No início do século XX a quinta foi adquirida pela firma Ramos-Pinto, que empreendeu remodelações nas estruturas construídas e na plantação da vinha.



O núcleo de construções, ao qual se acede por uma estrada calçada entre as vinhas, é formado pela casa do proprietário (totalmente remodelada nos anos de 1920/30), casa do caseiro, cardenho para homens e mulheres (afastados das duas casas mencionadas), jardim, pomar, horta e pombal.

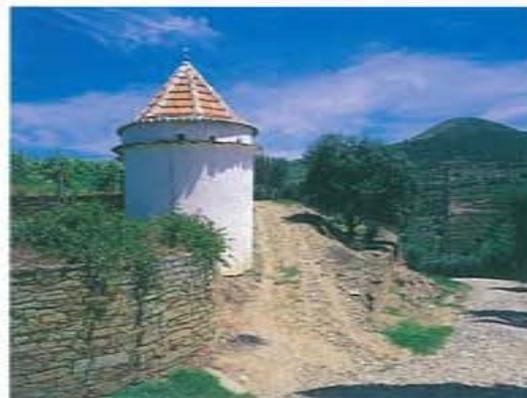
Neste conjunto destaca-se a excelência do jardim, desenhado pelo horticultor portuense Jacinto de Matos, que contém uma grande variedade de espécies botânicas, algumas importadas dos Estados Unidos da América. No seu prolongamento estende-se uma álea de palmeiras

sobre a vinha.

Todos estes elementos são unidos por caminhos, empedrados a xisto. Na sua confluência formam-se pátios. A quinta é atravessada por um caminho público que desce de Valença do Douro para Casais do Douro, já na outra margem do rio Torto. O referido caminho dividiu algumas estruturas da quinta, separadas por muros com portões de ferro.

As estruturas de vinificação foram totalmente reconvertidas em 1994, restando um lagar de granito destinado à feitura de vinhos especiais.

É ainda de assinalar a existência de frásqueira sob a casa. A vinha apresenta-se armada segundo diferentes métodos de plantio, conjugando habilmente a vinha ao alto com patamares, num jogo cénico de grande valor. Conserva ainda uma área de socalcos pré-filoxéricos. Possui uma área de mata de flora arbustiva duriense que, nos locais mais densos, é constituída por medronheiros e ciprestes.



6

**Designação** — Quinta do Bom Retiro Pequeno

**Localização** — Freguesia de Valença do Douro, concelho de Tabuaço, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — A história desta quinta remonta ao século XVIII, quando estava na Quinta do Bom Retiro, de João Henrique de Magalhães. As partilhas familiares levaram à sua venda à família Serôdio, no princípio do século XX.

O núcleo construtivo, na parte elevada da quinta, é formado pela casa do proprietário datada de 1840, casa do caseiro, cardenhos, galinheiros e pequeno jardim.

Todos estes elementos são unidos por caminhos formando pátios. A propriedade está ligada às propriedades vizinhas e ao rio Torto por caminhos de paredes altas bordejados a oliveiras, que se comportam um elevado valor cénico.



O lagar de azeite, onde está inscrita a data de construção, o encomendador e o artesão (JOAQUIM ALVES DE CARVALHO MANDOU FAZER NO ANNO DE 1855 PELO MESTRE DO GANDO), conserva o pio e a prensa de vara.

A adega, com chão em lajes de xisto, tem varandim de madeira que permite passar à casa dos lagares. Aqui

subsistem cinco lagares de granito, com tampos de cuidada silharia, e as caleiras de granito que escoavam o vinho para a adega. A vinha apresenta-se maioritariamente armada em socalcos pré-filoxéricos, de muros de excelente construção, com pilheiros. Tem laranjal e amendoal nas veigas, que pelo pendor do terreno, são acompanhados por escadaria.



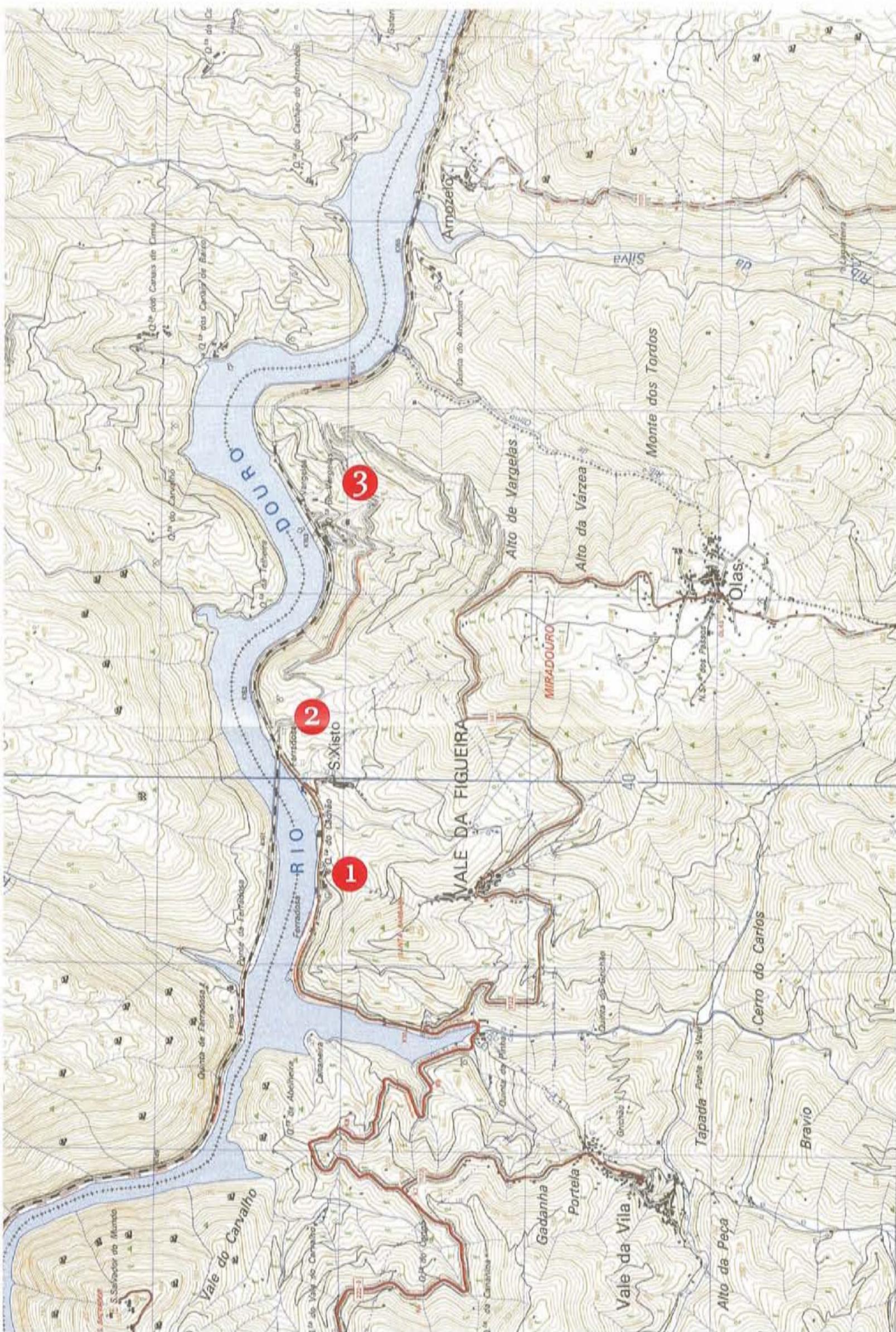
7

**Designação** — Quinta do Seixo

**Localização** — Freguesia de Valença do Douro, concelho de Tabuaço, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 128, S. João da Pesqueira.

**Descrição** — Quinta de 99 ha cujo núcleo construtivo conserva a antiga casa do proprietário, agora destinada ao caseiro, e capela ao gosto setecentista com pavimento em xisto. Junto da casa sai um caminho de acesso a Valença do Douro. Apresenta áreas de vinha em socalcos pós-filoxéricos, estando a maior percentagem do terreno da quinta ocupada por patamares e vinha ao alto de bom efeito cénico.





- 1** Quinta do Cachão
- 2** Santo Xisto
- 3** Quinta de Vargelas

1

**Designação** — Quinta do Cachão

**Localização** — Freguesia de Vale de Figueira, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 129, Seixo de Ansiães.

**Descrição** — Quinta datada de meados do século XIX ligada à personalidade do Eng.º Afonso do Vale Pereira Cabral que a manteve em funcionamento durante a filoxera. Já nos meados do século XX foi comprada pelos Vinhos Messias.



Localizado junto ao rio e à via-férrea, o núcleo construído é formado pela casa do proprietário, casa do caseiro, cozinha dos trabalhadores com forno, cardenhos, cavalariça e outras estruturas, num conjunto aglutinado por caminhos e pequenos pátios, de assinalável interesse para o conhecimento da organização da arquitectura vernacular.

A casa do azeite, muito embora tenha um lagar mecânico, conserva uma estrutura tradicional onde havia lugar para dormir o lagareiro, para tulhas de azeitona e talhas de azeite.

Em local um pouco afastado deste conjunto, próximo do rio, foi construído um monumental armazém de xisto caiado, em tempos com casa de lagares, e agora aproveitado para

armazenamento, restando ainda o varandim, as calceiras e as bicas em granito. A dimensão do edifício obrigou à construção de uma armação de madeira assente em cachorros igualmente de granito.



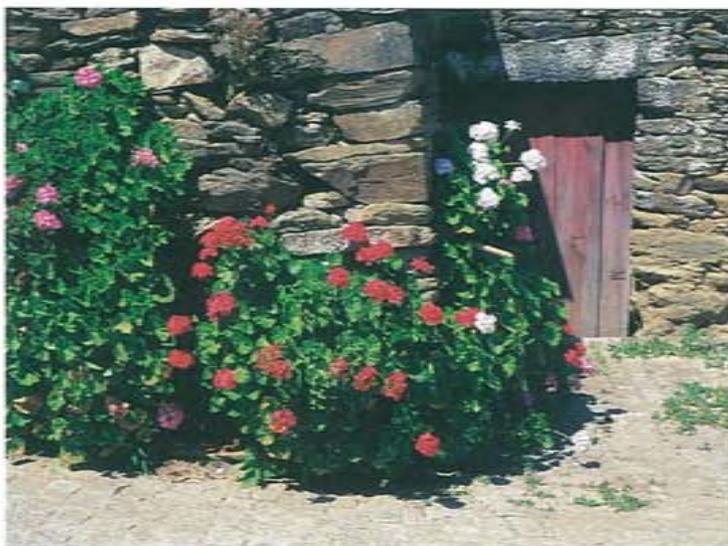
**Designação** — São Xisto

**Localização** — Freguesia de Vale de Figueira, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 129, Seixo de Ansiães.

**Descrição** — Povoado sobranceiro ao rio Douro que mantém a sua estrutura tradicional, visível nas construções em xisto e madeira. As habitações térreas são geralmente voltadas à rua e apresentam pequenos cortelhos destinados aos animais ou à reserva de aprestos agrícolas. As casas sobradadas têm varanda com balaustradas de madeira e lojas no piso térreo.

A variedade de cores empregues na construção é de registar, uma vez que ela alterna com o branco da cal utilizada nos paramentos maiores: amarelo, vermelho escuro, azul e verde.

Há ainda a registar a presença de uma pequena capela dedicada a S. Xisto, no centro do povoado, sendo embora pertença de uma quinta que fica no aro do lugar.



## 3

**Designação** — Quinta de Vargelas

**Localização** — Freguesia de Vale de Figueira, concelho de S. João da Pesqueira, Carta Militar de Portugal 1/25000, folha 129, Seixo de Ansiães.

**Descrição** — Esta quinta pertenceu à família da Ferreirinha durante o século XIX passando para a posse da empresa Taylor's na última década daquele século. A área de plantio de vinha corresponde a 60 ha. A propriedade produz

ainda 10.000 garrafas de azeite e cerca de 200 kg de miolo de amêndoa. A maior parte das **estruturas construídas**, em grande quantidade, ficam junto ao rio Douro e à via-férrea, havendo mesmo um apeadeiro de Vargelas. Em cota mais elevada está a casa do proprietário de readaptação recente.

Na **casa dos lagares** conservam-se os lagares de granito adaptados às exigências de higiene e de condições de trabalho actuais. A **adega** mantém a sua estrutura construtiva tradicional.

Uma área considerável de vinha é armada em socalcos pós-filoxéricos de excelente construção, patenteada na forma como os muros acompanham harmoniosamente as curvas de nível. Há ainda a considerar grandes extensões de vinha ao alto.



Execução gráfica:  
Marca-Artes Gráficas  
Porto, Outubro 2000  
500 exemplares  
Depósito legal N.º 158773/00